

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE MÍDIAS SOCIAIS

redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos

A padroeira em disputa · Nossa Senhora Aparecida, Flávio Bolsonaro e o STF

29/09/2026 · PERÍODO ANALISADO: 01/09/2026 A 30/09/2026 · 65 GRÁFICOS · ABORDAGEM: LEITURA DE INTELIGÊNCIA POLÍTICA SOBRE A POLÊMICA DA PADROEIRA (20 A 29 DE SETEMBRO DE 2026): O PROJETO DE LEI DE VICTÓRIO GALLI QUE RETIRA DE NOSSA SENHORA APARECIDA O TÍTULO DE PADROEIRA DO BRASIL, SUA ATRIBUIÇÃO A FLÁVIO BOLSONARO NAS REDES, O DESMENTIDO DE FLÁVIO, A REAÇÃO CATÓLICA, A REMOÇÃO DO POST DO HUMORISTA ANTONIO TABET POR ORDEM DE ANDRÉ MENDONÇA (TSE), A REVOGAÇÃO POR FLÁVIO DINO (STF) E A SUSPENSÃO DA DECISÃO DE DINO POR LUIZ FUX (STF), QUE RESTABELECE A REMOÇÃO. PERGUNTA: QUEM INFLUENCIA O DEBATE E EM QUE TERMOS ELE OCORRE — MORAL, EMOÇÕES, APOIO E RECHAÇO, VALÊNCIA, ENQUADRAMENTO —, QUE PAPÉIS CADA ATOR RECEBE (MAPAM®) E SE O CASO MUDOU A CONFIANÇA, A CORAGEM E A FORÇA ATRIBUÍDAS A LULA, FLÁVIO, MENDONÇA, DINO E FUX (CCFE®).

A pergunta deste relatório é se a polêmica da padroeira — a atribuição a Flávio Bolsonaro (PL) de um projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil — fere o candidato e o que a campanha de Lula (PT) pode fazer com ela. A resposta, para o período de 20 a 29 de setembro de 2026, é que o caso não desidratou Flávio mais do que o Caso Master já havia feito, mas abriu para Lula um terreno que ninguém ocupou: o da proteção. Os dados sustentam isso em quatro pontos. O caso foi pequeno em volume (6,8% do que circulou entre os cinco assuntos quentes) e grande em alcance (11,5% dos perfis distintos, à frente do Caso Master e das eleições). O repúdio — ao projeto e a quem o teria proposto, ao bolsonarismo, à ordem judicial que mandou apagar um post, ou ao PT pela suposta mentira — ocupou a maior parte da exposição, e a defesa da santa ficou abaixo de um quarto. O projeto existe, mas é de 2007, de Victório Galli Filho, hoje candidato a deputado federal pelo PP-MT, e está arquivado desde 2008. A atribuição a Flávio é falsa, mas o boato pegou porque é verossímil: o autor real apoia a candidatura dele, e a própria CNBB acaba de documentar 58 ataques da extrema direita contra católicos desde 2018. E, na comparação com o Caso Master, a fatia do debate que trata Flávio como vítima subiu de 3% para quase 30%: cada repetição de que ele atacou a fé engorda o papel de perseguido que ele reivindica. A pesquisa qualitativa da IPSE Global com mulheres de classes D e E do Rio de Janeiro — Grupos Focais de Alta Frequência®, em maioria mães, evangélicas e trabalhadoras — muda o sentido desses números. Para essas mulheres, atacar Nossa Senhora é desrespeitar as mães e as mulheres, e a afronta foi sentida também por evangélicas, porque a fé no Brasil tem fronteiras fluidas. As redes confirmam o tema, mas não o tes-

temunho: a santa como mãe está em cerca de 9% das publicações e 13% do engajamento, e quase ninguém fala em primeira pessoa como mãe; os anúncios do caso chegam sobretudo a mulheres, e o único dinheiro na chave materna é do campo de Flávio. A recomendação é usar o caso menos para atacar Flávio e mais para firmar a imagem de Lula como protetor e reparador de Nossa Senhora e do que ela representa — as mães, as avós, as mulheres, a tradição —, sem embate com evangélicos: um gesto simbólico de proteção à padroeira, o afeto no lugar da denúncia, e o tema mantido na agenda, porque mexe com o caráter do adversário sem que seja preciso nomeá-lo e porque é capilar justamente entre as mulheres em disputa.

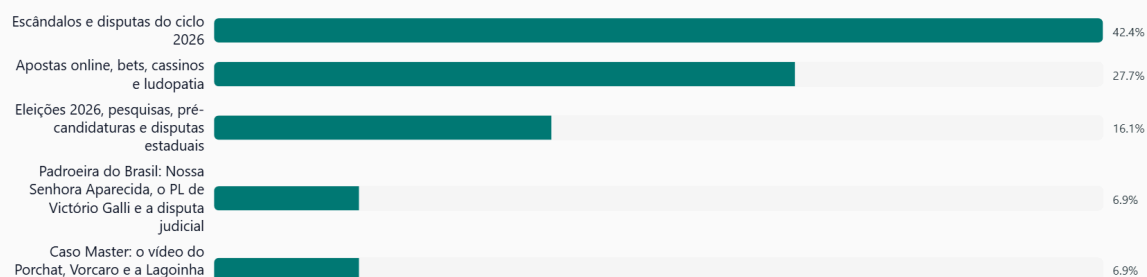
A PADROEIRA VIROU JULGAMENTO MORAL: A ESQUERDA LIDERA A EXPOSIÇÃO E AINDA PODE PERDER O SENTIDO

A polêmica da padroeira não é um episódio religioso que a eleição atravessou: é um julgamento moral em que dois campos disputam o posto de vítima, porque quem o ocupa fala em nome do eleitorado católico. E a evidência é escancarada.

No recorte de 20 a 29 de setembro, cerca de 6 milhões de interações se repartiram de modo assimétrico: quem repudia o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, quem repudia Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, e o bolsonarismo, quem repudia a ordem do ministro André Mendonça que mandou apagar o post do humorista Antonio Tabet e quem repudia o PT pela suposta mentira somam a maior parte da exposição, e quem defende a santa e a fé católica responde por menos de um quarto dela. O campo lulista está nos dois polos e, por isso, ganhou a briga do volume sem ter ganho a do sentido.

O TAMANHO DO CASO E O LUGAR DA FÉ NA AGENDA

Começamos pelo essencial, porque o tamanho desmente a hierarquia que a campanha costuma supor. Entre os cinco assuntos que dividiram a agenda desde 15 de setembro, escândalos e disputas do ciclo — na prática, a crise no Supremo, com o embate entre Alexandre de Moraes e André Mendonça, e a investigação do Banco Master que chegou ao tribunal; quatro em cada dez dessas publicações citam um ministro do STF — respondem por cerca de 43% do que circulou, as apostas online e a ludopatia por 28%, as eleições propriamente ditas por 15%, e na cauda o Caso Master e a padroeira dividem 7% e 6,8% — seis vezes menos que o assunto maior. Em plena vigência do calendário eleitoral, com propaganda autorizada desde 16 de agosto e primeiro turno em 4 de outubro, o debate sobre outubro é o penúltimo da fila.



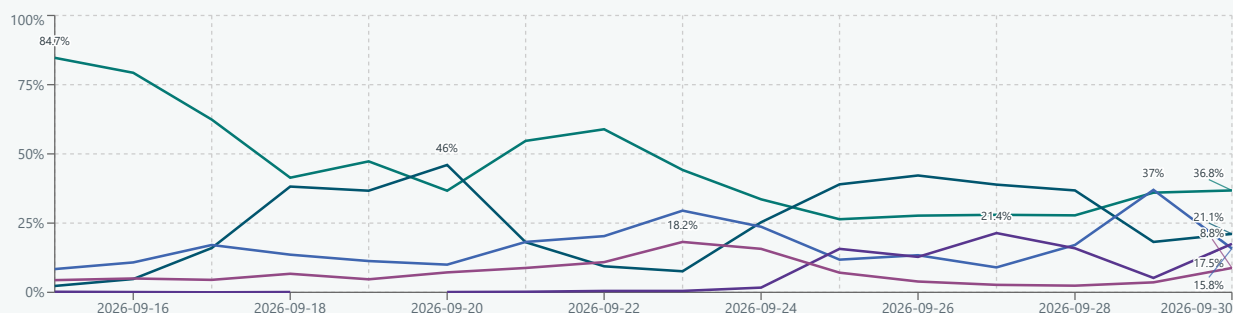
1 · O tamanho do caso na agenda: publicações por assunto desde 15/09

O tamanho da padroeira na agenda é o de um episódio que entrou pela porta dos fundos. No recorte de 15 de setembro em diante, escândalos e disputas do ciclo respondem por cerca de 43% do que circulou entre os cinco assuntos, as apostas online e a ludopatia por 28%, as eleições propriamente ditas por 15%, e na cauda o Caso Master e a padroeira dividem 7% e 6,8% — o caso da santa é o menor dos cinco, seis vezes menor que o assunto maior.

A hierarquia desmente a suposição da campanha. Em plena vigência do calendário eleitoral, com propaganda autorizada desde 16 de agosto e primeiro turno em 4 de outubro, o debate sobre outubro é o penúltimo da fila, e o que decide a atenção são o escândalo e a devoção. A padroeira nasce em 24 de setembro e já se instala na mesma ordem de grandeza de uma novela bancária em curso, com prisão, mensagens vazadas e foto de procurador-geral fumando charuto em Londres.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a consequência é imediata e incômoda: a agenda do país está hipotecada ao escândalo e à moral, e o campo progressista é autor de uma única fatia grande, a das apostas, onde a medida que proíbe bets e cassinos online tem assinatura presidencial. Na padroeira, entra como alvo, e crescer ali não é conquistar, é ser acusado com mais público. A ordem é sustentar as apostas como entrega e não pisar no terreno da devoção sem lastro factual.

A série diária mostra que esse tamanho não foi o do assunto, e sim o de um episódio que explodiu. Em 15 de setembro, a padroeira respondia por 0,2% do dia; em 25, quando circula a ordem que manda remover o post e Flávio nega a história, salta para 15,7%, e em 26 sustenta 12,9% — a mesma ordem de grandeza do escândalo bancário em curso. As bets, por sua vez, deixaram de ser pico e viraram patamar, chegando a 42,1% do dia 26 e a 46,1% do dia 20.



2 · A disputa por atenção dia a dia: os cinco assuntos

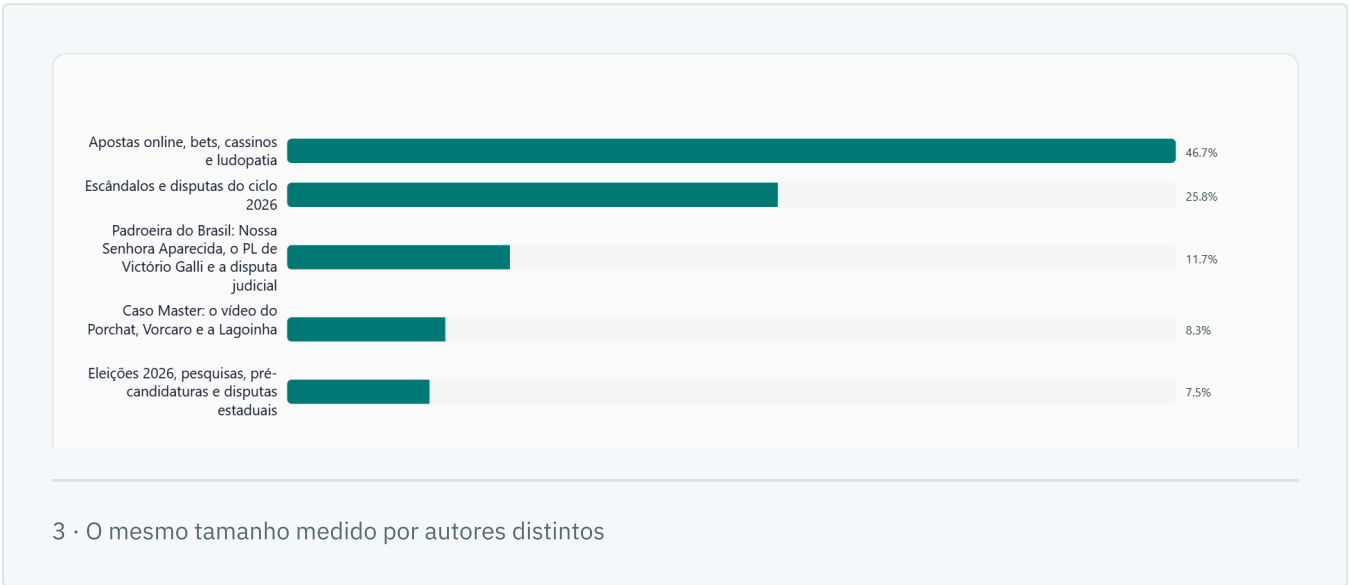
- Escândalos e disputas do ciclo 2026
- Apostas online, bets, cassinos e ludopatia
- Eleições 2026, pesquisas, pré-candidaturas e disputas estaduais
- Padroeira do Brasil: Nossa Senhora Aparecida, o PL de Victório Galli e a disputa judicial
- Caso Master: o vídeo do Porchat, Vorcaro e a Lagoinha

A série diária mostra que o tamanho da padroeira não foi o de um assunto, e sim o de um episódio que explodiu. Em 15 de setembro, a padroeira respondia por 0,2% do dia; em 25, quando circula a ordem que manda remover o post e Flávio nega a história, salta para 15,7%, e em 26 sustenta 12,9% — a mesma ordem de grandeza do escândalo bancário em curso. As bets, por sua vez, deixaram de ser pico e viraram patamar, chegando a 42,1% do dia 26 e a 46,1% do dia 20.

O que sobe, desloca. Quando as bets ganham tração, os escândalos caem de 62,4% do dia, em 17 de setembro, para 41,5% em 18. Quando a padroeira entra, o eixo eleitoral recua de 29,3%, em 23 de setembro, para 11,8% em 25, e o Caso Master de 15,7% para 7,1%. O Master é o retrato mais nítido do evento que perde tração: tinha seu melhor dia em 24 de setembro e, dois dias depois, aparece com 3,9%, já ultrapassado pela padroeira na hierarquia diária. Somados, bets, escândalos e padroeira ocupam quatro quintos do dia 25 de setembro; eleições e Master dividem o quinto restante. A atenção deste recorte é um bolo de tamanho fixo — o que entra, entra comendo o prato do vizinho.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a ordem de prioridade sai daqui. Primeiro, as bets: o assunto se sustenta sozinho há mais de uma semana e a assinatura da medida provisória, em 25 de setembro, caiu no dia mais cheio da série — o governo é dono do ato, e o enquadramento que rende é o da proteção (ludopatia, endividamento, saúde da família), não o do confronto com o mercado, que devolve o tema ao terreno do interesse econômico. Segundo, a padroeira: os 15,7% de 25 de setembro dizem que ali se abriu o flanco católico de Flávio Bolsonaro, atingido pela autoria que as redes lhe atribuíram; a defesa de Nossa Senhora como padroeira e da fé católica é o registro que o campo lulista pode ocupar, e empurrar o caso para a disputa entre ministros do Supremo é entregar a narrativa a quem não a controla. Terceiro, o custo de oportunidade: com escândalos e Caso Master em queda de participação, cada dia gasto no eixo eleitoral é um dia em que o assunto do dia é o dos outros.

Quando se troca volume por amplitude, a hierarquia se reordena e o achado aparece. Contando perfis distintos, as apostas online concentram perto de 47% de quem falou sobre os cinco assuntos, os escândalos cerca de 26%, e a padroeira 11,5% — à frente do Caso Master, com 8,4%, e das próprias eleições, com 7,4%. Em poucos dias, um caso nascido de um projeto de lei convocou mais vozes do que a novela bancária de meses e do que a agenda eleitoral inteira.



Quando se troca volume por amplitude, a hierarquia se reordena e o achado aparece. Contando perfis distintos — a medida que mostra quanta gente falou, e não quanto se falou —, as apostas online concentram perto de 47% de quem se pronunciou sobre os cinco assuntos, os escândalos cerca de 26%, e a padroeira 11,5%, à frente do Caso Master, com 8,4%, e das próprias eleições, com 7,4%. Em poucos dias, um caso nascido de um projeto de lei convocou mais vozes do que a novela bancária de meses e do que a agenda eleitoral inteira.

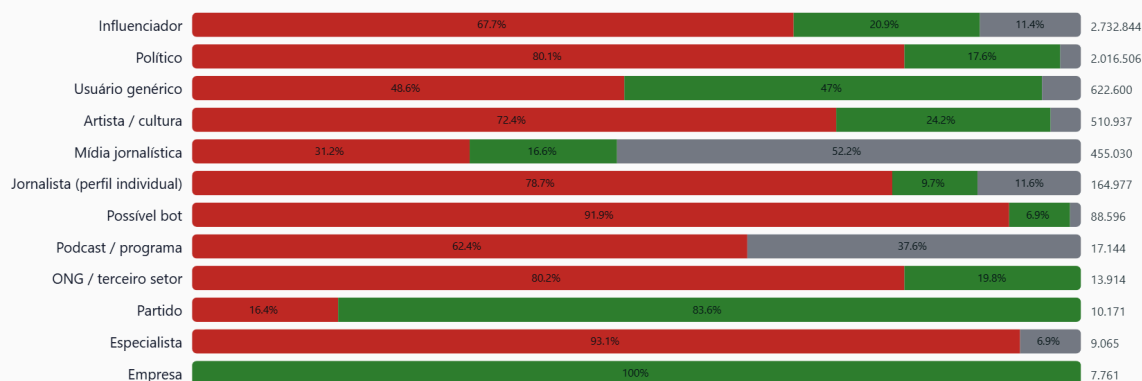
A leitura do calendário confirma o diagnóstico. Bets é o único dos cinco assuntos em que o governo é autor da pauta — a proibição assinada pelo presidente virou o fato que puxou o contingente — e é também, de longe, o de maior amplitude. A padroeira é o oposto em duração e não em força: um episódio de poucos dias, entre a ordem de remoção de um ministro do Supremo e a revogação por outro, e ainda assim reúne contingente superior ao do maior escândalo bancário do ciclo e ao das próprias eleições. Isso sugere um debate cuja gramática mais mobilizadora não é a econômica nem a eleitoral, mas a do sagrado acossado.

Para quem aconselha, a implicação é assimétrica. Bets é ativo: a maior amplitude do recorte está num assunto cuja decisão tem a assinatura do presidente e cuja defesa não exige convencer ninguém; a prioridade é sustentar o tema no centro da agenda enquanto ele rende, sem deixar que a judicialização movida pelas casas de apostas transforme o ato em disputa processual. A padroeira é terreno minado: cerca de um oitavo dos autores do recorte já estão dentro dele, e o campo lulista aparece nos dois polos, exaltando a padroeira e repudiando o projeto que a atacaria. Quem entra para somar vozes a um assunto que já tem dono não amplia o próprio campo — divide o palco. E o terceiro número é o mais eloquente para o ano que vem: eleições 2026, com pesquisas, candidaturas e disputas estaduais, é o menor contingente dos cinco, atrás até do Caso Master. Não se disputa 2026 falando de 2026, e sim ocupando as três frentes onde a conversa de fato acontece.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a consequência é dupla e imediata. A primeira: o campo progressista é autor de uma única fatia grande da agenda, a das apostas, onde a medida que proíbe bets e cassinos online tem assinatura presidencial e o enquadramento da proteção da renda e da família rende sem exigir convencer ninguém. A segunda: na padroeira, o campo entra como alvo, e crescer ali não é conquistar, é ser acusado com mais público. A ordem, portanto, é sustentar as apostas como entrega, não pisar no terreno da devoção sem lastro factual e deixar a briga entre ministros do Supremo para quem não tem voto a colher nela.

QUEM FALA E QUEM É EXPOSTO

A pergunta do painel é quem influencia o debate, e a resposta separa duas coisas que costumam andar juntas e aqui andam descoladas. A exposição se concentra em poucos perfis: humoristas, deputados e influenciadores que já tinham público e lado. Entre os tipos de quem publica, o engajamento das publicações que repudiam o projeto, o bolsonarismo, a decisão de Mendonça ou o PT se reparte sobretudo entre influenciadores e políticos, com os artistas e a mídia jornalística logo atrás, e é entre políticos que a composição é mais estreita — quase nove em cada dez de suas interações estão no repúdio.



6 · Quem fala e com que posicionamento: tipo de ator — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Apoio ■ Neutro informativo

Este gráfico mede a composição do engajamento — curtidas, comentários e compartilhamentos, isto é, exposição — dentro de cada tipo de perfil que publicou sobre a polêmica da padroeira, segundo o que a publicação faz com o assunto: defender Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, a fé católica ou um ator, ou repudiar o projeto que lhe retiraria o título, o candidato Flávio Bolsonaro (PL) e o bolsonarismo, a decisão do ministro André Mendonça ou o PT pela suposta mentira. Das cerca de 6 milhões de interações do recorte, 68% são de repúdio, 22,6% de defesa da santa e da fé católica e 9,5% de relato neutro — quase

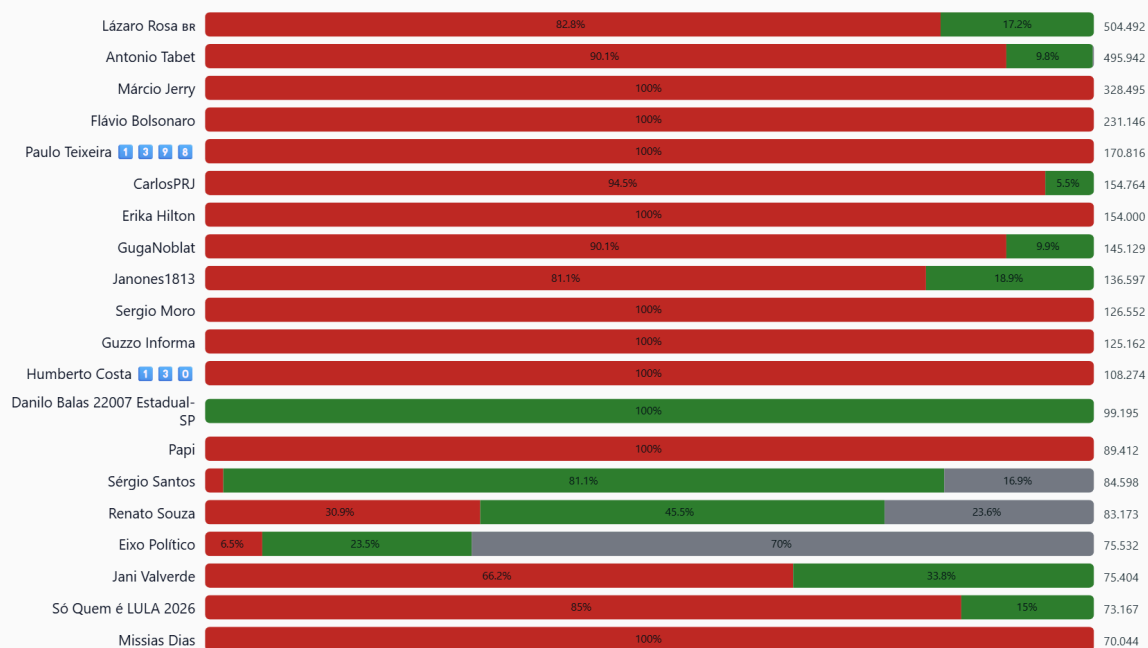
três interações de repúdio para cada uma de defesa. O painel não mede convencimento; mede onde a exposição se concentra, e ela se concentra na denúncia. Para quem aconselha Lula, o primeiro recado é de cautela: indignação dá alcance, e alcance não é voto.

A leitura pela composição do emissor — a perspectiva segundo a qual o lugar de quem fala condiciona o que se diz — mostra o quanto o tom depende de quem publica. Entre políticos, 80% da exposição é de repúdio e só 2,2% de relato; entre influenciadores, 68% é de repúdio, com 21,5% de defesa da padroeira e da fé católica; entre artistas e jornalistas individuais, o repúdio chega a 73% e 86%. A imprensa é a única que inverte: 55% da exposição dela é relato neutro. Só que esse placar engana quem o ler como placar de campo: no mesmo polo do repúdio estão Erika Hilton (PSOL-SP) denunciando o projeto de autoria de Victório Galli Filho (PP-MT) e o próprio Flávio Bolsonaro repudiando o PT pela mentira que lhe atribuem. O polo mais engajado não é vitória de ninguém: é o lugar em que os dois lados se acusam. Comemorar esses números seria comemorar a briga.

O achado está no cidadão comum, o único grupo em que a disputa está aberta: 49,8% da exposição é de repúdio ao projeto, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT, e 47,6% é de defesa da padroeira, da fé católica e da imagem dos bolsonaristas — empate técnico no engajamento, com uma assimetria reveladora: produz-se muito mais conteúdo de repúdio para chegar ao mesmo resultado, de modo que cada publicação de defesa da santa e da fé rende mais de quatro vezes o engajamento médio de uma de denúncia. O MAPAM® mostra o nó: nos trechos de repúdio, Flávio e o bolsonarismo são os agressores da fé e dos católicos — a "família miliciana" atacando Nossa Senhora —, enquanto, no outro lado da mesma cena, Flávio é a vítima de uma armação do PT. A mesma imagem distribui papéis opostos, e é esse desencontro que sustenta o empate.

Daí a ordem de prioridade para Lula e a esquerda. Primeiro, ocupar e não largar o enquadramento de defesa da padroeira e dos católicos: é o terreno em que o público comum responde, e é ali que a esquerda deixa de ser acusada de agredir a fé. Segundo, resistir à tentação de medir vitória pelo volume de repúdio a Flávio, porque esse volume é compartilhado com quem repudia o PT, e cada replicação de post alheio dilui a autoria de quem apenas replica. Terceiro, evitar a associação com o deboche: a frente do repúdio é animada por uma peça de um humorista, e o humor transfere para quem o replica o papel de agressor aos olhos de quem tem a santa como identidade. Quarto, falar da padroeira com a imagem, e não só com a nota: a defesa explícita é o único formato que, neste recorte, converte entre quem não tem posição consolidada.

A leitura fina está no cidadão comum, o único grupo em que a disputa está aberta: ali a defesa da padroeira e da imagem bolsonarista e o repúdio ao projeto e às decisões judiciais praticamente empatam em engajamento, e cada publicação de defesa da santa rende mais interação média do que uma de denúncia. O terreno onde a persuasão se decide é a base, e é lá que o tom de denúncia rende menos por unidade de esforço.



7 · Quem mais influencia: os perfis que concentram o engajamento

■ Oposição ■ Apoio ■ Neutro informativo

A polêmica da padroeira não é um debate de muitos: é um duelo de poucos perfis, e o gráfico o escancara. Antonio Tabet, humorista, concentra 241.552 interações com quatro publicações; Márcio Jerry (PCdoB-MA), deputado federal, chega a 233.578 com cinco; Lázaro Rosa, influenciador, a 183.404 com vinte e cinco. Erika Hilton (PSOL-SP), deputada federal, com uma única publicação, alcança 151.135. Flávio Bolsonaro, senador e candidato do PL à Presidência, com seis, 138.655. Um punhado de perfis responde pela maior fatia da exposição, e o volume de publicações quase não importa — a deputada do PSOL faz com um post o que Lázaro Rosa faz com vinte e cinco. Isso não é conversa de fato, é mobilização de base: a exposição se concentra em quem já tem público e já tem lado.

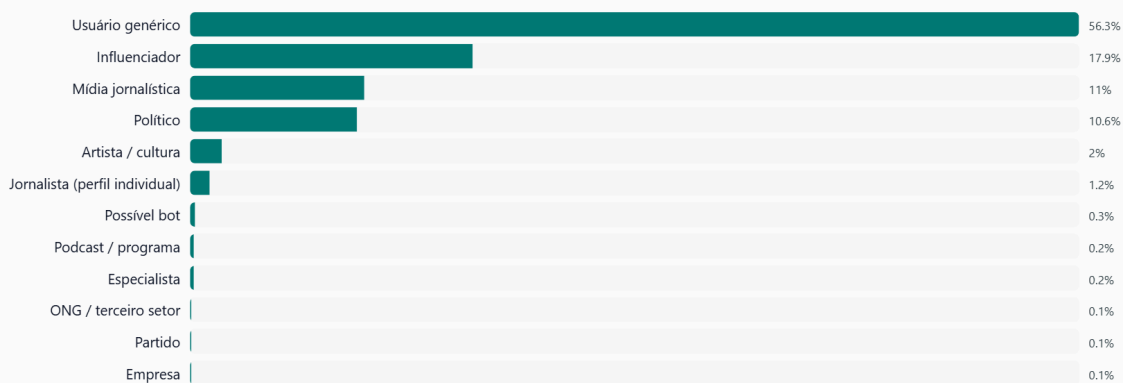
O posicionamento confirma o diagnóstico, com uma ressalva que o painel impõe. Quase todos os perfis do topo repudiam o projeto que tiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira e a quem o teria proposto — Tabet, Márcio Jerry, Erika Hilton, Paulo Teixeira (PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), Guzzo Informa, GugaNoblat. A exceção é Danilo Balas (PL-SP), deputado estadual, que defende a fé católica e a imagem de Jair Bolsonaro celebrando o dia da padroeira em Aparecida, com 72.273 interações. Sérgio Santos e Paraná Petista também aparecem afirmando a padroeira. O campo lulista ocupa os dois polos — repudia o projeto e exalta a santa —, e o posicionamento sozinho não separa campos; quem separa é o tipo de ator e o alvo da fala. A leitura que interessa a quem aconselha Lula é esta: a esquerda não está disputando o terreno, está dominando a exposição dele.

O que isso significa no debate deste recorte é que a narrativa vencedora em circulação é a que cola o bolsonarismo ao ataque à padroeira. Tabet cunhou a expressão que virou o caso — "a família miliciana odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida" — e ela foi replicada por Márcio Jerry,

Paulo Teixeira e Humberto Costa, todos deputados do campo lulista, num efeito de eco que multiplica o alcance sem multiplicar autores. Flávio Bolsonaro tenta responder no mesmo terreno, negando o projeto e acusando o PT de inventar a mentira, mas sua publicação mais engajada é justamente a que reage à acusação, não a que pauta. A assimetria é o achado: quem repudia o projeto e a quem o teria proposto lidera a exposição; quem defende a fé católica e a imagem de Bolsonaro aparece em segundo plano, com um único perfil de peso.

Para Lula e a esquerda, a implicação é de ordem prática. A onda está a favor: a associação entre bolsonarismo e ataque à padroeira circula com força, e o presidente já surfou — ergueu em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e disse que "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida". O risco é o excesso: quando a esquerda institucional entra na replicação em massa, como fizeram os deputados que apenas retuitaram Tabet, ela dilui a autoria e transforma a denúncia em coro — e coro não persuade, só confirma quem já concorda. A oportunidade está em manter a pauta no campo da fé e da dignidade, não no da briga judicial, que é onde Flávio quer o debate. A prioridade é uma só: deixar que a denúncia circule por quem tem credibilidade no tema — artistas, religiosos, influenciadores — e reservar a voz institucional para a defesa concreta da padroeira, com gesto e presença, não com retuíte.

O que separa repetição de adesão é a contagem de autores distintos, e ela dá à esquerda a melhor notícia do painel. Perfis de usuários comuns respondem por quase 59% de quem publicou sobre o caso, influenciadores por 18%, políticos por pouco mais de 10% e veículos de imprensa por menos de 10%. Para cada político que publicou, mais de cinco pessoas comuns publicaram, e o resíduo de perfis com indício de automação é inferior a meio por cento. A onda tem lastro: não é bolha de gabinete, é corrente que se forma perfil a perfil, o que muda a natureza do conselho — fala-se a uma base, não a um público cativo.



8 · Repetição ou adesão: autores distintos por tipo de ator

A pergunta deste gráfico é a que separa repetição de adesão: contando autores distintos — perfis diferentes que adotaram o discurso, e não vezes que ele foi repetido —, quem sustenta o debate sobre a padroeira? A resposta é de base larga. Perfis de usuários comuns respondem por cerca de 58% dos autores clas-

sificados; influenciadores, por 18%; políticos, por pouco mais de 10%; os veículos de imprensa, por pouco menos de 10%. Os três blocos profissionais somados ficam em torno de 37% — menos do que os usuários comuns sozinhos. Para cada político que publicou, mais de cinco pessoas comuns publicaram.

O que isso significa no caso concreto é que a polêmica da padroeira escapou do circuito político-jornalístico e desceu para a base. Como a medida conta perfis distintos, esse tamanho não se explica por cópia: são pessoas diferentes, cada uma adotando o discurso por conta própria. E o resíduo de perfis com indício de automação não chega a meio por cento do conjunto — a onda não é artificial, é o fiel comum se mexendo. No campo político, boa parte das publicações é adesão a uma formulação alheia, a frase de Tabet sobre a "família miliciania"; o bloco político funciona aí como caixa de ressonância, não como fonte de discurso próprio. Como o repúdio ao projeto que arrancaria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira atravessa os dois campos, é pelo tipo de ator — e não pelo posicionamento — que se enxerga quem de fato se moveu.

É exatamente aqui que este gráfico dialoga com o mapa do engajamento por tipo de ator. Onde aquele aponta poucos autores concentrando muita exposição — repetição ou coordenação, nunca opinião pública —, este mostra o inverso: uma multidão de autores distintos. A viralização tem lastro. O repúdio ao projeto, a quem o teria proposto, à ordem que mandou apagar o post e ao boato que o alimentou não é bolha de gabinete: é corrente que se forma na base, perfil a perfil. Num caso em que a fé é o combustível, este é o dado que mais pesa — o terreno em disputa é o do catolicismo popular, majoritário no país e historicamente pouco frequentado pela esquerda.

A consequência prática, para quem aconselha Lula e a esquerda, é dupla. Primeiro: falar no registro da fé, não no do litígio; quem transformar a padroeira em peça de processo perde justamente a base que este gráfico revela. Segundo: como o tamanho vem das pessoas comuns e não dos gabinetes, a indignação contra a ofensa à santa e contra os que a ofenderam precisa circular na linguagem de quem reza, não na dos autos. Terceiro, e mais urgente: não aceitar a peça de que a esquerda teria inventado a mentira contra Flávio, porque entrar nessa seara joga o governo para dentro do duelo judicial, onde não há ganho, enquanto o que rende é a defesa da padroeira. Prioridade, nesta ordem: a santa, o projeto, a base; o processo, por último.

Enquanto isso, a crista da circulação tem assinatura. A peça do humorista Antonio Tabet — que afirma que a família miliciania odeia mulher preta e por isso atacou Nossa Senhora — acumula mais de 164 mil interações, e as replicações feitas por deputados e senadores do campo governista somam quase meio milhão; somadas as suas peças, o humorista está em mais da metade da exposição do topo. A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) responde com a peça de político mais engajada, e o único registro de defesa da santa entre as mais circuladas é a replicação, por um deputado estadual, da celebração de Jair Bolsonaro em Aparecida.

9 • As publicações que mais circularam

A peça que definiu a crise não é sobre o projeto de lei, nem sobre a fé católica: é a frase do humorista Antonio Tabet segundo a qual "a família miliciania odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida". O original acumula 164,5 mil interações e as replicações feitas por Paulo Teixeira (PT-SP), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Humberto Costa (PT-PE) somam 445,4 mil — quase 40% de tudo o que circulou no topo. Contando o original, as replicações e a nota em que Tabet denuncia a remoção de seu post, o humorista está em mais da metade da exposição aqui reunida.

O Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, o MAPAM®, que registra o papel que cada autor atribui a quem cita, expõe a disputa de enredo: Tabet faz da "família miliciana" a agressora e de Nossa Senhora Aparecida, mulher preta, a vítima, no registro do dano ao sagrado. Erika Hilton (PSOL-SP), com 154 mil interações, assina o original de político mais circulado e desloca a acusação para o projeto e para quem o apresentou, o ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor da Presidência de Jair Bolsonaro. O campo bolsonarista narra-se como vítima de uma mentira do PT e da CNBB e aciona o vício da opressão ao denunciar censura.

Prevalece o enredo de Tabet, e com folga. O formato que dá vitória a essa leitura é a replicação: a mesma frase, repassada por deputados e senadores, ocupa as primeiras posições, entregando a um humorista — e não a um ator político — o vocabulário da crise, a ponto de a peça seguinte dele, o pedido de desculpas falso à "família miliciana", responder por 9,7% das interações do gráfico. E há um vazio revelador: a única peça de afirmação da fé entre as mais circuladas é a replicação, feita por Danilo Balas (PL-SP), do registro de Jair Bolsonaro no dia da santa, com 6,4%.

A oportunidade está em que o repúdio ao projeto e a quem o teria proposto domina a circulação, e o enquadramento de direitos e liberdades rende: a nota de Tabet sobre a ordem de remoção e a peça sobre "católicos censurados" somam 10% da exposição, quase toda construída sobre a decisão do ministro André Mendonça. O risco é o outro registro, o da afirmação da fé, que quase não aparece entre o que mais rodou — e o pouco que aparece está com o adversário. Primeira prioridade: ocupar o terreno da devoção com peça própria, antes que a replicação bolsonarista o consolide; segunda: ancorar o repúdio no projeto e em seu autor, não na personalização do candidato do PL à Presidência; terceira: medir o custo de cada peça que transforme decisão judicial em assunto de campanha, porque é ali que a censura deixa de ser arma da esquerda e passa a ser argumento do outro lado.

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	RT @antoniotabet: A família miliciana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida! https://t.co/aiL4I3tLDH Paulo Teixeira     · Político · Twitter/X · 2026-09-27 NEGATIVO · RAIVA · DESPREZO	170.816	1.062.183
2	RT @antoniotabet: A família miliciana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida! https://t.co/aiL4I3tLDH Márcio Jerry · Político · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · RAIVA · INDIGNAÇÃO	166.328	1.032.592
3	A família miliciana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida! https://t.co/aiL4I3tLDH Antonio Tabet · Artista / cultura · Twitter/X · 2026-09-27 NEGATIVO · RAIVA · DESPREZO	164.540	1.020.001

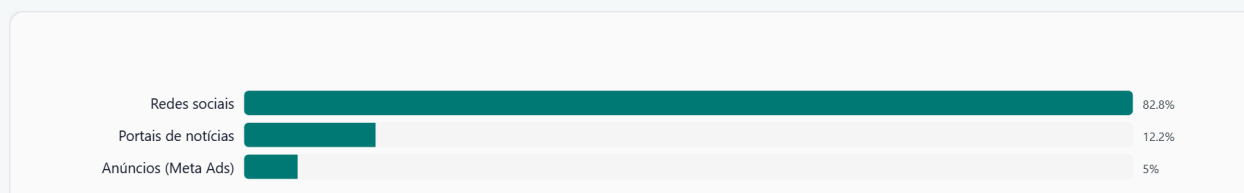
#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
4	Repúdio, com veemência, o Projeto de Lei que retira o título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida, apresentado na Câmara por Victório Galli Filho, ex-assessor especial da Presidência da República de Jair... Erika Hilton · Político · Instagram · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	154.000	0
5	Venho a público pedir desculpas à família miliciana. Em nenhum momento, afirmei que a família miliciana era a família miliciana. Quando citei a família miliciana, referia-me à família miliciana e não à família miliciana. Portanto... Antonio Tabet · Artista / cultura · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · DESPREZO	150.308	944.432
6	Eu custei a acreditar que Flávio Bolsonaro vai tirar Nossa senhora aparecida como padroeira do Brasil. Mas acabou de sair na GloboNews essa notícia. Isso é algo tão grave e sem precedentes. É o maior ataque aos católicos d... CarlosPRJ · Possível bot · Twitter/X · 2026-09-24 NEGATIVO · SURPRESA · INDIGNAÇÃO	133.104	3.185.599
7	RT @CarlosPortoRJ: Eu custei a acreditar que Flávio Bolsonaro vai tirar Nossa senhora aparecida como padroeira do Brasil. Mas acabou de sai... Márcio Jerry · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · SURPRESA · INDIGNAÇÃO	128.113	2.831.678
8	 URGENTE! Daniela Lima acaba de confirmar que NÃO É FAKE NEWS a informação passada por Maria Cristina Fernandes. A Igreja Católica monitora desde 2019 ataques de evangélicos bolsonaristas à Nossa... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	113.592	1.253.405
9	URGENTE AGORA! JUSTIÇA CONFIRMA QUE FLÁVIO BOLSONARO QUER MUDAR A PADROEIRA DO BRASIL! Janones1813 · Político · Instagram · 2026-09-27 NEGATIVO · SURPRESA · INDIGNAÇÃO	110.761	855.361
10	RT @antoniotabet: A família miliciana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida! https://t.co/aiL4I3tLDH Humberto Costa    · Político · Twitter/X · 2026-09-27 NEGATIVO · RAIVA · DESPREZO	108.274	478.932
11	RT @jairbolsonaro: - Assim como em anos anteriores, fui hoje à Aparecida celebrar o dia de Nossa Senhora Aparecida, data especial para a fé... Danilo Balas 22007 Estadual-SP · Político · Twitter/X · 2026-09-26 POSITIVO	99.195	0

- 12 Nota à Imprensa. Peço, por favor, que compartilhem: "A defesa de Antonio Tabet repudia veementemente a decisão liminar proferida pelo Ministro André Mendonça que determinou a remoção de uma de suas publicações...

83.458 1.282.187

Antonio Tabet · Artista / cultura · Twitter/X · 2026-09-25

NEGATIVO · INDIGNAÇÃO



5 · Onde o caso circula: redes, imprensa e anúncios

Este gráfico mede uma coisa só: o peso de cada circuito — redes, imprensa e anúncios — na circulação do caso da padroeira. E o retrato é desequilibrado. As redes respondem por 86,4% do que circula no recorte; a imprensa, por 9,1%; os anúncios, por 4,5%. Em razões, o circuito das redes carrega quase nove vezes e meia o volume da imprensa e cerca de dezenove vezes o do circuito pago. Não é um caso que se possa tratar como pauta de imprensa: é um caso de rede, que a imprensa passou a registrar e o Judiciário a arbitrar. Para quem aconselha Lula e a esquerda, a consequência cai por si: o terreno que decidiu o caso é aquele em que a esquerda entra tarde, e entra reagindo.

A fatia da imprensa, um décimo do total, é onde o episódio deixa de ser boato e vira disputa institucional. As manchetes do período não falam de fé: falam de Dino derrubando a decisão de Mendonça, de Fux suspendendo a decisão de Dino, da nota da CNBB, do projeto apresentado na Câmara em 2007 por Victório Galli Filho, então suplente em exercício, hoje candidato pelo PP-MT, para retirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira. É na imprensa que se fixa o enquadramento jurídico do caso — e é exatamente ali que mora o risco. A manchete que contesta Lula por explorar o episódio transforma o presidente e candidato à reeleição em personagem da polêmica, não em seu árbitro. Para o aconselhado, este circuito se ocupa com fato, não com palanque: o objeto com nome, assinatura e lugar — o projeto de lei — sustenta a narrativa; a declaração presidencial em comício entrega o flanco.

Os anúncios são o circuito quase vazio: 4,5%, um em cada vinte e dois. A leitura que os números sugerem é que essa briga ainda não foi comprada — correu inteira na adesão espontânea e na indignação, na rejeição ao projeto que tiraria de Nossa Senhora o título de padroeira, no repúdio a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo, na defesa da fé católica. Numa campanha em período eleitoral, com propaganda autorizada desde 16 de agosto e o eleitorado católico no centro da disputa, essa ausência é porta aberta e relógio andando: quem comprar o tema primeiro define os termos em que ele será lembrado na urna. A prioridade, aqui, é incômoda como todas as prioridades reais: ocupar o circuito pago com respeito religioso, e não com polêmica, antes que o outro lado o ocupe com vitimização.

Aqui entra o que a divisão dos circuitos esconde e o conteúdo revela. O MAPAM® identifica, numa situação de dano, quem aparece como vítima, quem como agressor, quem como protetor e quem como reparador. E o enredo está em disputa aberta: o post de maior circulação faz de Nossa Senhora Aparecida e das mulheres negras vítimas de uma "família milicianista", no registro do racismo e da intolerância religiosa; do outro lado, Flávio Bolsonaro se apresenta como vítima de uma mentira inventada pela "máfia do pt" e aponta gente "de dentro da CNBB" como coautora do boato, acusação que os bispos rejeitaram como injusta e sem provas. O mesmo ator é algoz para um campo e perseguido para o outro, e cada circuito arbitra um pedaço dessa versão: as redes são a arena dos papéis, a imprensa é a arena da autoridade, os anúncios são a arena do voto. Para Lula e a esquerda, perder qualquer uma das três é perder o caso inteiro.

A implicação é de autoria: quem repudia em massa usando a formulação de um humorista dilui a própria voz, e um coro não persuade, confirma. A prioridade é deixar a denúncia circular por quem tem credibilidade devocional — artistas, religiosos, católicos de paróquia — e reservar aos quadros institucionais a defesa concreta da padroeira, com gesto e presença, não com retuíte.

DE QUEM SE FALA: OS PAPEIS EM DISPUTA

Aqui entra o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, o MAPAM®, que registra o papel que cada autor atribui a quem cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura. E o enredo que se firmou não é o do duelo entre campos, é o do dano à fé: agressão e vitimização somam nove de cada dez papéis atribuídos, a proteção fica em 7% e a reparação em pouco mais de 1%, quase um vazio. A vítima é consensual; a culpa é disputada.

21 · Papéis actancial-morais (MAPAM®): as pessoas do caso

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	68%		1.1%	0.3%	31%
Nossa Senhora Aparecida		0.3%	7.7%	0.3%	92%
Familia Milicianista	98%				2.1%
Catolicos		5.1%	1.3%		94%
Andre Mendonca	91%		5.2%	1.2%	2.3%
Antonio Tabet	14%				86%
Fake News	100%				
Fe dos Brasileiros					100%
Flavio Dino	66%		23%	10%	
Mendonca	88%		6.8%	1.4%	4.1%
Lula	53%		43%	1.4%	2.8%

Povo	4.8%	6.5%	89%
------	------	------	-----

O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, não pergunta se alguém é bem ou mal falado: pergunta que lugar cada um ocupa na história contada — quem sofre o dano, quem o provoca, quem protege, quem repara. Neste recorte, a história é quase inteira de agressão e vitimização. Agressor e vítima somam nove de cada dez papéis atribuídos, a proteção fica em 7% e a reparação em 1,4% — praticamente ninguém está sendo narrado como quem conserta o estrago. Não é um debate sobre um projeto de lei: é uma contenda sobre quem ofendeu a fé de quem. E o eixo dessa contenda é Flávio Bolsonaro, que concentra quatro de cada dez papéis atribuídos, à frente de André Mendonça, com dois de cada dez, e de Antônio Tabet, com 17%.

As duas metades de Flávio Bolsonaro não são incoerência do quadro: são a guerra de narrativas em estado puro. Para quem o denuncia, ele é agressor — 69% das publicações que o citam —, autor moral do projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, alvo da frase que correu o país, a de que "a família milicianista odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida". Para quem o defende, é vítima — 30% —, e o enredo é o da perseguição: "a máfia do pt inventou uma mentira de que eu iria acabar com a Padroeira do Brasil". O mesmo ator acumula a acusação e o alibi, e cada peça nova do caso é lida pelos dois lados como prova da própria versão. A implicação para quem é aconselhado é imediata: quem entra nesse ringue sem objeto — sem o projeto, sem o autor, sem a decisão a contestar — entra e sai como agressor.

Nos demais personagens, os papéis são menos disputados e mais reveladores. Victorio Galli (PP-MT), autor do projeto que retira o título de padroeira, é agressor em todas as publicações que o citam: não tem outra face no recorte. André Mendonça é agressor em nove de cada dez citações — o enredo é a censura do post —, com uma franja de 5% que o lê como protetor da fé católica. Antônio Tabet é vítima em 86% e agressor em 14%: o retrato é do humorista punido, não do piadista ofensivo. Flávio Dino é agressor em dois terços das citações, protetor em 23% e reparador em 11%, o único ator a quem se atribui reparação com peso. Lula é agressor em 52% e protetor em 43%, quase nunca vítima.

A consequência para quem aconselha é direta. Lula tem um ativo raro — 43% de proteção entre as citações a ele, construída com a santa erguida em Belém e a foto publicada por Janja —, mas esse ativo é simétrico ao de agressor, e todo gesto que o empurre para a briga sobre quem ofende a fé converte um no outro. Não bancar a censura como bandeira é o segundo ponto: quem repara, repara contra dois terços de agressão, como mostra o caso de Dino, e esse custo não precisa ser o de todo o campo. O terceiro é o vazio mais rentável do quadro: com a reparação em 1,4%, o papel de quem conserta está aberto, e há um projeto, um autor e uma decisão a contestar para preenchê-lo. Na ordem — proteger Lula do papel de agressor, deslocar a disputa para o objeto, e não gastar munição no insulto religioso, onde um artista aparece como vítima preferencial e o campo, como agressor.

26 · MAPAM® quando o texto acusa desinformação

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	PROTECTOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	44%	1.1%	0.5%	54%

Fake News	100%		
Fe dos Brasileiros			100%
Nossa Senhora Aparecida		4.6%	95%
Catolicos		4.3%	96%
Lula	70%	28%	2.5%
Flavio Dino	91%		8.8%
Catolico			100%
Quem Tenta Enganar	100%		
Cnbb	6.5%	3.2%	90%
Guilherme Piai		100%	
Pt	100%		

Quando a pergunta é quem mente e quem é lesado, o MAPAM® devolve um retrato desequilibrado e cruel. Neste recorte da polêmica da padroeira, filtrado pelas acusações de mentira, boato e suspeita de armação, o agressor ocupa 58% das atribuições de papel, a vítima 35%, o protetor 5% e o reparador pouco mais de 2%. Quase três agressores para cada duas vítimas, e um enredo que praticamente não prevê saída: discute-se quem fez o mal, quase nunca quem o desfaz. Flávio Bolsonaro concentra 60% de todas as atribuições de papel do recorte e é, ao mesmo tempo, a vítima de 92% das vitimizações e o agressor de 47% das agressões. O campo bolsonarista obteve o essencial: instalar a candidatura como a parte ofendida.

O achado não é o volume de um lado, é o espelhamento. Nenhum dos nomes centrais recebe papel único, e cada um carrega o par antagônico do outro. Dentro do que se diz de Flávio, 54% o fazem vítima e 45% agressor, quase meio a meio. Flávio Dino é agressor em 91% das menções que recebe, com os 9% restantes na reparação, e essa reparação é exatamente a decisão que revogou a ordem de remoção. Lula dá 71% de agressor e 26% de protetor, mas é ele quem responde por 64% de toda proteção atribuída no recorte. Antonio Tabet é 75% agressor e 25% vítima; André Mendonça se dispersa entre agressão, proteção e reparação. A regra é implacável: quem acusa herda a pecha de agressor, e quem é acusado herda o manto de vítima.

De onde vêm as atribuições diz muito sobre o que o debate esqueceu. A ofensa ao sagrado é narrada como dano a pessoas nomeadas — Flávio, Tabet, Lula —, e nem os fiéis católicos nem a estrutura que produziu o projeto aparecem como titulares de papel; a fé entra como objeto em disputa, não como sujeito lesado. Victório Galli Filho responde por 3,8% das agressões atribuídas, enquanto Dino responde por 18% e Lula por 16%. O autor da proposta virou nota de rodapé do próprio escândalo; o que se julga agora é a mentira e a censura, não a autoria.

Lula é o protetor consistente deste enredo, e isso é ativo — mas o mesmo gráfico mostra o preço. Para cada menção que o coloca defendendo a padroeira, quase três o colocam como agressor, e a frase que o transforma em protetor é também a que rende a acusação de que ele quer se meter até nas regras da Igreja. Cada ida ao palanque religioso aumenta a proteção e a agressão na mesma medida. A reparação, vazia em 2%, está aberta: quem a ocupar sem passar pelo tribunal, com o santuário, com os bispos, com os católicos do próprio campo, escapa da sina de Dino, cuja ordem de liberar o post virou, para o outro lado, censura. A prioridade é essa: blindar a padroeira com ato, não com resposta; devolver a autoria a Galli; e deixar a pecha de acusador para quem já a carrega.

No nível das instituições e dos coletivos, o sagrado ofendido ocupa a quase totalidade dos papéis em jogo: Nossa Senhora Aparecida é vítima em nove de cada dez menções que a atribuem papel, os católicos em mais de nove de cada dez, a Igreja Católica e a CNBB em mais de oito de cada dez. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é o caso mais eloquente: vítima na maioria esmagadora de suas menções, aparece também como agressora numa franja, na acusação de que gente de dentro dela teria ajudado a espalhar o boato — a mesma instituição, ofendida e suspeita, conforme o lado que a cita.

22 · Papéis actancial-morais (MAPAM®): instituições e coletivos

O MAPAM® mede o papel que cada texto atribui a quem cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade —, e neste recorte ele responde à pergunta do painel com uma clareza brutal: 83% dos papéis atribuídos são de vítima. E a vítima tem nome, rosto e coroa. Nossa Senhora Aparecida concentra 44% de tudo o que se atribui no gráfico e, quando entra em cena, é vítima em 91% das vezes; os católicos respondem por 35% dos papéis e são vítimas em 93% do que deles se diz; a Igreja Católica, em 95%; a CNBB, em 85%. Somado, o sagrado ofendido — a padroeira, os fiéis, a Igreja, a conferência dos bispos — ocupa 90% dos papéis em disputa. O enredo que se firmou, portanto, não é o do duelo entre dois campos: é o do dano à fé do povo católico, corporificada numa imagem. A vítima coletiva está definida, e ninguém disputa esse posto.

O agressor é outra história, e é aí que o quadro se parte ao meio. Papéis de agressão somam 9% do total e se dividem em espelho: os bolsonaristas levam 46% das atribuições de agressão, o Partido dos Trabalhadores, 39% — sete pontos de diferença, ruído de narrativa, não hierarquia. A vítima é consensual; a culpa é disputada. E nessa disputa a instituição não se firma como vilã: o Supremo Tribunal Federal é agressor em 7% dos papéis de agressão e protetor em 8% dos de proteção — o mesmo tribunal, quase a mesma magnitude, conforme quem narra, se a ordem de remoção da publicação ou a sua revogação. O TSE aparece como agressor em 5% e como protetor e reparador em frações residuais. Quem consolida o papel institucional de agressor não é órgão nenhum: é o campo político adversário de quem fala.

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	68%		1.1%	0.3%	31%
Nossa Senhora Aparecida		0.3%	7.7%	0.3%	92%
Familia Milicianas	98%				2.1%
Catolicos		5.1%	1.3%		94%

Andre Mendonca	91%	5.2%	1.2%	2.3%
Antonio Tabet	14%			86%
Fake News	100%			
Fe dos Brasileiros				100%
Flavio Dino	66%	23%	10%	
Mendonca	88%	6.8%	1.4%	4.1%
Lula	53%	43%	1.4%	2.8%
Povo		4.8%	6.5%	89%

Proteção é 5,5% dos papéis, e dois terços dela vão para a própria Nossa Senhora Aparecida: no enredo, quem protege é a santa, não o político. Reparação, porém, fica em 0,5% — presença residual, quase um vazio. Ninguém repara, ninguém paga preço, ninguém pede perdão com endereço, e o povo católico, que absorve 92% dos papéis de comunidade afetada, segue sem quem lhe responda. Resta o caso mais eloquente do gráfico, o da CNBB: vítima em 85% de suas menções, ela aparece como agressora em 6% — a acusação de que gente de dentro dela teria ajudado a espalhar o boato. A mesma instituição é a ofendida e a suspeita, conforme o lado que a cita.

Para Lula e a esquerda, a leitura prática sai daqui e vem em ordem de prioridade. Primeiro, não entrar na disputa de autoria da notícia falsa: o campo petista já carrega 39% das atribuições de agressão, quase empatado com o outro lado, e cada esforço para provar de quem partiu o boato rende mais um quinhão de vilania. Segundo, sentar-se na cadeira vazia: a reparação é 0,5% do gráfico, e um gesto concreto — com nome, lugar, assinatura e número, no santuário, com os bispos, ao lado dos católicos — vale mais do que qualquer indignação. Terceiro, não competir pela indignação, porque ela pertence a quem foi ferido, e quem a puxa para si disputa com o bolsonarismo o papel de agressor. A CNBB, vítima em 85% de suas menções, é a aliança de maior valor na mesa; e, no enredo que os dados desenham, é a ela que a esquerda deve proteção, não companhia de palanque.

25 · MAPAM® nas publicações de oposição — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	70%		1.2%		28%
Nossa Senhora Aparecida		0.4%	5.9%	0.4%	93%

Familia Milicianas	98%			2.3%
Catolicos		5.1%	1.4%	93%
Andre Mendonca	92%		5.7%	2.5%
Antonio Tabet	14%			86%
Fake News	100%			
Fe dos Brasileiros				100%
Mendonca	90%		5.6%	4.2%
Flavio Dino	81%		15%	4.8%
Lula	66%		31%	1.7% 1.7%
Povo		5.2%	5.2%	90%

Quando o recorte se fecha nas publicações que repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, quem o teria proposto, a decisão de André Mendonça ou o PT pela suposta mentira, o MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que registra o papel moral que o autor atribui a quem cita, devolve uma fábrica de acusações: dois terços das atribuições de papel são de agressor, 27,8% de vítima, 5% de protetor e 0,5% de reparador. Quem repudia denuncia, não defende, e quase ninguém aparece para consertar.

O alvo preferencial não é o autor do projeto. Flávio Bolsonaro (PL) recebe 40,5% de todas as atribuições de papel do recorte e 43,2% das de agressor, enquanto Victório Galli Filho (PP-MT), o ex-deputado que assinou a proposta em 2007, fica com 4% — o autor do ato some, o adversário eleitoral ocupa o palco. E entre os agressores quase dois de cada cinco dedos apontam para ministros do Supremo: André Mendonça soma 28,9% das atribuições de agressor e Flávio Dino, 9,6%. O debate deste recorte virou briga sobre juizes e pessoas, não sobre a padroeira.

O achado fino é que os mesmos atores trocam de roupa conforme quem narra. Flávio é agressor em 71,1% das atribuições que recebe e vítima em 27,5% — e esse segundo número é o produto político que a campanha dele busca: a acusação de atacar a padroeira é o que fabrica o senador caluniado. Antônio Tabet aparece como vítima em 85,9% das suas atribuições e como agressor em 14,1%, e as mesmas publicações sustentam as duas leituras, o que diz com precisão onde está a disputa: se a ofensa é a piada ou a remoção da piada. As vítimas do caso são duas e se repartem quase todo o papel: Tabet leva 55,5% das atribuições de vítima e Flávio, 40,2%. Mendonça é quase unívoco, agressor em 91,8% do que recebe; Dino é o espelho quebrado, agressor em 80% das suas atribuições na voz de quem repudia a suposta mentira do PT e protetor em 15% mais reparador em 5% na voz de quem viu nele a revogação da censura. São duas máquinas de acusar girando em sentidos contrários dentro do mesmo polo.

Para Lula e a esquerda, a leitura é dura e é uma boa notícia. Dura porque seus protagonistas entram neste recorte mais como acusadores do que como defensores: Lula é agressor em 66% das atribuições que recebe e protetor em 30,2%; Dino é agressor em quatro de cada cinco. Boa notícia porque os dois papéis que

constroem imagem duradoura estão vazios: a proteção responde por 5% das atribuições, e Lula já detém 42,1% delas, a maior fatia de um terreno quase deserto; a reparação responde por 0,5%, e Dino detém 75% desse fio, exatamente pelo enquadramento que a imprensa registrou como Flávio Dino restaurando. Quem ocupa o papel de protetor e de reparador não precisa provar que o outro é mau: encarna a saída. E o papel de agressor, saturado em dois terços, já não rende — rende ao acusado, que com 27,5% de vitimização converte cada ataque em capital. A prioridade, então, é sair da trincheira judicial e voltar ao objeto: assumir a defesa de Nossa Senhora Aparecida, dos fiéis e da liberdade religiosa com a Igreja e o Santuário à frente, oferecer reparação concreta com o enterro do projeto e a proteção do título, e parar de acusar Flávio em massa para tratá-lo como autor de uma proposta impopular entre católicos.

De onde vem a atribuição é o dado que interessa ao conselheiro, e ele é homogêneo: a base assina a maior parte dos papéis e distribui agressão e vitimização na mesma proporção dos influenciadores, dos políticos e da imprensa. Não existe gramática própria de cima nem de baixo — a mesma acusação circula do gabinete ao comentário anônimo. E os dois lados usam o mesmo par invertido: para um, o bolsonarismo agride a padroeira e o fiel católico; para o outro, o PT agride e Flávio é o caluniado.

23 · Quem atribui os papéis: MAPAM® por tipo de ator que publica

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	68%		1.1%	0.3%	31%
Nossa Senhora Aparecida		0.3%	7.7%	0.3%	92%
Familia Miliciania	98%				2.1%
Catolicos		5.1%	1.3%		94%
Andre Mendonca	91%		5.2%	1.2%	2.3%
Antonio Tabet	14%				86%
Fake News	100%				
Fe dos Brasileiros					100%
Flavio Dino	66%		23%	10%	
Mendonca	88%		6.8%	1.4%	4.1%
Lula	53%		43%	1.4%	2.8%
Povo		4.8%	6.5%		89%

Este quadro responde à pergunta mais reveladora do caso: quem distribui os papéis morais, e com que mão. O MAPAM® identifica as funções que quem escreve imputa a quem é citado — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade e estrutura —, e o resultado é de uma estreiteza brutal: 49% das atribuições fa-

zem alguém de agressor e 44% fazem alguém de vítima, ou 93% de tudo o que se escreveu no recorte. Protetor fica com 6%; reparador e comunidade não alcançam 1% cada; estrutura, que nomearia a causa sistêmica, é residual. Não há debate sobre Nossa Senhora Aparecida: há julgamento de culpa e de sofrimento, e só isso.

A resposta à pergunta do painel — se o papel vem da imprensa, dos políticos ou da base — é: vem de todos, com o mesmo desenho. A base, os usuários comuns, assina 42,5% das atribuições e distribui 51% de agressor contra 44% de vítima. Os influenciadores, 26,9% do total, ficam em 47% e 44%. Os políticos, um quinto das atribuições, em 46% e 44%. A imprensa, 7,4%, em 47% e 45%. Não existe gramática própria de cima nem de baixo: a mesma acusação e a mesma vitimização circulam do gabinete ao comentário anônimo com proporções quase idênticas. Quem esperava encontrar na imprensa a fabricante da acusação e no político o seu organizador encontra apenas replicadores de um mesmo molde.

Os dois lados usam o mesmo par, invertido. De um lado, o bolsonarismo é o agressor — o projeto do ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência no governo Jair Bolsonaro, que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, e a "família miliciana" que, na formulação do humorista Antonio Tabet, "odeia tanto mulher preta" que resolveu atacar a santa; a vítima é a padroeira, é o católico, é a mulher negra. Do outro, o agressor é o PT, que teria inventado a mentira, e a vítima é Flávio Bolsonaro, censurado por decisão do ministro André Mendonça. Protetor, único papel fora desse par, reparte-se entre influenciadores, que assinam 31% dele, políticos, 30%, e a base, 26%.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a conta é simples: onde 93% das atribuições são de acusação e vitimização, ninguém ganha — empata-se. A vantagem mora no que quase ninguém ocupa. Protetor, com 6%, é o papel que fala ao eleitorado católico, e Lula já ensaiou o movimento em Belém, ao erguer a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e cravar que "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida". A ordem de prioridade é sustentar esse papel com presença e gesto, não com nota; ocupar o reparador, abaixo de 1%, oferecendo reparação à ofensa feita à fé e à censura imposta ao humorista; e recusar o circuito agressor-vítima, em que a simetria da base anula qualquer vantagem. O risco é o inverso: sobrar apenas como agressor na versão adversária, o "PT da mentira".

24 · MAPAM® nas publicações de apoio — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Catolicos		4.8%			95%
Nossa Senhora Aparecida			35%		65%
Flavio Bolsonaro	71%			5.9%	24%
Flavio Dino	7.1%		57%	36%	
Lula			93%		7.1%

Familia Milicianas	100%	
Andre Mendonca	80%	20%
Fieis	100%	
Fe dos Brasileiros		100%
Antonio Tabet	20%	80%
Fake News	100%	
Povo	25%	75%

Dos papéis morais que o MAPAM® recolhe entre os textos que afirmam e defendem Nossa Senhora Aparecida como padroeira, a fé católica ou um ator, emergem dois blocos praticamente empatados. A proteção e a acusação respondem, cada uma, por cerca de um terço de todas as atribuições, e a coroa da proteção é de Luiz Inácio Lula da Silva: nada menos que 93% dos papéis que ele recebe neste recorte o apresentam como protetor — o presidente que diz que "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida" e o Alckmin que, na mesma toada, promete que as tradições religiosas seguirão protegidas enquanto ele e Lula governarem. Flávio Dino vem logo atrás e por outro caminho: 92% das menções a ele o põem como protetor (54%) ou reparador (38%) — o ministro que derruba a censura ao post do humorista e devolve a liberdade religiosa aos devotos. A acusação, por sua vez, concentra-se em dois nomes: Flávio Bolsonaro e André Mendonça respondem, juntos, por nove de cada dez atribuições de agressor, e ninguém mais é tão acusado quanto o candidato do PL à Presidência, quase três vezes mais vezes apontado como agressor do que como vítima. Para quem aconselha Lula e a esquerda, isso é um ativo moral já construído por terceiros — e ativo construído por terceiros se gasta ou se perde, não se guarda.

O achado fino, porém, está nas fissuras dentro do próprio campo da defesa. Flávio Bolsonaro é agressor em quase 70% das atribuições que recebe, mas vítima em um quarto delas — porque este polo, por definição, inclui quem afirma a padroeira e também quem nega o projeto, e é aí que a versão do senador ("a história é mentira do PT") entra como dano sofrido, não como dano causado. Dino é protetor em 54% das menções e agressor em 8%; Tabet é vítima em 80% e agressor em 20%. Ou seja: mesmo dentro de um recorte que exalta a padroeira, o mesmo personagem troca de papel conforme quem narra — o ministro que restaura a liberdade de expressão é, para uma franja, o censor; o humorista censurado é, para outra, o agressor da fé. E os papéis deste gráfico recaem todos sobre pessoas nomeadas, nunca sobre um mecanismo, uma instituição ou uma prática coletiva: o conflito se personaliza, e a disputa sobre a lei que retiraria o título de padroeira aparece nos textos como disputa sobre gente. O conselho, portanto, é não tratar esse polo como bloco político: ele reúne devoção sincera, catolicismo institucional e antipetismo católico, e quem ler o número agregado como vitória da esquerda vai celebrar uma base que não é sua.

De onde vêm essas atribuições também importa. Os textos que coroam protetores e reparadores são, em regra, boletins de urgência sobre o vaivém judicial — a suspensão da ordem de Mendonça, o restabelecimento do post, a decisão de Fux que a reverte —, celebrados com alívio por políticos, pelo influenciador que grita "estaremos nas trincheiras por Nossa Senhora Aparecida" e pelo próprio humorista, que agradece a Dino e anuncia a republicação. A outra corrente, devocional e solene, vem de perfis como a TV Aparecida e de cenas de novela, e fala de esperança, não de briga. Quem puxa a acusação contra Flávio Bolsonaro e

Mendonça são os mesmos que transformam a liberdade religiosa em liberdade de expressão ameaçada — e é exatamente essa dobradiça que interessa ao adversário: enquanto a defesa da padroeira for narrada como defesa do Supremo, o papel de protetor deixa de ser de Lula e passa a ser de um tribunal em disputa. A recomendação de prioridade é deslocar o enredo de volta ao objeto: o repúdio ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira e à sua autoria — o ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT) —, e não à decisão de um ministro; a exigência de que o candidato do PL explique o texto de que é apontado como autor; e o cuidado de não repetir o terreno da "mentira do PT", que já custou à campanha uma nota da CNBB.

Há ainda uma oportunidade que os números escancaram por omissão. Lula é o protetor mais citado do recorte, mas não figura entre quem publicou sobre o caso no período — sua proteção é dita por outros, em comícios e em terceiros que o invocam ("Nossa Senhora Aparecida, proteja o presidente Lula"). Isso é bom e é ruim. Bom porque o presidente ocupa o lugar moral mais alto sem gastar a própria voz num assunto que ainda pode virar briga entre tribunais; ruim porque um ativo que não é dito pelo dono não vira compromisso, vira expectativa. A ordem de prioridade que se sugere é esta: primeiro, falar diretamente no registro devocional, e não no jurídico — a padroeira, o santuário, o romeiro, nunca a liminar; segundo, separar a fé católica da decisão de Dino, para que a vitória não seja lida como vitória do governo sobre a religião de quem vota contra; terceiro, tratar o eleitorado católico como público a ser conquistado, não como base a ser contada — o polo da defesa da padroeira engorda com gente que nunca votou no PT, e confundir a defesa da santa com voto é o erro que transforma um bom episódio em falsa esperança.

O achado que muda o conselho, porém, é a comparação entre casos. No escândalo do banco, Flávio concentra quase todos os papéis como agressor e quase nenhum como vítima; na padroeira, ele continua majoritariamente agressor, mas a fatia de vítima passa de 3% para quase 30% — mais de um quarto do debate já o descreve como perseguido. A narrativa da perseguição está engordando exatamente onde a esquerda julga estar atacando.

55 • Flávio como agressor: Caso Master × padroeira (MAPAM®)

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	68%		1.1%	0.3%	31%
Nossa Senhora Aparecida		0.3%	7.7%	0.3%	92%
Familia Milicianas	98%				2.1%
Catolicos		5.1%	1.3%		94%
Andre Mendonca	91%		5.2%	1.2%	2.3%
Antonio Tabet	14%				86%
Fake News	100%				
Fe dos Brasileiros					100%

Flavio Dino	66%	23%	10%	
Mendonca	88%	6.8%	1.4%	4.1%
Lula	53%	43%	1.4%	2.8%
Povo		4.8%	6.5%	89%

O MAPAM® mede quem cada publicação põe como vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura numa situação de dano — e aqui ele mostra o mesmo nome em duas celas muito diferentes. No caso Master, Flávio Bolsonaro é narrado como agressor em 95,5% das menções que lhe atribuem papel e como vítima em 3,2%: uma proporção de trinta para um. Na polêmica da padroeira, ele continua agressor majoritário — 68,7% —, mas a vítima salta para 29,8%, e a razão cai para pouco mais de dois para um; protetor e reparador somam menos de 2% nas duas cenas. No escândalo do banco, a história que pegou foi a de quem ele lesou ou de quem se serviu; na padroeira, quase um terço do debate já o descreve como o perseguido. Para quem aconselha Lula e a esquerda, isso é alerta, não vitória: a narrativa de perseguição está engordando exatamente onde a esquerda julga estar atacando.

O movimento mais eloquente, porém, é o de André Mendonça. No caso Master ele se divide — agressor em 54,5% das menções, vítima em 27,3%, protetor em 18,2% —; na padroeira, a ordem para retirar do ar o post do humorista Antonio Tabet, aquele da família miliciano que teria atacado Nossa Senhora Aparecida, o transforma em quase unanimidade de agressor: 91,3% contra 5,2% de protetor e 2,3% de vítima. É a censura, não a fé, que fabrica o vilão. A consequência prática é estratégica e imediata: o melhor terreno da esquerda neste episódio não é o da devoção, é o da liberdade de expressão — empurrar o debate para a remoção de um post de humor e para plataformas derrubando vídeos põe o campo de Flávio na defensiva. Insistir em Flávio como inimigo da padroeira faz o contrário: alimenta a vítima que ele reivindica.

Lula aparece em duas chaves, e é nelas que se decide o conselho. No Master, é agressor em 51,2% e vítima em 25,6% das menções; na padroeira, o agressor fica estável (52,2%), a vítima evapora (3,0%) e o protetor mais que dobra, de 18,6% para 43,3% — o ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida fez dele o guardião da padroeira para quase metade do debate. O número, contudo, traz o seu preço embutido: os 52,2% de agressor vêm de quem atribui ao PT a mentira original e de quem cobra de Lula a exploração do boato, sintoma que o fake news, né, presidente? do fim de setembro escancara. Flávio Dino, por sua vez, só entra na padroeira e já chega como agressor em 66,2% das menções, protetor em 23,0% e reparador em 10,8%: a revogação da ordem de Mendonça o converteu em alvo, e a suspensão posterior de Fux devolveu a remoção. Deixar Dino como escudo tem custo; transformá-lo em causa própria tem custo maior.

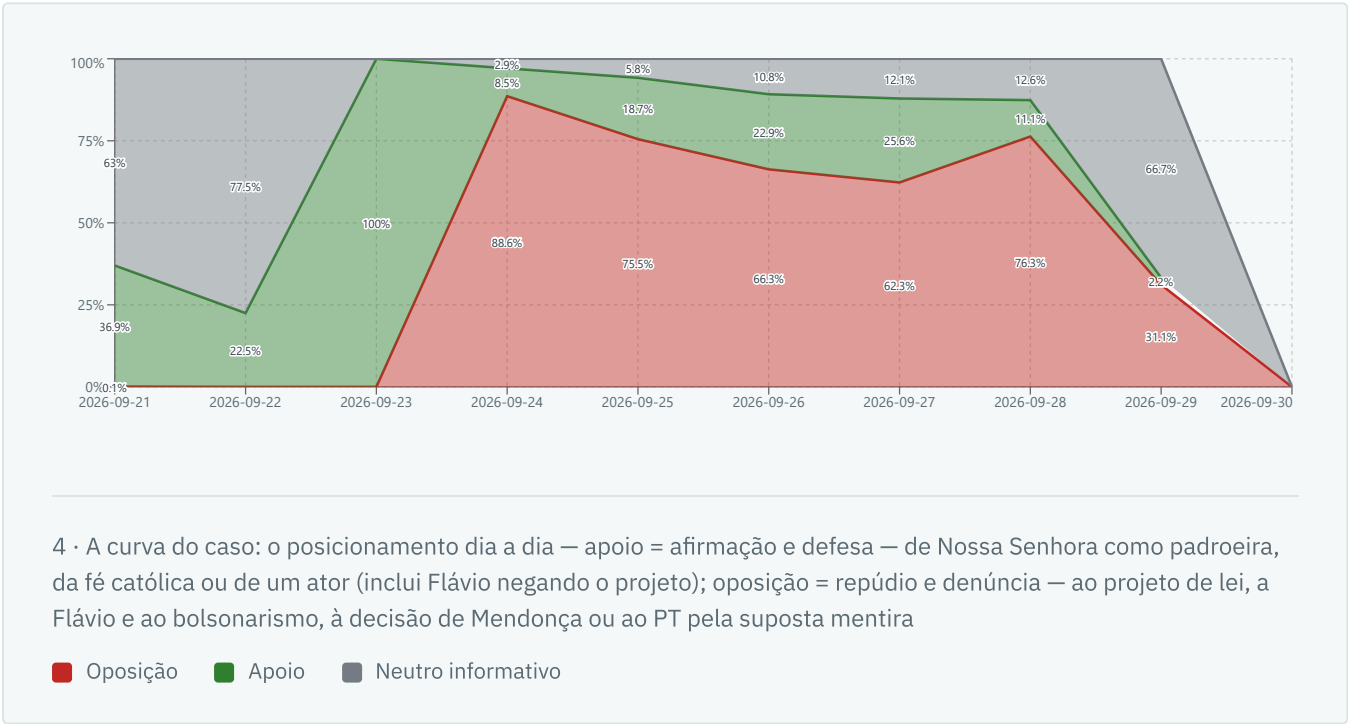
Importa saber de onde vêm as versões, porque papel é sempre dado por quem publica. Quem fabrica o Flávio agressor é a esquerda: o post de Antonio Tabet sobre a família miliciano replicado por Márcio Jerry (PCdoB-MA), Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Teixeira (PT-SP), e a denúncia de Erika Hilton (PSOL-SP) contra o projeto do ex-assessor Victório Galli Filho (PP-MT). Quem fabrica o Flávio vítima é ele mesmo e a sua roda, que converteram a remoção judicial e o boato em perseguição do PT. O conselho, em ordem de prioridade: primeiro, manter Lula no papel de protetor da padroeira, único ativo deste quadro que cresce e não cobra pedágio; segundo, disputar o terreno da censura contra Mendonça, onde o enredo já lhe é larga-

mente favorável; terceiro, parar de repetir que o bolsonarismo ataca a fé católica, porque cada repetição engorda os 29,8% de vítima de Flávio. O risco maior está no eleitorado católico, que não é de ninguém: a esquerda o perde se a briga for sobre quem é mais devoto e o ganha se for sobre quem mandou apagar.

A consequência prática é esta, e a ordem importa. Primeiro: parar de repetir que o bolsonarismo atacou a fé católica — cada repetição engorda o papel de vítima que Flávio reivindica e que lhe basta para falar em nome dos católicos ofendidos. Segundo: devolver o enredo ao objeto, isto é, ao projeto que Victório Galli Filho apresentou em 2007, como suplente em exercício na Câmara, e que foi arquivado em 2008 — hoje ex-assessor especial da Presidência no governo Jair Bolsonaro e candidato a deputado federal pelo PP-MT: o projeto é real, tem autor identificável, e o autor não aparece no debate. Terceiro: ocupar o papel de quem repara, hoje quase deserto, com entrega verificável, porque é o único que não cobra pedágio moral.

COMO SE FALA: VALÊNCIA, EMOÇÕES E ENQUADRAMENTOS

O que o caso tem de mais perigoso não é o volume, é a composição do volume. No dia do pico, 25 de setembro, o engajamento se reparte em 75,4% de repúdio ao projeto e a quem o teria proposto, 18,9% de defesa da santa e da fé católica e 5,7% de relato informativo — 2,36 milhões de interações no total, a maior marca do período. A onda não nasceu devocional; nasceu acusatória, e nasceu fora da política institucional.



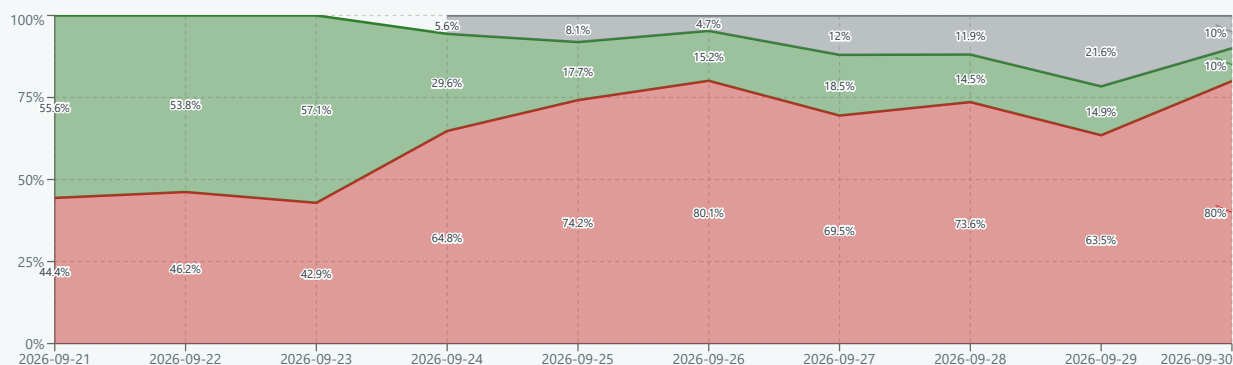
A curva do engajamento por posicionamento tem uma dobradiça, e ela é o dia 24 de setembro. Até o dia 22, o engajamento do assunto se reparte entre o relato informativo (77,4% naquele dia) e a afirmação de Nossa Senhora como padroeira e da fé católica (22,5%), com o repúdio ao projeto que retiraria o título de padroeira reduzido a 0,02%. No dia 23, a afirmação da padroeira e da fé católica é 100% de tudo o que engajou. No dia 24, quando circula o projeto de Victório Galli Filho (PP-MT) e as redes o atribuem a Flávio Bolsonaro, o repúdio ao projeto e a quem o teria proposto salta para 90,9%, e no dia 25 vem o pico: 2,36 milhões de interações, 75,4% delas de repúdio ao projeto e a quem o teria proposto, 18,9% de defesa da santa e da fé, 5,7% de informação. Para quem assessora, o recado é que a onda do caso não é devocional, é acusatória — e foi acesa fora da política institucional.

O pico tampouco se sustentou na composição. Em 26 de setembro o repúdio recua para 65,7% e, em 27, para 60,4%, enquanto a afirmação da padroeira e da fé católica sobe de 18,9% para 23,3% e 26,3% — é a reação de Flávio, que converte o boato em mentira do PT e ataca a CNBB. Em 27, Flávio Dino derruba a ordem de André Mendonça; em 28, Luiz Fux a restabelece e Lula ergue em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará: o repúdio volta a 80,1%, mas sobre 658,4 mil interações, menos de um terço do pico. Em 29, 85,4% da composição já é relato informativo e a defesa da padroeira cai a 0,03%. A janela para capitalizar o caso durou 48 horas; intervenção fora dela não reabre a onda, apenas administra desgaste.

Convém não ler esse polo como bloco único: o repúdio mistura objetos — o projeto e quem o teria proposto, a decisão de Mendonça, o PT pela suposta mentira —, e pelos trechos prevalecem o primeiro e o segundo, com indignação e raiva no enquadramento de guerra cultural e de direitos. No MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actanciais-Morais, que identifica os papéis morais que o autor atribui a quem cita, há disputa de enredo: para um lado o agressor é quem mexeu com a santa e as vítimas são Nossa Senhora e o povo católico; para o outro, a vítima é Flávio, caluniado pelo PT. Na Teoria das Fundações Morais, que mede que fundações morais o texto aciona e em que polo, a esquerda aparece pelo vício do dano — o que se fez à devoção popular e à mulher negra —, e o adversário, pelo vício da degradação da fé. Mesma cena, dois altares: ganha-se a rua, não o púlpito.

Para Lula e o campo que o cerca, a ordem é esta. Primeiro, fixar o objeto: nome, autoria e número do projeto, porque a curva mostra que o repúdio se dispersa quando a disputa migra para a remoção de post e para o plenário do Supremo. Segundo, ocupar a afirmação da padroeira e da fé católica com voz própria, não por interposta pessoa: ela foi 100% do engajamento do dia 23 e desabou a 0,03% no fim, enquanto o adversário retomava de 18,9% para 26,3% — o eleitorado católico não tem dono, e esse terreno não pode ficar vazio do lado de cá. Terceiro, poupar o presidente do pico errado: quando Lula entra, em 28, o volume cai pela metade e a resposta é "fake news, né, presidente?". Quarto, evitar o terreno judicial, que reabre a janela com o custo de quem parece censurar. E uma ressalva que é método: engajamento mede exposição, não conversão — este gráfico prova que a onda é nossa; que ela vire voto, mede-se na adesão de quem ainda não escolheu.

No tom geral, a virada é de 24 para 25 de setembro: até então os números são de episódio e o positivo andava à frente; a partir dali o negativo assume dois terços do dia e chega a quatro em cada cinco publicações no pico. O traço fino é o relato: praticamente inexistente até 23 de setembro, ele sobe para 11% a 12% do dia quando o caso deixa de ser briga de fé e vira processo, e recua com o desgaste. O que sobe não é a dúvida: é a judicialização.



11 · Sentimento do debate dia a dia

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

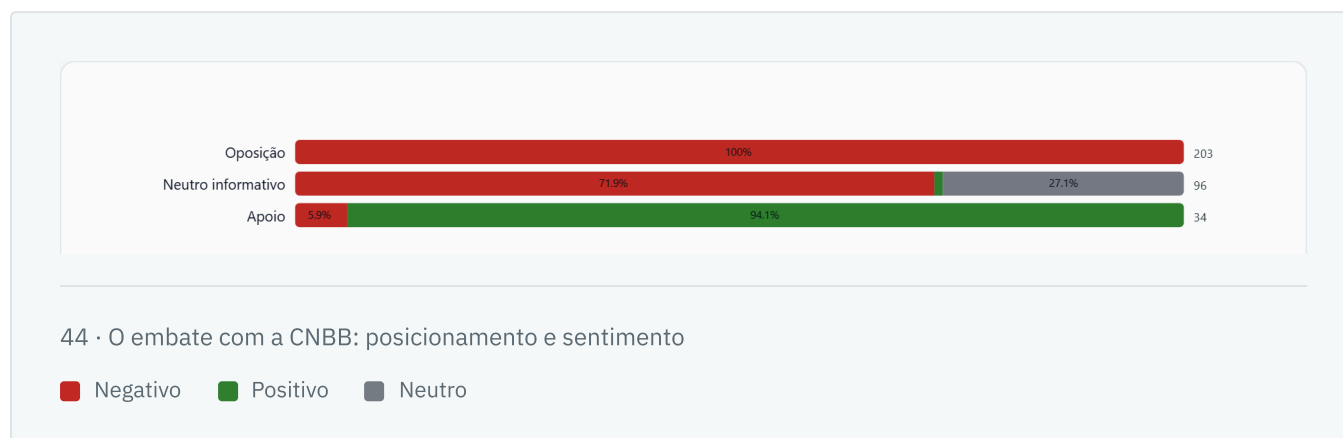
Este gráfico mede o tom geral do texto — a valência — dia a dia, em percentual do próprio dia. Até 23 de setembro os números são de episódio, punhados de publicações em que o positivo andava à frente. A virada é 24 de setembro: o tom negativo assume dois terços do dia e o volume muda de ordem de grandeza. De 25 a 28 de setembro o negativo fica entre 69,4% e 80,1% — no pico, em 26, pouco mais de quatro em cada cinco publicações, numa razão de cinco textos negativos para cada positivo. Nas últimas 24 horas o volume cai e o negativo recua a 66,7%, com o positivo em 23,5% e o resto em tom informativo.

O traço mais fino está na fatia neutra, que praticamente não existia até 23 de setembro, aparece em 24 com 5,6% do dia e sobe a 12,1% em 27 e 11,2% em 28 — exatamente quando o caso deixa de ser só briga de fé e vira processo: Mendonça manda remover a publicação, a Meta derruba vídeos, Dino derruba Mendonça, Fux suspende a decisão de Dino. É a parte informativa da judicialização entrando no debate. E o negativo, que domina, não é um bloco só: nele convivem o repúdio ao projeto que retiraria de Nossa Senhora o título de padroeira, o repúdio a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo, o repúdio à ordem de Mendonça e o repúdio ao PT pela suposta mentira.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a leitura é de oportunidade com armadilha embutida. Oportunidade porque, no pico, o sentimento negativo é o tom de quatro em cada cinco textos do recorte, e o alvo principal dessa negatividade é o adversário — num país de maioria católica, terreno que ninguém deveria ceder. A armadilha é tomar esse volume como adesão: a barra negativa não mede simpatia por Lula, mede repúdio, e repudia objetos opostos entre si, inclusive o PT pela mentira atribuída a ele; o mesmo gráfico engorda com o enredo espelhado, o de Flávio como vítima. O crescimento do neutro é o alerta mais preciso: à medida que o caso migra para o Supremo, o desgaste deixa de ser só do adversário e passa a ser também do Judiciário, e de um ministro indicado por Lula. Repudiar Flávio e celebrar o número é confundir termômetro com placar.

A ordem de prioridades, então, se impõe. Primeiro, manter o eixo no objeto, não no adversário: o que este caso tem de sólido é o projeto de 2007 assinado por Victório Galli Filho (PP-MT), arquivado em 2008, e a mentira sobre a padroeira, o que faz do episódio uma pauta de defesa da fé católica e da liberdade religiosa — posição que o governo já ocupou ao erguer em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e dizer que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora. Segundo, não brigar pelo capítulo jurídico:

cada rodada Mendonça-Dino-Fux empurra a fatia neutra para cima e converte o assunto em debate sobre os limites do Supremo, onde o campo lulista não colhe vantagem. Terceiro, sustentar o positivo com gesto de devoção, não com palanque — a queda do volume nas últimas 24 horas indica que o assunto desinfla, e reacendê-lo artificialmente devolveria a Flávio o posto de vítima que ele já reivindica.



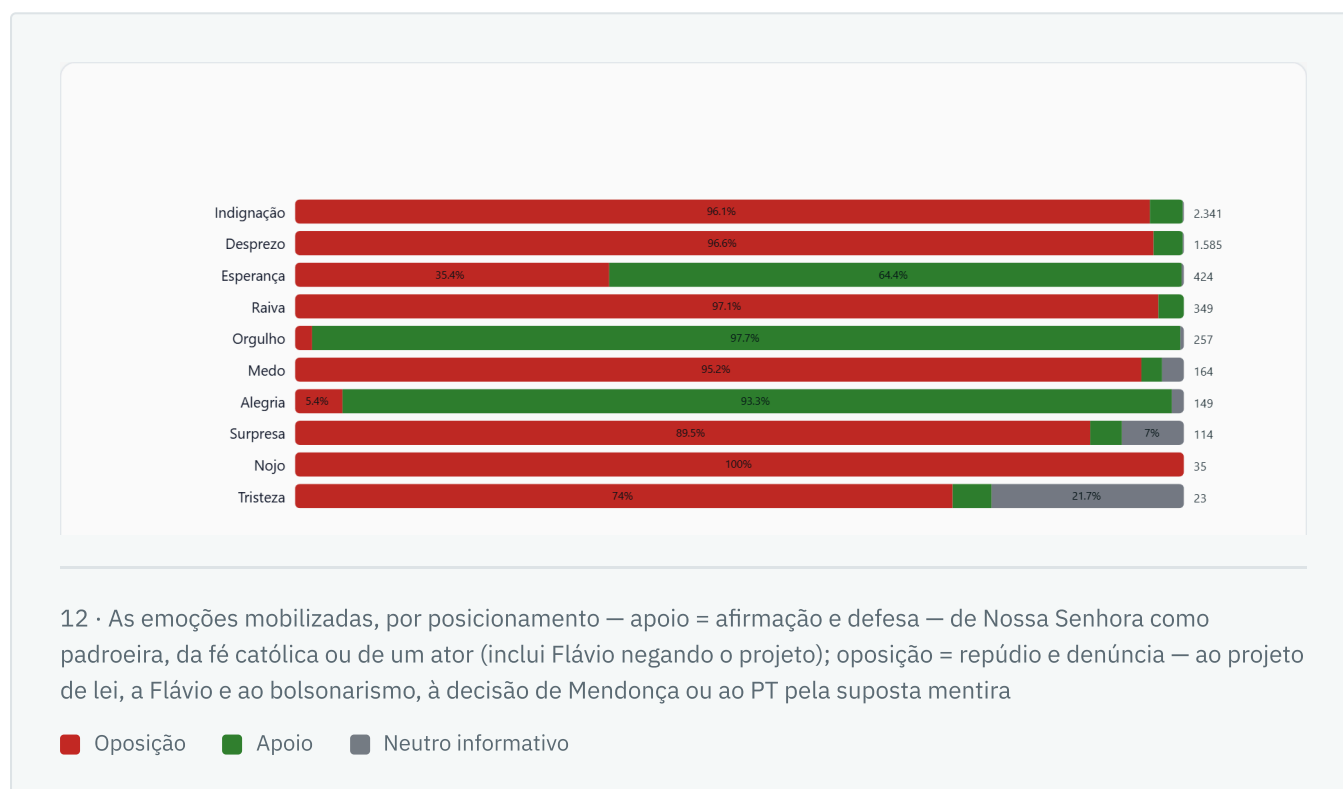
Não há dois lados neste gráfico: há um repúdio e uma defesa muito menor. Das manifestações que citam a CNBB a partir de 27 de setembro, 67% repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, repudiam Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo, repudiam a decisão de André Mendonça — e essa fatia é integralmente de tom negativo, sem uma única virada irônica ou elogio de passagem. A defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica, da própria CNBB e da nota em que ela negou ter produzido ou divulgado informação falsa — responde por 11,5%, e 94% dela vem em tom positivo. Para cada manifestação de defesa, quase seis de repúdio. No conjunto, pouco mais de quatro quintos do recorte são de tom negativo, contra menos de 12% de positivo.

O achado fino está no miolo do cruzamento. O bloco que se apresenta como relato, sem declarar posição, responde por 13,7% — e, dentro dele, dois terços carregam valência negativa. É a imparcialidade aparente em estado puro: o texto que se pretende informativo, ao narrar a acusação de Flávio Bolsonaro de que "gente de dentro da CNBB" teria ajudado o PT a espalhar a fake news, não consegue descrever o episódio sem que a descrição soe como condenação — e a resposta da entidade, de que "a mentira não se combate com outra mentira", funciona como sentença já lavrada. O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que identifica, numa situação de dano, quem é vítima, quem agride, quem protege e quem repara, sempre na versão de quem publica, mostra a disputa em curso: no repúdio, Flávio é o agressor, os católicos e a CNBB são vítimas da acusação sem provas e os bispos aparecem como protetores da padroeira; para se blindar, o senador tenta inverter o enredo e fazer de si a vítima de uma "liga da mentira do PT".

Em que termos isso se dá? O enquadramento, que é o modo como o texto organiza o assunto, é de conflito e de moralidade, e o específico dominante é o de guerra cultural. A Teoria das Fundações Morais, que mede quais fundações morais o texto aciona e em qual polo, o virtuoso ou o da violação, aponta a onipresença do vício da trapaça — "fake news", "liga da mentira" — e, na defesa da santa, o polo da degradação pela profanação de sua imagem. A tese inversa, a de que a mentira partiu de dentro da CNBB, aparece em tom negativo num punhado residual de publicações, sem eco. A consequência para Lula e a esquerda é imediata e incômoda: o terreno já está arado por outros, e a prioridade não é atacar Flávio — é defender a padroeira e a liberdade religiosa com palavras próprias, antes que alguém o faça no lugar do campo.

O polo de quem repudia mistura objetos — o projeto, Flávio, a decisão judicial, o PT — e, pelos trechos, o que prevalece é o repúdio ao ataque à CNBB, não a briga jurídica. É aí que moram a oportunidade e o risco. A oportunidade: nenhuma voz de peso do campo aparece conduzindo o assunto, e a CNBB fica sozinha no papel de quem dá a palavra final sobre a verdade — ativo moral que o governo desperdiça se não o disputar. O risco: a leitura de que a entidade "pede votos sem dizer em quem" converte defesa em instrumentalização e devolve a Flávio o argumento de que a fé católica foi usada por um lado. Ordem de prioridade: afirmar primeiro a padroeira e a convivência respeitosa entre crenças; deixar bispos e fiéis à frente; só depois entrar nas decisões do Supremo — e nunca pela porta da fé.

Nas emoções, a assimetria que deveria incomodar quem aconselha o campo governista é cirúrgica. Quem repudia concentra perto de 85% de todas as marcas emocionais do recorte, e dentro dessa barra a indignação responde por metade, o desprezo por um terço e a raiva por 7% — juntas, nove décimos do arsenal. Quem defende a padroeira e a fé tem perfil invertido: esperança e orgulho somam a maior parte do repertório, com a alegria logo atrás.



Este gráfico mede a assinatura afetiva de cada postura, e entrega uma assimetria que deveria incomodar quem aconselha o campo lulista. Quem repudia o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, quem repudia Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo e quem repudia a decisão judicial que mandou apagar o post do humorista concentra cerca de 85% de todas as marcas emocionais do recorte; quem sai em defesa da padroeira, da fé católica ou do próprio candidato do PL — incluído ele negando o projeto — responde por 15%. E dentro da barra de quem denuncia a paleta é estreita e dura: a indignação responde por 49% dela, o desprezo por 33%, a raiva por 7% — juntas, 90% do arsenal.

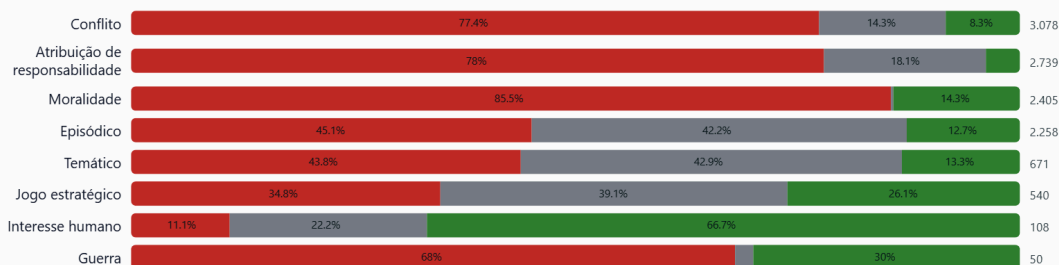
Na barra de quem defende, o perfil se inverte com precisão cirúrgica: esperança (33%), orgulho (30%) e alegria (17%) somam 80% do repertório — é a devoção, e é ela que veste no bolsonarismo o figurino de protetor da fé católica. Só que essa defesa não é pura: 11% de indignação e 6,5% de desprezo moram lá

dentro. Não é contradição, é o campo de Flávio tratando o episódio como mentira do PT — "a máfia do pt inventou uma mentira de que eu iria acabar com a Padroeira do Brasil" — e reivindicando para si a mesma indignação que a esquerda acredita monopolizar. A indignação, aqui, é terreno disputado, e quem repudia leva hoje o volume.

As três emoções que dominam quem denuncia são alimentadas pelo mesmo texto, o de Antonio Tabet: "A família milicianiana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida!". Ali está o enredo inteiro — no MAPAM®, o modelo que identifica os papéis que o autor atribui a quem cita, Nossa Senhora e as mulheres negras são as vítimas, a família de Flávio é a agressora, e o dano é duplo, racismo e ataque à fé. O desprezo entra pela ironia da falsa retratação; a raiva, pela fusão com o bolsonarismo; e o medo, aqueles 3%, é medo de censura — a ordem de André Mendonça, a revogação por Flávio Dino e a suspensão por Luiz Fux produziram um vaivém judicial que assusta mais do que mobiliza. A esperança aparece nos dois campos com sentidos opostos: devoção entre os que defendem, alívio processual entre os que festejaram a derrubada da ordem de Mendonça.

A consequência prática é esta, e a ordem importa. Primeiro: o campo lulista ganhou a disputa da exposição e está perdendo a da persuasão — o desprezo é a arma mais eficiente para viralizar e a mais cara para converter, porque cada deboche sobre a fé entrega a Flávio o argumento da perseguição religiosa. Segundo: a indignação precisa ser ancorada no objeto concreto, o projeto que Victório Galli Filho apresentou em 2007 e que foi arquivado em 2008 — real, com autor hoje candidato a deputado federal pelo PP-MT —, em vez de no insulto ao adversário. Terceiro: o gesto de Lula em Belém, em 28 de setembro — "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida" — aponta na direção correta, mas chega depois de Mendonça, de Dino e de Fux, com a narrativa já armada. Quarto, e decisivo: o medo de censura, ainda minoritário no quadro emocional, é o ativo mais valioso à disposição — liberdade religiosa e liberdade de expressão feridas pela remoção do post deveriam ser o vocabulário da esquerda, não a piada.

Isso significa que a esquerda ganhou a disputa da exposição e está perdendo a da persuasão. O desprezo é a arma mais eficiente para viralizar e a mais cara para converter, porque cada deboche sobre a fé entrega ao adversário o argumento da perseguição religiosa. E há um medo minoritário — o de censura, nascido da remoção do post e do vaivém entre Mendonça, Dino e Fux — que é o ativo mais valioso disponível, se for usado como bandeira da liberdade de crença e de expressão, e não como piada.



13 · Enquadramentos genéricos por posicionamento — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O repúdio ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo, à ordem do ministro André Mendonça de retirar o post do ar e ao PT pela suposta mentira ocupa 71% do que se publicou no recorte; o relato, que apenas informa o episódio, fica com 17%, e a afirmação e defesa da padroeira e da fé católica — aí incluída a negativa do próprio Flávio de que mexeria no título — com 11%. A evidência é escancarada quando se abre cada registro: quatro em cada cinco publicações daquele repúdio se concentram em três enquadramentos, isto é, em três modos de organizar a narrativa — o conflito, que arma o assunto como embate entre lados; a atribuição de responsabilidade, que aponta quem causou e quem deve responder; e a moralidade, que julga em termos de certo e errado. Conflito, atribuição de responsabilidade e moralidade somam 81% de todo o discurso que denuncia.

Dentro de cada um deles, a desproporção é o achado. Das publicações que enquadram o caso como conflito, 81% carregam repúdio ao projeto, a Flávio e ao bolsonarismo ou à decisão de Mendonça; das que atribuem responsabilidade, 81%; e das que julgam moralmente, 86% — o juízo moral do episódio está praticamente inteiro de um lado. Só em dois terrenos o relato informativo empata com a denúncia: o enquadramento episódico, preso ao caso concreto, que se divide em 48% de repúdio e 39% de relato, e o temático, que insere o episódio em contexto e tendência, com 47% e 39%. O enquadramento de jogo estratégico, que lê a política como cálculo de poder, é o mais equilibrado, com 37% de repúdio, 35% de relato e 28% de afirmação — e é ali que a reação de Flávio se abriga. A afirmação e a defesa só são majoritárias num único registro: o interesse humano, que narra o assunto pela experiência pessoal, e ali respondem por 69% — mas em terreno estreito, devocional, de quem celebra a padroeira.

Leia-se o que isso significa na conjuntura. Pelos trechos mais engajados, o objeto que prevalece no repúdio não é o projeto de lei em si, e sim o ataque à padroeira atribuído ao campo bolsonarista — a "família miliciiana" que "resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida" —, com a decisão de Mendonça como alvo secundário. O repúdio ocupou o terreno do juízo moral porque a denúncia se fez em nome da fé ofendida, o que dá ao caso a forma de sacrilégio a ser reparado. É um ganho retórico e um risco político na mesma medida. Ao deixar a autoria do projeto na sombra — ele é de Victório Galli Filho (PP-MT) —, a onda troca a prova pela in-

dignação, e a indignação é terreno em que o outro lado também sabe jogar: a resposta de Flávio, que transformou o episódio em perseguição do PT, e a contraofensiva que devolveu a Lula a acusação de explorar a mentira mostram que o registro moral se equaliza.

Para Lula e a esquerda, a prioridade é de ordem, não de intensidade. Primeiro, migrar o peso do discurso da moralidade ferida para a atribuição de responsabilidade com nome, cargo, partido e data: quem assinou o projeto, para quem trabalhou, o que ele altera, e por que a remoção de um post sobre a padroeira se converteu em vaivém entre dois ministros do Supremo — esse é o enquadramento em que a denúncia vira fato e o fato vira desgaste do adversário. Segundo, ocupar o relato informativo, que hoje se divide quase meio a meio com o repúdio no episódico e no temático: há espaço largo para explicar, sem adjetivo, a cronologia e as decisões, e quem explica primeiro fixa a versão. Terceiro, evitar a disputa de devoção no interesse humano, único registro em que a afirmação e defesa da padroeira e da fé católica já é majoritária — e é majoritária justamente com quem se apresenta como fiel ofendido.

A gramática confirma o diagnóstico. Dos enquadramentos genéricos, o modo como o texto organiza o assunto, quatro em cada cinco publicações do repúdio se concentram em conflito, atribuição de responsabilidade e moralidade, e o juízo moral do episódio está quase inteiro de um lado. Entre os enquadramentos específicos, dois fazem quase todo o serviço: guerra cultural, que trata o caso como batalha simbólica, e corrupção moral, que o trata como conduta indevida — juntos, dois terços do repúdio. Direitos e liberdades é a única barra de fato dividida, com pouco mais de metade de repúdio e o restante repartido entre relato e defesa da fé; é o único terreno em que a disputa de sentido segue aberta.



14 · Os enquadramentos específicos: a frase-tipo de cada posicionamento — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Apoio ■ Neutro informativo

Este gráfico não mede o tamanho do caso: mede a gramática com que cada lado o formula. Enquadramento, aqui, é o modo como o texto nomeia o problema em disputa — e o que os números mostram é que o repúdio domina o vocabulário do episódio: de cada dez rótulos acionados no recorte, oito formulam repúdio — ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo, à decisão de André Mendonça ou à suposta mentira atribuída ao PT. Dois enquadramentos fazem esse serviço quase sozinhos: guerra cultural, que trata o episódio como batalha simbólica entre campos, e corrupção moral, que o trata como conduta indevida de um grupo — juntos, respondem por dois terços de todo o repúdio. A defesa da padroeira, da fé católica e de quem é acusado fica com pouco mais de um décimo do vocabulário, e o relato informativo com menos de um décimo.

A composição interna de cada barra diz mais que o total. Corrupção moral é quase monopólio de quem repudia: 97% das menções a esse enquadramento são de denúncia, e racismo (98%) e misoginia (a totalidade) seguem o mesmo desenho — são os enquadramentos do dano, e o dano, neste recorte, é imputado ao outro campo, ao ataque à padroeira e à chamada família milicianista. Já direitos e liberdades, o enquadramento que nomeia o caso como disputa sobre fé, censura e liberdade religiosa, é a única barra verdadeiramente dividida: 58% de repúdio, 22% de relato e 21% de defesa da padroeira e da fé. É o único terreno em que a defesa tem fatia relevante — e, por isso, o único em que a disputa de sentido segue aberta. A implicação para a esquerda é direta: há mais a ganhar fixando-se na liberdade de culto e no respeito à fé do que na denúncia moral do adversário, onde já ocupa praticamente todo o espaço e, portanto, não tem ganho marginal a colher.

Aqui está o detalhe que a abordagem pede: não a etiqueta, mas a frase. De um lado, a formulação que funde três enquadramentos numa única sentença — a de que certa família "odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida" —, em que racismo, misoginia e guerra cultural viram um só gesto de acusação, e cujo eco é a paródia do pedido de desculpas que repete a expressão até o absurdo. Do outro, a resposta se dá por negação e por posse da santa: a acusação de que "a máfia do pt inventou uma mentira", o aviso de que há "católicos censurados" que devem respeito à padroeira e a promessa de que ninguém vai "avacalhar" com ela. Repare onde se concentra o enquadramento de prova material de entrega, que cobra ato concreto e verificável: praticamente toda ele está no campo de quem defende e nega — ali a acusação é rebatida exigindo-se a prova do projeto e de sua autoria. Para Lula, isso é um alerta fino: cada vez que o caso é respondido no registro da prova — mostre o autor, mostre o documento —, o eixo migra da proteção da padroeira para a dúvida sobre quem plantou o boato, que é o terreno em que a esquerda tem menos a ganhar.

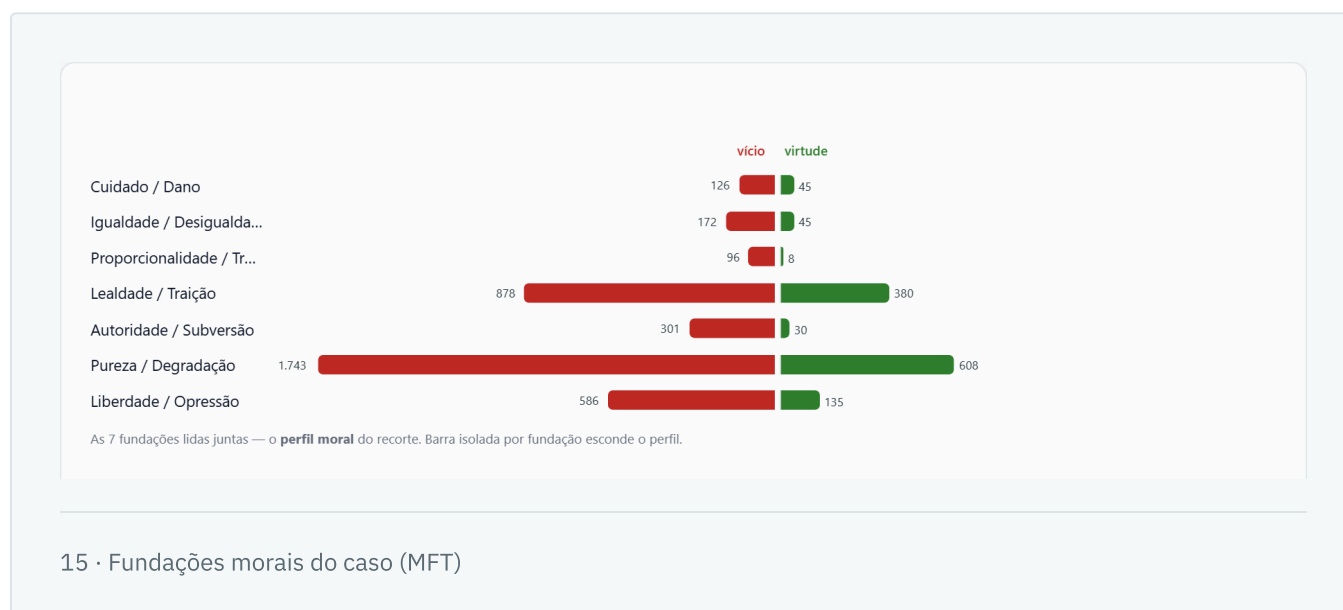
A leitura mais apurada é sobre o que ainda não foi formulado. Os enquadramentos de ameaça à família e de ameaça à democracia aparecem concentrados em quem repudia — 95% e 83% de suas barras —, o que significa que a tese de que há risco institucional no episódio é dita quase só pela esquerda; e o conflito entre povo e elite, com 88% de sua barra no mesmo polo, é mobilizado como denúncia de privilégio, não como defesa da fé popular. Voz hegemônica em volume, sim; voz solitária em consequência, também. A ordem de prioridade começa por ocupar o único enquadramento em disputa: o presidente — e não apenas os aliados — deve ser o fiador público da padroeira, porque a fala de que ninguém avacalha Nossa Senhora Aparecida é a única formulação do campo capaz de disputar com o adversário o vocabulário da liberdade religiosa. Em segundo lugar, evitar que a expressão "família milicianista" continue como metonímia do caso: foi ela que entregou ao outro lado o melhor movimento da semana, ao converter a polêmica em litígio so-

bre linguagem e censura. Em terceiro, recusar a judicialização como palco, e deixar que o custo da censura recaia sobre quem a pede — lembrando que o projeto é de autoria rastreável, do ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência no governo Jair Bolsonaro.

Para Lula e a esquerda, a conclusão é de método, não de intensidade. O repúdio ao projeto e ao bolsonarismo já é maioria folgada e não precisa de mais combustível; escalá-lo para a trincheira cultural é o único caminho que transfere ao adversário o papel de perseguido. O ganho marginal está em fixar o caso no respeito à fé e na liberdade de culto — terreno em que o presidente já pisou ao dizer que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida —, e não no juízo moral sobre o adversário, onde a esquerda já ocupa quase todo o espaço.

VALORES E MORAL: O QUE A PADROEIRA MOBILIZA

A Teoria das Fundações Morais, a MFT, mede quais fundações o discurso aciona e em que polo — o virtuoso ou o da violação —, e neste caso ela revela uma controvérsia processada como profanação, não como divergência administrativa sobre um título religioso. A pureza responde por cerca de 45% das ativações morais, muito à frente da lealdade, com 23,5%, e da liberdade, com 15,5%; o vício da degradação responde por sete de cada dez menções à pureza. A lealdade aparece sobretudo pelo vício da traição, e a liberdade pelo vício da opressão. Cuidado, igualdade e proporcionalidade somam menos de um décimo do conjunto: o caso mobiliza a sensação de sacrilégio, não um programa de cuidado ou reparação.



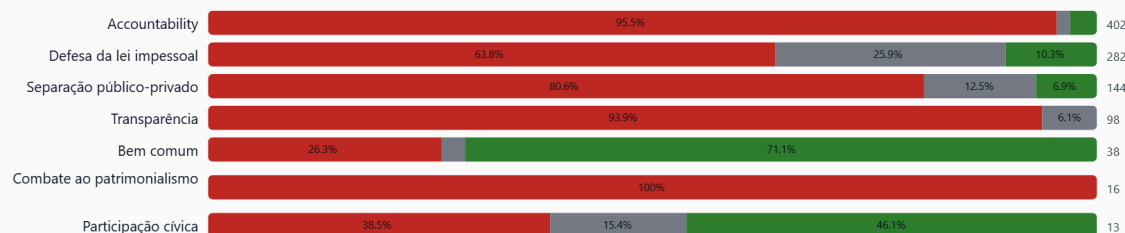
A gramática moral do caso é dominada pela violação da pureza: 45,6% das ativações morais do recorte pertencem a essa fundação, muito à frente da lealdade, com 23,5%, e da liberdade, com 15,5%. A Teoria das Fundações Morais, a MFT, mede quais princípios são acionados no discurso e se aparecem pelo polo virtuoso ou pelo polo do vício; aqui, o vício da degradação responde por 69,6% das menções à pureza, enquanto a pureza como virtude fica em 24,4%. O caso, portanto, não é narrado principalmente como uma divergência administrativa sobre um título religioso, mas como uma profanação — a imagem de Nossa Senhora Aparecida, a fé católica e a própria ideia de respeito à padroeira são apresentados como objetos ameaçados. Para Lula e a esquerda, a oportunidade está em defender a tradição religiosa sem transformar a disputa em caricatura partidária; o risco é deixar que a linguagem da profanação seja monopolizada pelo adversário.

A lealdade aparece em 23,5% das ativações, com o vício da traição em 69,4% dos casos, mais que o dobro do polo virtuoso da lealdade, que fica em 30,0%. É a gramática da imputação de deslealdade: quem teria atacado a padroeira, quem teria espalhado uma mentira, quem teria traído a fé. Antonio Tabet fala de "família milicianista" e cita Nossa Senhora Aparecida como alvo de um suposto ataque; políticos que o repercutem, como Márcio Jerry (PCdoB-MA), Paulo Teixeira (PT-SP) e Humberto Costa (PT-PE), fazem dessa acusação uma denúncia contra Flávio Bolsonaro e seu campo. Já Flávio, quando nega a história e acusa o PT, tenta inverter o enredo: apresenta-se como vítima de uma traição política e atribui a adversários a violação da verdade. A esquerda deve explorar essa disputa de papéis com precisão, defendendo a padroeira e rejeitando a mentira, sem repetir como fato aquilo que o próprio debate apresenta como acusação.

A liberdade ocupa 15,5% das ativações, mas o vício da opressão aparece em 70,0% delas, contra 16,2% de acionamento da liberdade como virtude. Autoridade também surge majoritariamente pelo vício da subversão, em 91,5% das ativações dessa fundação. O resultado traduz o segundo eixo do conflito: não apenas quem desrespeitou a fé, mas quem censurou quem, quem pode mandar retirar uma publicação e quem teria usado instituições — Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e plataformas — para conter ou ampliar a circulação da acusação. A decisão de André Mendonça vira prova de opressão para uns e proteção contra uma acusação indevida para outros; a revogação por Flávio Dino reorganiza o mesmo mapa, sem pacificá-lo. Para Lula e a esquerda, a prioridade é sustentar liberdade de expressão, respeito institucional e proteção da fé no mesmo argumento, evitando que a crítica à decisão judicial pareça ataque ao Supremo ou que a defesa da padroeira pareça apropriação eleitoral.

As fundações de cuidado, igualdade e proporcionalidade têm menor presença — respectivamente, 3,2%, 4,1% e 2,0% do conjunto de ativações —, mas revelam o que a disputa deixa de fora. O vício do dano responde por 73,8% das ativações de cuidado; a desigualdade, por 80,0% das de igualdade; e a desproporção, por 92,2% das de proporcionalidade. A acusação de racismo na frase sobre "mulher preta" conecta a defesa de Nossa Senhora a uma denúncia de dano e desigualdade, enquanto o debate sobre remoção de posts desloca a proporcionalidade para a pergunta sobre quem foi punido e por qual medida. Ainda assim, essas gramáticas permanecem subordinadas à pureza, à lealdade e à autoridade: o caso mobiliza mais a sensação de profanação e traição do que um programa de cuidado, igualdade ou reparação. A esquerda pode ampliar sua posição se traduzir a defesa da padroeira em respeito à liberdade religiosa, combate ao racismo, verdade pública e impessoalidade institucional; se insistir apenas na acusação contra Flávio, deixará intacto o terreno moral que mais organiza o debate.

No repertório cívico, o retrato é de arma, não de programa. Dos valores republicanos acionados, mais de oito em cada dez compõem o repúdio; dentro dele, a prestação de contas responde por quase metade, a impessoalidade da lei por pouco mais de um quinto, a separação entre público e privado e a transparência por cerca de um quarto somadas, e patrimonialismo, bem comum e participação cívica por um resíduo. O bem comum é o único valor em que a defesa da padroeira prevalece, e a laicidade não é reivindicada por ninguém como valor próprio: só aparece na boca de quem denuncia a mistura.



16 · Valores republicanos invocados, por posicionamento — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

Valores republicanos medem o repertório cívico que uma publicação mobiliza: prestação de contas, impessoalidade da lei, transparência, separação entre o público e o privado, bem comum, participação cívica e combate ao patrimonialismo. Neste caso, esse repertório virou arma, não programa. Do que foi acionado no recorte, 82% comparece em repúdio — ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo, à decisão de André Mendonça que mandou apagar o post do humorista Antonio Tabet ou ao PT pela suposta mentira; 9% afirma e defende a padroeira, a fé católica ou um ator; e 9% é relato. São quase dez repúdios para cada defesa. E, dentro do repúdio, a prestação de contas responde por 48%, a impessoalidade da lei por 22%, a separação entre público e privado por 15% e a transparência por 12%, enquanto patrimonialismo, bem comum e participação cívica somam 4%.

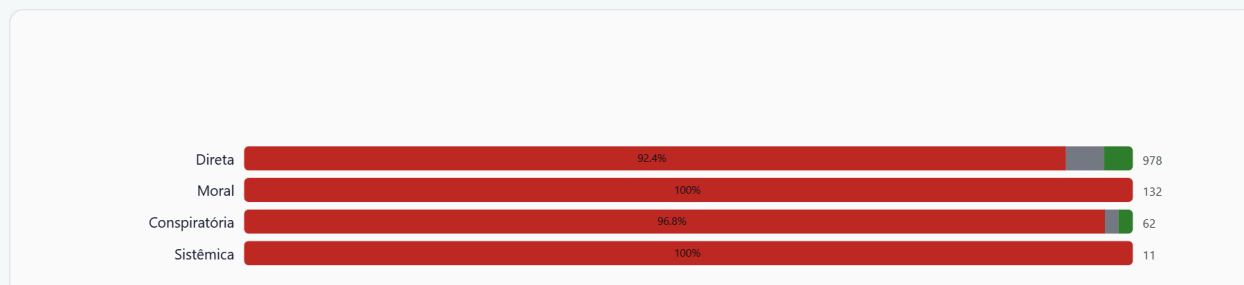
O achado não é a assimetria, é a polissemia. O polo do repúdio junta objetos que se anulam: quem repudia o projeto apresentado por Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência no governo Jair Bolsonaro, e quem repudia a ordem judicial que censurou Tabet falam a mesma língua — e quem repudia o PT pela mentira sobre a padroeira fala essa língua também. Nem a fatia da defesa é de um só campo: exaltar a padroeira serve tanto a quem denuncia o projeto quanto a quem tenta desfazer o boato. A prestação de contas, 96% dela concentrada no repúdio, é o ringue em que os dois lados se acusam de mentir: "o complexo industrial de mentira do pt implodiu", de um lado; "o eterno ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino, liberou a fake news", do outro. Os papéis trocam de mão conforme quem conta a história — Flávio é agressor para quem o liga ao projeto e vítima para quem o liga à mentira do PT. Para quem aconselha Lula e a esquerda, a consequência é direta: o vocabulário da probidade não os distingue e, sozinho, não rende imagem.

Liberdade de expressão, laicidade, soberania, probidade: que valor cada lado diz defender? A esquerda defende a liberdade de expressão de Tabet contra a censura de Mendonça e a laicidade contra um projeto nascido na antessala do bolsonarismo — Erika Hilton (PSOL-SP) o repudia nomeando o autor e sua origem; Humberto Costa (PT-PE), Paulo Teixeira (PT-SP), Márcio Jerry (PCdoB-MA) e Missias Dias (PT-CE) replicam a charge que chama os adversários de "família miliciana". A direita defende a probidade contra "a máfia do pt" que "inventou uma mentira" e a soberania contra um Judiciário que, na acusação recorrente, virou "o

TSE paralelo do STF" — Dino libera, Fux suspende, e o tribunal vira personagem. Note-se o que ficou vazio: o bem comum é o único valor em que a defesa (74%) prevalece sobre o repúdio, e é o terreno da padroeira como bem coletivo, não como causa partidária; a laicidade só aparece na boca de quem denuncia a mistura, e ninguém no recorte a reivindica como valor próprio.

Em termos de ação, o quadro diz três coisas. Primeira: não existe bandeira republicana que a esquerda possa erguer hoje sem que o outro lado erga a mesma no dia seguinte — o ganho não está aí. Segunda: para Lula, o risco é o gesto, e ele já foi dado — erguer em comício em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará e dizer que "ninguém vai avacalhar" com a padroeira desloca a disputa para um terreno de devoção em que ele não controla o placar, e a réplica seguinte vem em tom de deboche: "fake news, né, presidente?". Terceira: a oportunidade está onde a defesa já lidera e o repúdio quase não pisa. A ordem de prioridade é esta: parar de competir em fervor; ocupar o bem comum com entrega verificável a quem é católico — patrimônio, santuários, o que se possa nomear e visitar; e só então insistir na liberdade de expressão e na laicidade, onde o argumento é sólido e o custo baixo. A padroeira não deve voltar ao palanque: cada vez que sobe, desce como censura ao altar.

Quando se pergunta a quem se atribui a causa, a monotonia é reveladora: mais de oito em cada dez atribuições apontam um causador direto e identificável, 12% culpam a índole moral de alguém, 5% enxergam conspiração e 1% ensaia explicação sistêmica. É um debate sobre gente, com nome e apelido, e não sobre estruturas. A causa direta monta o enredo mais eficaz — dá nome ao agressor e faz da padroeira vítima —, mas é a mais removível: a publicação que nomeou foi derrubada por ordem judicial, e quem mandou apagar acabou virando o vilão do caso.



17 · A quem se atribui a causa, por posicionamento — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

A pergunta que decide o jogo não é o que aconteceu, mas a quem se atribui a causa, e a resposta deste recorte é de uma monotonia reveladora: 82% das atribuições apontam um causador direto e identificável, 12% culpam a índole moral de alguém, 5% enxergam conspiração e 1% ensaia explicação sistêmica. É um debate sobre gente, com nome e apelido, não sobre estruturas. E vem embalado em repúdio: 94% dessas atribuições aparecem em textos que rejeitam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título

de padroeira, ou repudiam Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo, ou condenam a decisão de André Mendonça, ou denunciam o PT pela suposta mentira. A defesa e a afirmação da padroeira, da fé católica e de quem quer que seja respondem por 3%; o relato neutro, por outros 3%.

Convém não ler esse 94% como propriedade de um lado, e é aqui que o gráfico fica interessante. O polo do repúdio mistura objetos e mistura campos: nele está quem rejeita o projeto, quem ataca Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo, quem condena Mendonça e quem acusa o PT de armar a mentira — o campo lulista e o campo bolsonarista dividem o mesmo polo, com alvos opostos. O que os separa é a gramática da culpa. Dentro do repúdio, 81% das atribuições são de causa direta, e a frase que funde religião e raça na mesma acusação vale, ao mesmo tempo, como causa direta e como causa moral. Mas a causa moral, 100% dela no repúdio, serve também ao outro lado, no registro da fé ferida e do adversário mentiroso. E a causa conspiratória, 97% dela no repúdio, é quase toda do adversário: a emissora de notícias como central de disseminação da mentira, a rede criminosa alinhada ao PT, a gente que quer enfraquecer a Igreja Católica.

Enquadrar a culpa assim tem consequência prática, e ela é dupla. A favor: a acusação direta monta o enredo mais eficaz que existe, porque dá nome ao agressor e transforma a própria padroeira em vítima — ninguém defende o agressor. Contra: causa direta com apelido é causa removível. A publicação que nomeou foi derrubada por ordem de Mendonça, Flávio Dino precisou sustentar em decisão que não se pode presumir que "família miliciana" seja Flávio, Luiz Fux suspendeu a decisão de Dino e o caso subiu ao plenário. A força da acusação e a facilidade de suprimi-la nasceram juntas.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a ordem de prioridade sai deste quadro com clareza incômoda. Primeiro: a afirmação da padroeira e da fé católica responde por 3% das atribuições de causa, e nesse terreno o campo progressista quase não tem autor nem conteúdo — nos trechos, o polo da afirmação é ocupado pela reversão judicial em nome da liberdade religiosa e pela celebração bolsonarista em Aparecida, não por uma fala própria da esquerda; as entradas de Lula ("ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida"), de Alckmin ("o governo protegerá tradições religiosas") e a foto de Janja são reativas, e reatividade não é posse de terreno a poucos dias do primeiro turno. Segundo: não pisar no registro conspiratório, 5% das atribuições e quase todo do adversário — é ele que constrói a ideia de uma orquestração contra a Igreja, e quem entra nesse registro entrega o argumento. Terceiro: transferir a acusação direta do apelido para o documento — o projeto é assinado por Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência de Jair Bolsonaro, e fato com assinatura não se derruba por liminar. Quarto: a leitura sistêmica, 1% das atribuições, é terreno moral de médio prazo — intolerância religiosa e racismo como padrão, não como deslize individual —, mas não é argumento de fecho para o eleitor católico agora. Fica o alerta: a acusação mais forte do campo progressista cavalga um único post humorístico replicado por deputados, alcance concentrado com risco concentrado, e quando a briga migra de Nossa Senhora para Mendonça, Dino, Fux e o plenário, quem perde a agenda é a fé — e quem passa a governá-la é o Judiciário.

No quadrante cultural de Kahan, a régua que situa cada publicação em dois eixos, hierarquia contra igualdade e individualismo contra comunitarismo, nove em cada dez publicações não trazem visão de mundo decodificável; entre as que trazem, quatro em cada cinco falam a língua hierárquico-comunitarista, isto é, tratam a questão como disputa sobre a autoridade da tradição e o patrimônio sagrado de uma comunidade, e não como escolha privada de crença. O eleitorado católico está sendo convocado pela pertença, e é por aí que se fala com ele — o registro igualitário-comunitarista, onde vive a leitura racial da santa negra, é minoritário mas cresce dentro do enredo.



Kahan é um espaço 2x2, não uma lista — a posição no plano é o construto.

19 · Visão de mundo (Kahan)

O quadrante cultural de Kahan, a régua que situa cada publicação em dois eixos — hierarquia contra igualdade e individualismo contra comunitarismo —, diz menos sobre quanta gente fala do caso da padroeira e mais em que gramática o caso é dito: nove em cada dez publicações não trazem visão de mundo decodificável, e, entre as que trazem, quatro em cada cinco falam a língua hierárquico-comunitarista, 80% dos textos classificados. O igualitarismo comunitarista responde por 11%, o hierárquico-individualista por 5,7%, e o resto é resíduo de cauda. Não é detalhe de escala: é o retrato de uma controvérsia processada como disputa sobre a autoridade da tradição e sobre o patrimônio sagrado de uma comunidade, e não como disputa sobre liberdade privada de crença. Para quem aconselha Lula, isso significa que o terreno em que o caso se decide não é o da laicidade, e sim o da pertença.

O enredo confirma a régua. Quem entra no caso pelo lado hierárquico-comunitarista entra para proteger: Lula sobe ao palanque de Belém para avisar que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida; a CNBB responde à acusação de Flávio Bolsonaro (PL) defendendo não uma tese, mas a honra da própria Igreja; Erika Hilton (PSOL-SP) repudia o projeto de Victório Galli Filho (PP-MT) que retiraria da santa o título de padroeira; Igreja, STF e TSE são convocados como fiadores da ordem. A fatia igualitário-comunitarista, minoritária, é onde vive a leitura racial — a santa negra atacada por quem "odeia mulher preta" —, e a igualitário-individualista é quase inexistente: ninguém enquadra a questão como escolha privada de fé. O eleitorado católico está sendo convocado pela autoridade e pela comunidade, e é por aí que se fala com ele.

Para Lula e a esquerda, a leitura é de oportunidade com risco embutido. A oportunidade: a padroeira é negra, é do povo, é a santa de quem tem menos, e o registro comunitarista é o único em que a esquerda defende a fé sem pedir licença a ninguém — falando da devoção, do santuário, dos romeiros, da santa como patrimônio popular. O risco é disputar hierarquia de igual para igual, brigar por quem manda na fé, ou deixar o caso virar um capítulo da contenda entre o Supremo e o Tribunal Superior Eleitoral. A ordem de prioridade é esta: primeiro ocupar o registro da devoção, sem intermediários e sem discurso; depois deixar a chave racial operar dentro dele, porque foi o post que abriu essa fenda; por último, manter o litígio longe da voz do candidato.

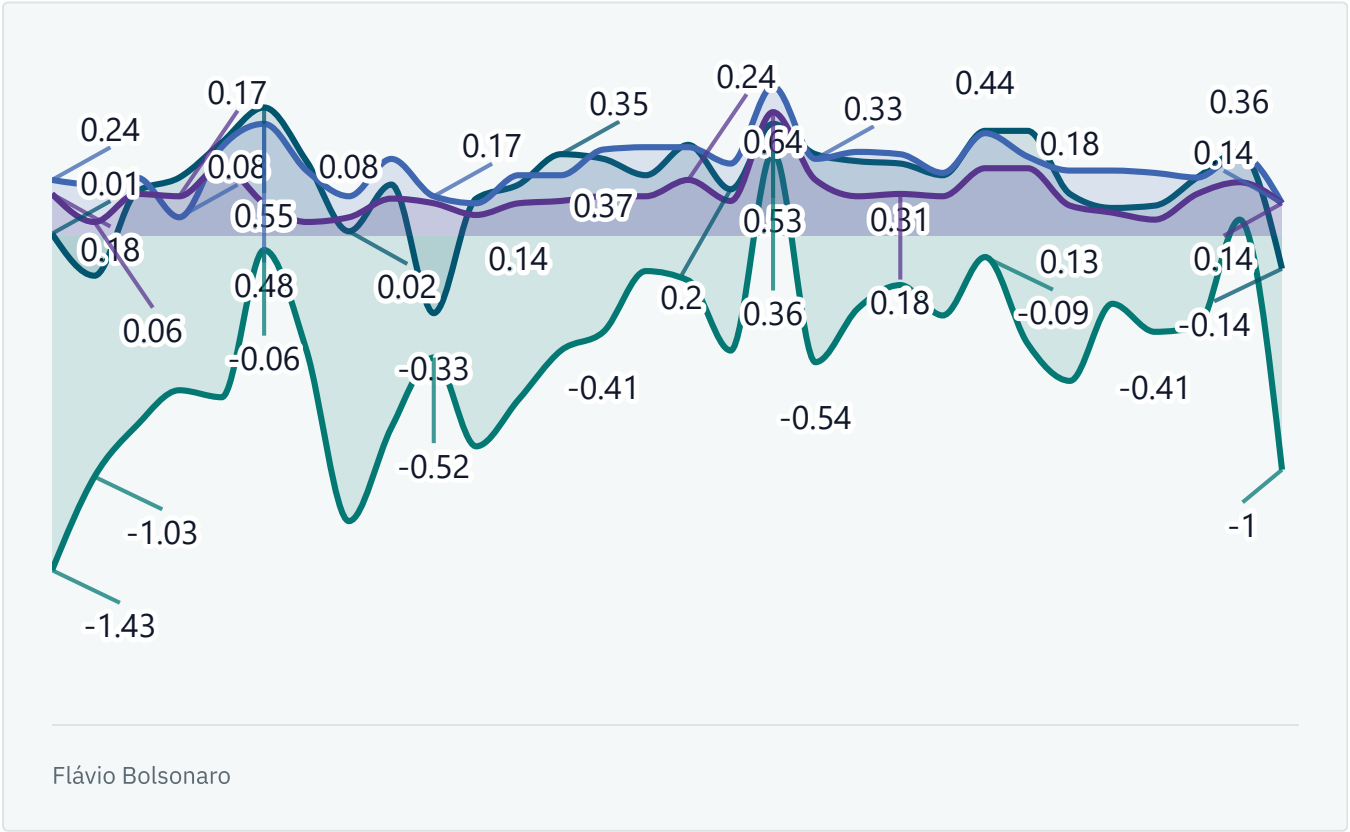
E há uma armadilha de segunda ordem que este quadrante revela por contraste. Quando o caso migra para Mendonça, Dino e Fux, ele sai do comunitarismo e fica só com a hierarquia — autoridade sem comunidade, decisão sem devoção —, e nesse terreno o campo lulista perde o único ativo que a régua lhe entrega. A pergunta que contesta o presidente na entrevista, "fake news, né, presidente?", é a medida exata desse deslocamento: quando o debate vira disputa sobre quem mente, quem defende a santa aparece na defensiva. A santa, para esse eleitorado, não é assunto: é pertencimento — e quem entra nesse terreno pela porta da autoridade, e não da devoção, chega tarde e mal acompanhado.

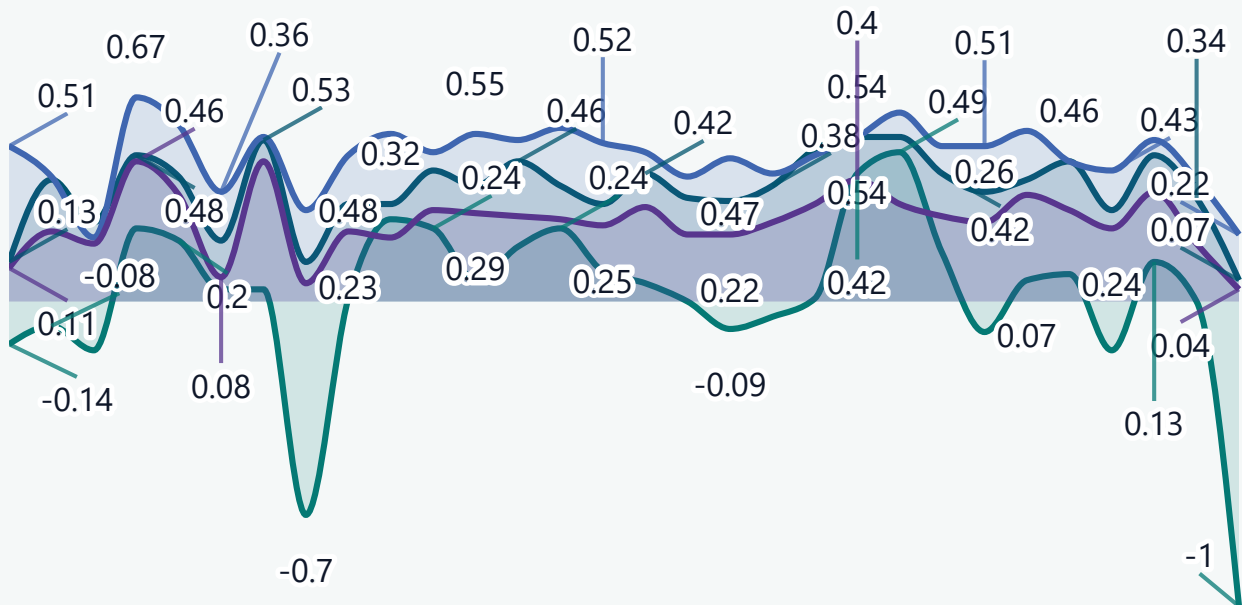
Para quem aconselha, a ordem é esta: o vocabulário da proibidade não distingue os campos e, sozinho, não rende imagem; a liberdade de expressão e a laicidade são argumentos sólidos e de custo baixo, mas não são bandeira de altar; e o único valor em que a defesa da padroeira já lidera — o bem comum, a santa como patrimônio do povo e não como causa partidária — é o terreno onde se pode oferecer entrega verificável a quem é católico. A santa fica na agenda pelo afeto e pela proteção, não no palanque da denúncia: ali, cada vez que sobe, desce como censura ao altar.

CONFIANÇA, CORAGEM E FORÇA: QUEM O CASO CREDITA E DESCREDITA

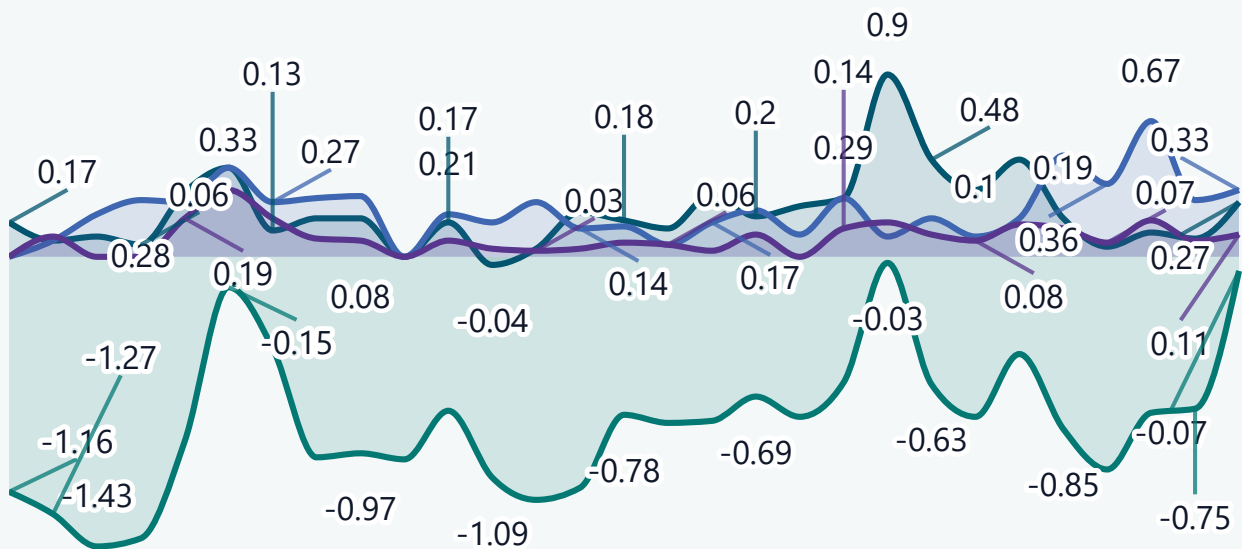
O CCFE®, o modelo de Confiança, Coragem, Força e Esperança, atribui a cada publicação de -3 a +3 ao ator citado em cada eixo — confiança é ser crível e cumprir o que diz; coragem é enfrentar sem recuar; força é ter poder de fazer acontecer; a esperança emerge quando os três são positivos, e a média abaixo de 0,3 em módulo é praticamente neutra, de 0,3 a 1 leve a moderada, de 1 a 2 marcada. Lida nas três janelas, a série responde à pergunta do painel com uma inversão: quem desidratou Flávio Bolsonaro foi o Caso Master, não a padroeira.

28 · Confiança, coragem e força atribuídas (CCFE®), dia a dia desde 01/09





Luiz Inácio Lula da Silva



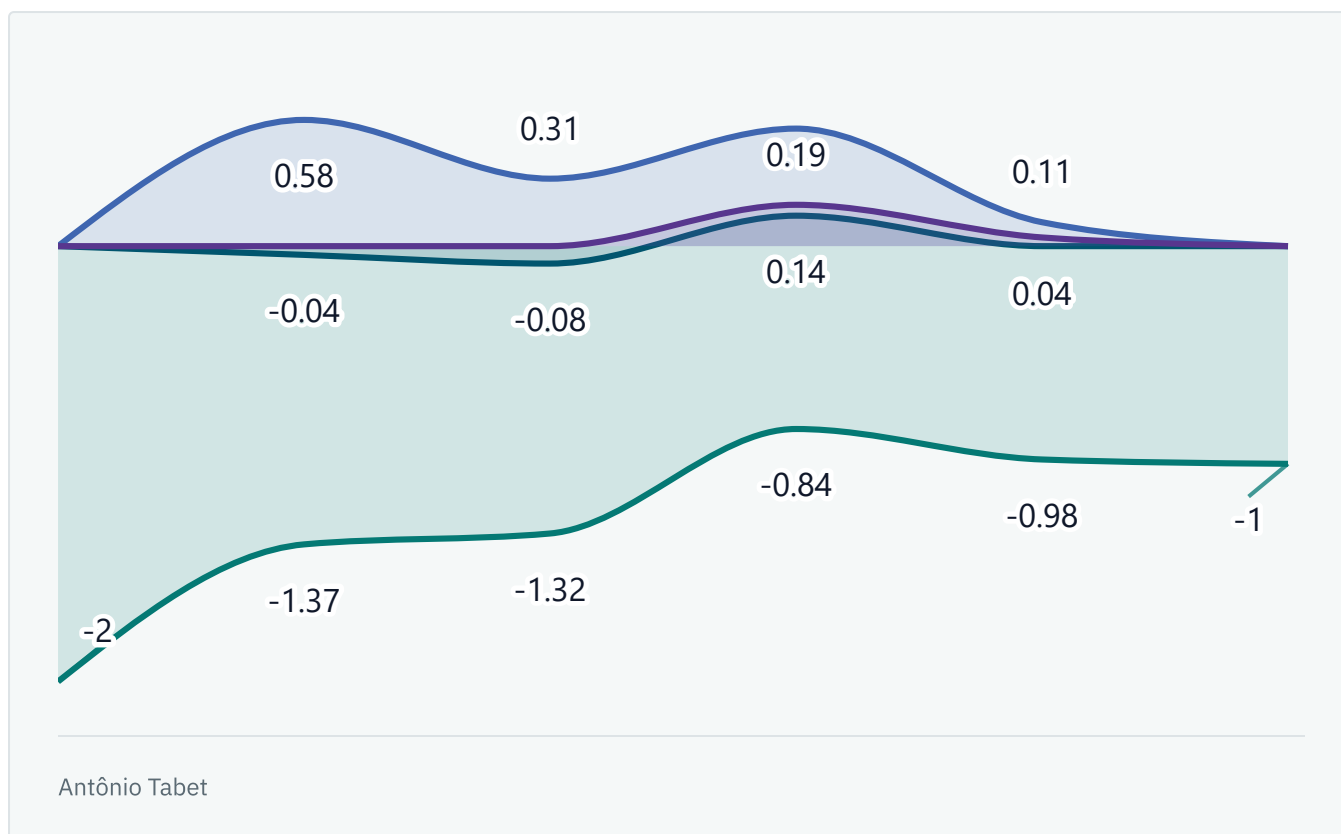
André Mendonça



Flávio Dino



Luiz Fux

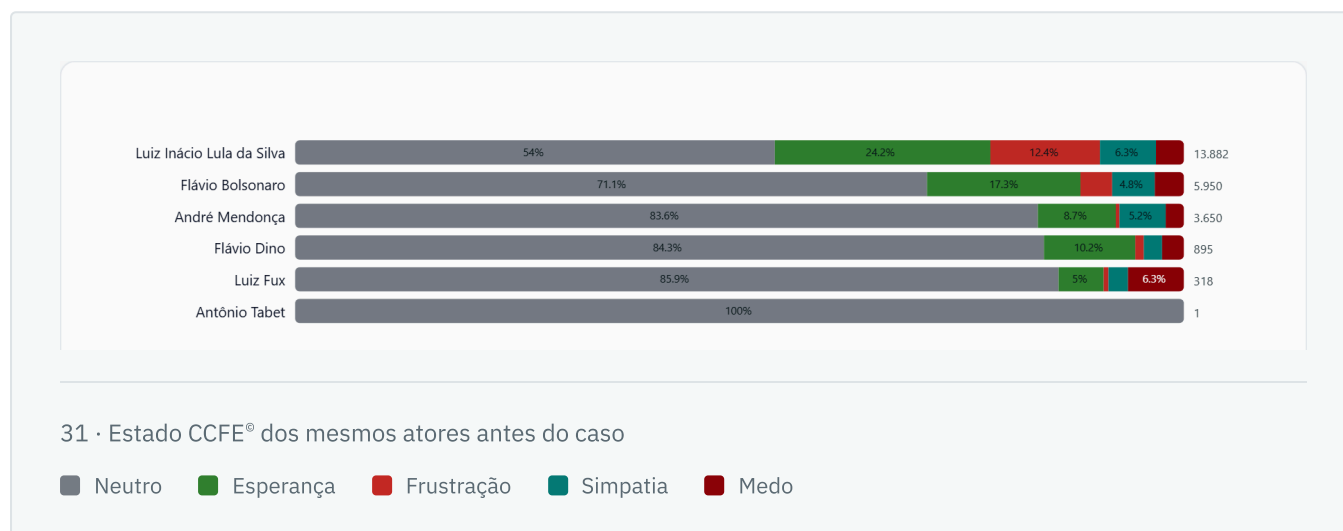


O CCFE®, o modelo de Confiança, Coragem, Força e Esperança, atribui a cada publicação uma nota de -3 a +3 para o crédito (confiança), a disposição de enfrentar (coragem) e o poder de fazer acontecer (força) do ator citado, com a esperança emergindo quando os três são positivos; zero é neutro, abaixo de 0,3 em módulo é praticamente neutro, de 0,3 a 1 é leve a moderado e acima de 1 é marcado. Lida nas três janelas, a série responde com nitidez à pergunta que a originou: o caso da padroeira não passou por igual sobre as imagens. Ele aprofunda a desconfiança em Flávio Bolsonaro, arrasta Lula para o terreno da suspeita sem que ele seja o alvo, e reordena a autoridade dos ministros do Supremo conforme cada um censura ou revoga. Não é o tom geral do mês que muda: é a posição de cada um.

No período anterior ao caso, Flávio Bolsonaro já era, entre os grandes citados, o de desconfiança mais alta: -0,463, leve a moderada, com coragem (0,287) e força (0,346) levemente positivas e esperança neutra (0,223). Dentro do caso, a confiança desaba para -0,983, mais que o dobro da desconfiança anterior, a coragem cai a -0,046, neutralidade pura, e a esperança vai a 0,022: o candidato do PL à Presidência deixa de encarnar qualquer saída. O enredo é conhecido: nega o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, diz que a história é mentira do PT e acusa gente de dentro da CNBB de ter ajudado, acusação repelida em nota pela própria CNBB. O efeito é o inverso do pretendido: quem se apresenta como quem desmascara a mentira passa a ser lido como quem se enreda nela.

Lula é o caso mais delicado e mais instrutivo. Antes do caso, sua confiança era praticamente neutra (0,133), com coragem (0,415) e força (0,528) moderadamente positivas e esperança neutra (0,311), retrato de um presidente a quem se atribui poder e disposição sem que isso vire crédito pleno. Dentro do caso, a confiança tomba para -0,719, suspeita moderada, a coragem recua a 0,126 e a força a 0,281, quase neutras, e a esperança cai à metade. O que o arrasta é a versão de que o PT teria fabricado o boato; citado no episódio alheio, o presidente paga a conta do enredo de outro. Quem é forte quando o assunto é entrega vira suspeito quando o assunto é a origem da mentira.

Entre os ministros, o episódio separa duas leituras. André Mendonça, que manda retirar do ar a publicação do humorista Antonio Tabet, desce a confiança a -1,081 e quase anula a coragem (0,015), mas sobe a força a 0,527: ganha poder percebido e perde autoridade moral. Flávio Dino faz o caminho oposto e é o único que melhora nos quatro eixos ao revogar a ordem: a confiança sai de -1,265, a pior do período fora do caso, para -0,649, a coragem volta ao positivo (0,222), a força sobe a 0,602 e a esperança a 0,232. Já a célula de Luiz Fux dentro do caso é um punhado de publicações: episódio isolado, ruído, que não se interpreta. Registre-se o vazio: ninguém dentro do caso passa de 0,25 de esperança. Daí a orientação prática, em ordem de prioridade: deixe o desfecho no terreno de Dino e do plenário, sem converter o ministro em protagonista, porque o crédito dele segue negativo; e faça Lula falar de fé, devoção popular e respeito à padroeira, no registro do cuidado, em vez de disputar quem inventou o boato. O crédito de Flávio é o alvo frágil; o do presidente, o ativo a proteger.



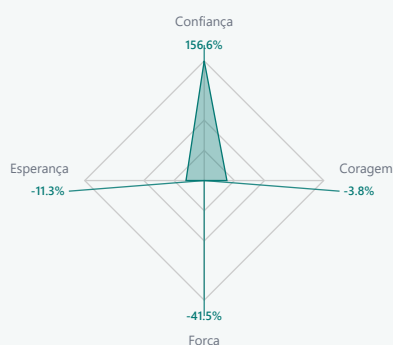
Antes de o caso da padroeira virar disputa, o CCFE® já entregava o mapa de quem importa. Lula concentra 56% das avaliações feitas às figuras do recorte; Flávio Bolsonaro, 24%; o ministro André Mendonça, 15%; Flávio Dino, 4%; Luiz Fux, 1%, e Antônio Tabet, o humorista cujo post seria retirado dias depois, aparece de forma residual e só no neutro. Dois nomes sustentam oito de cada dez menções. Mas em todos o estado dominante é o neutro: 54% em Lula, 71% em Flávio, 84% em Mendonça e em Dino, 86% em Fux. A linha de base mostra, portanto, um debate muito mais informativo e relacional do que avaliativo, e é nesse terreno sem carga que o caso vai cair.

Onde há avaliação, ela tem dono. Lula leva 70% de toda a esperança atribuída ao conjunto, 88% de toda a frustração e 58% de todo o medo; Flávio fica com 21%, 11% e 26%; Mendonça, com 7%, praticamente nada de frustração e 10% do medo. E a proporção dentro de cada um muda o sentido: em Lula, a esperança responde por 24% das menções e a frustração por 12%, o dobro de esperança sobre desalento; em Flávio, 17% de esperança contra 3,5% de frustração, quase cinco vezes mais. Lula é o único em que o campo adversário já deposita juízo de falha: a frustração do recorte é quase toda dele. E é dele também que sai a quase totalidade da esperança, construída nos trechos mais engajados na chave da soberania — o Brasil não é colônia de ninguém, a escolha entre submissão e soberania —, enquanto a fatia neutra das menções a ele é o ataque eleitoral ao bolso, o estrago na economia e o R\$ 90 a mais que o candidato do PL martela.

Flávio carrega sete em cada dez menções no neutro, e ali dentro circula maciçamente a acusação de corrupção que o cerca: Vorcaro, o Banco Master, a fraude do INSS, o elo com o caso Marielle. É volume alto com carga moral baixa, um passivo que ainda não virou veredito. Mendonça chega ao caso com a ficha quase limpa, 84% de menções neutras, 9% de esperança, 2% de medo e frustração residual, sem nenhum descrédito prévio a desfazer, embora o campo bolsonarista já trabalhasse, no próprio período, o desagravo que o converte em ídolo. Dino e Fux mal aparecem, e também no neutro. A base, então, diz onde a disputa começa: esperança é território de Lula, frustração também, e quem o bolsonarismo quer promover entra sem ônus.

Para Lula e a esquerda, a consequência é prática e tem ordem. Primeiro: a esperança é o ativo, sete de cada dez atribuições positivas do recorte, mas ela está ancorada na soberania, não na entrega, e o eixo da confiança no CCFE® é exatamente cumpre o que diz. Sem entrega material visível e datada, a reserva de esperança vira promessa gasta, e a frustração, que já é 88% concentrada nele, cresce por dentro. Segundo: não atacar Mendonça. Quem tem 84% de menções neutras e nenhum medo atribuído não tem de onde cair; atacá-lo é fabricar-lhe a vitimização que o outro campo já encena, e transferir-lhe o único capital que ele ainda não tem. Terceiro: o terreno rentável é Flávio, cujas acusações circulam sem virar desconfiança atribuída — cada menção neutra é uma oportunidade de transformar denúncia em descrédito, e é aí que o caso da padroeira deve ser jogado, não na esfera do ministro. O risco a vigiar: a disputa puxa Dino e Fux para a mesma régua, e quem expõe ministro à avaliação se expõe com ele.

Antes dos dois casos, Flávio já era lido com desconfiança leve a moderada e esperança nula. O escândalo bancário quase dobrou a desconfiança, levou a coragem ao zero e apagou força e esperança — o candidato deixou de encarnar qualquer saída. Na janela da padroeira, a desconfiança recua um pouco e nada mais se move: o caso não aprofunda o dano nem o repara, apenas conserva o candidato no fundo cavado pelo Master.



54 · Flávio no Caso Master e na padroeira: confiança, coragem e força (CCFE®)

O CCFE®, o modelo que mede de -3 a +3 o que cada publicação atribui a um ator em confiança, coragem e força e do qual a esperança emerge quando as três são positivas, responde à pergunta do painel com uma inversão: quem desidratou Flávio Bolsonaro foi o Caso Master, não a padroeira. Antes dos dois casos, o candidato já era lido com desconfiança leve a moderada (-0,72), coragem e força praticamente neutras

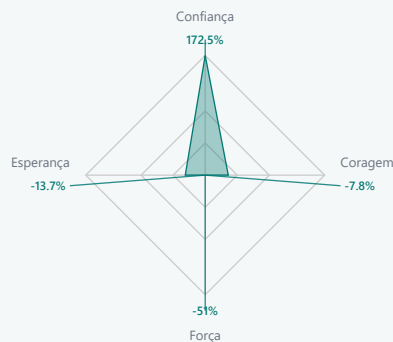
(+0,23 e +0,30) e esperança nula. O Master quase dobrou a desconfiança, para -1,38, levou a coragem ao zero (-0,02) e apagou força (+0,03) e esperança (+0,01). Na janela da padroeira, a desconfiança de que ele tiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira recua a -0,98 e nada mais se move. O caso não aprofunda o dano nem o repara, apenas conserva o candidato no fundo cavado pelo Master. Para quem aconselha Lula, a consequência é de prioridade — não há golpe novo a extrair da padroeira, e o que ainda corrói Flávio é o Master.

Lula é o controle, e o controle conta a história mais incômoda. Antes, era lido com crédito quase neutro (+0,13), coragem e força leves a moderadas (+0,41 e +0,56) e alguma esperança (+0,34). No Caso Master, a confiança que lhe atribuem desaba para -1,17, queda de cerca do dobro da de Flávio, e seus eixos de ação encolhem ao neutro. Na janela da padroeira, porém, recupera em todos: volta a -0,72, mantém coragem (+0,13) e força (+0,28) e vê a esperança sair do zero em que estava no Master para +0,15 — ainda praticamente neutra, mas não mais nula — precisamente o patamar de confiança em que Flávio vivia antes de tudo, e ainda assim abaixo da desconfiança que pesa sobre o próprio Flávio. Não é crédito, é a percepção de que ele continua capaz de agir e de encarnar uma saída. O risco a vigiar é um só, e é eleitoral: a suspeita de que explorou a notícia falsa, que é o que puxa sua linha de confiança para baixo.

A esperança é o eixo que separa quem parece saída de quem parece beco, e a assimetria é o achado. Flávio tinha +0,20, caiu a +0,01 no Master e a +0,02 na padroeira: nula, sem futuro encarnado. Lula caiu a +0,01 e voltou a +0,15 — pouco, praticamente neutro, mas vivo. Traduza-se em fatos: a coragem de Flávio está em zero porque sua reação é lida como defesa em tribunal — a escalada contra a CNBB, que os próprios aliados chamaram de desastrosa, e o vaivém entre André Mendonça e Luiz Fux, que restaurou a remoção do post —, e a força que lhe sobra é judicial, não política, enquanto o crédito não volta. Lula, ao erguer em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e dizer que ninguém vai avacalhar com a padroeira, ficou com a coragem, a força e a esperança preservadas no registro afirmativo da fé. Ao conselheiro: é aí, e não no duelo com o adversário, que se reconstrói confiança.

Decorre daí uma ordem de prioridades. Primeiro, não gastar a padroeira como denúncia nova: ela não desce Flávio um milímetro abaixo do Master e transfere o custo, porque a confiança atribuída a Lula neste recorte já caiu de +0,13 para -0,72, sustentada na acusação de que ele teria lucrado eleitoralmente com a mentira. Segundo, tratar a devoção como terreno próprio e não como provocação: é o registro afirmativo que conserva coragem, força e esperança, exatamente as três que a campanha de Flávio perdeu, e é nele que o eleitorado católico se reconhece. Terceiro, manter o Caso Master no centro: ali a desconfiança é marcada e não regrediu ao patamar anterior. A padroeira passa; o Master fica.

Lula é o controle, e o controle conta a história mais incômoda. Antes, era lido com crédito quase neutro, coragem e força moderadas e alguma esperança. No Caso Master, a confiança que lhe atribuem desaba com queda maior do que a do próprio adversário. Na padroeira, recupera em todos os eixos e mantém a coragem e a força que o registro afirmativo da fé preserva — mas a confiança segue negativa, sustentada na suspeita de que explorou a notícia falsa, aquela que a imprensa registrou na pergunta "fake news, né, presidente?".



29 · CCFE® dentro do caso: o retrato de cada ator

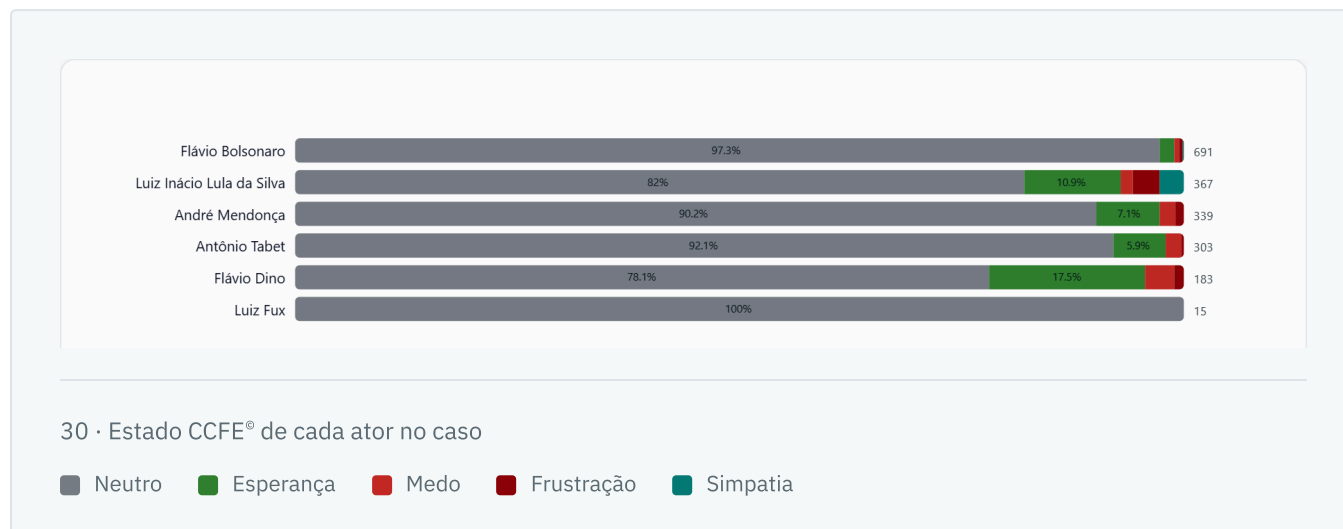
Neste caso ninguém tem confiança positiva. Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, marca $-1,444$, mas sobre um punhado de publicações — episódio, não leitura; entre os que têm volume, Antonio Tabet aparece com $-1,122$; André Mendonça com $-1,081$; Flávio Bolsonaro com $-0,983$; Lula com $-0,722$; e Flávio Dino, o menos desgastado, ainda assim com $-0,649$. A do humorista censurado é quase o dobro da do presidente. São todos escores marcados, todos no polo de quem mente, engana ou não merece crédito.

Nos demais eixos, a geografia se desenha com precisão cirúrgica. Dino concentra a maior força ($0,602$) e a maior, ainda que tímida, esperança ($0,232$); Mendonça tem força leve a moderada ($0,527$); Tabet, o censurado, é o terceiro em força ($0,436$) e praticamente zero em coragem ($0,02$), como se o post derrubado lhe tivesse dado poder sem lhe dar crédito de bravura. Os escores de Fux (coragem $-0,222$, força $0,222$, esperança nula) repousam no mesmo punhado de publicações e não sustentam comparação com os outros ministros. Flávio Bolsonaro fica no meio do deserto, coragem $-0,046$, força $0,182$, esperança $0,022$, nem visto como quem enfrenta, nem como quem manda.

Para Lula, o quadro é claro e desconfortável. Ele entrou no caso, ergueu em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, disse que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida, e recebe confiança moderadamente negativa ($-0,722$), coragem e força apenas leves ($0,125$ e $0,281$) e esperança de $0,149$, a segunda do quadro, atrás de Dino, mas ainda em faixa neutra. O caso não credita ninguém: nem a denúncia da mentira, nem a defesa da padroeira, nem o gesto judicial transformam qualquer dos citados em saída. E, como a esperança só se ativa com os três eixos positivos, o retrato é o de um assunto que ninguém consegue capitalizar como futuro — todos entram nele para não perder crédito, e todos saem devendo algum.

A quem aconselha Lula e a esquerda, o gráfico diz três coisas, nesta ordem. Primeiro: a vantagem de Lula sobre Flávio em confiança é de $0,26$ ponto ($-0,722$ contra $-0,983$), real, mas fina: não se amplia com mais denúncia, e sim com gesto de proteção e de reparação. Segundo: o dano do outro lado já está consolidado, Flávio sai com desconfiança beirando marcada e sem coragem nem força, isto é, a mentira que ele atribui ao PT não o absolveu nem o engrandeceu diante de quem fala dele. Terceiro, e decisivo: o ativo deste campo não é a padroeira, é a assimetria — Dino, que liberou a fala, é o mais forte ($0,602$) e o menos desa-

creditado (-0,649), enquanto a avaliação de Fux, que restabeleceu a remoção, ainda é episódica e não sustenta a comparação. Para Lula, o ganho está em trocar a disputa sobre qual tribunal decide pela proteção da padroeira.



O caso da padroeira mobiliza, mas não julga ninguém: nove em cada dez menções às figuras do episódio saem em estado neutro, isto é, relato puro, sem juízo atribuído de caráter ou capacidade. Flávio Bolsonaro, alvo do boato, é o mais citado do recorte, pouco mais de um terço das menções, e 97,2% delas são de puro relato, contra 1,7% de esperança; Antônio Tabet (92,2%), André Mendonça (90,4%) e o próprio Lula (81,8%) seguem a mesma cadência. Nada aqui mede o que cada um diz de si: mede-se como cada um é tratado por quem o cita.

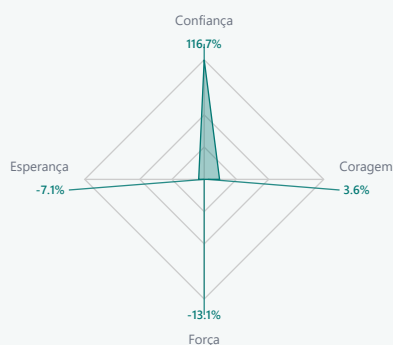
A fenda afetiva tem nome e endereço, e não é o candidato do governo. Flávio Dino concentra 18,1% de esperança entre as menções que recebe, quase uma em cada cinco, contra 11,6% de Lula, 7,2% de André Mendonça, 6,1% de Tabet e 1,7% de Flávio Bolsonaro. O que produz esse estado é a derrubada da ordem de remoção: Flávio Dino acabou de derrubar a decisão de André Mendonça, preservando a liberdade de expressão e a liberdade religiosa, escreve quem celebra. Lula colhe a fatia dele quando encarna a defesa da santa, as tradições religiosas tão sagradas para nossas famílias estarão protegidas, e é o único que acumula simpatia (2,7%) junto à maior taxa de frustração (3,0%): ao subir no palanque da padroeira, passou a receber juízo pessoal. A gratidão do campo, hoje, está depositada num ministro do Supremo.

Para quem aconselha o governo, o risco mora exatamente aí, e o contra-argumento é o mesmo dado lido ao contrário. Dino é o ator de estados opostos conforme o polo: é quem desfaz o dano para os que viram censura na decisão de Mendonça e é ameaça para os que assinam o TSE paralelo do STF e a campanha presidencial mais suja — o medo dele é residual, 2,9%, mas existe. Flávio Bolsonaro, por sua vez, atravessa o episódio sem marca afetiva: 0,6% de medo, 0,3% de frustração, 0,2% de simpatia. Não há desgaste medido nem blindagem construída, e o medo do bolsonarismo não foi plantado neste recorte, onde medo e frustração somam pouco mais de 1% cada. Luiz Fux, cuja suspensão da decisão de Dino é de horas, aparece só em registro descritivo.

A ordem de prioridade, portanto, é esta. Primeiro, transferir para Lula o protagonismo da defesa da padroeira e da fé católica: o crédito alocado em Dino não se transfere sozinho, e é o presidente quem tem mandato e palanque para falar. Segundo, redigir desde já a narrativa para a derrota no plenário, antes que ela

ocorra: se a decisão de Dino cair sem leitura pronta, a esperança vira desalento e o adversário embolsa a vitória judicial. Terceiro, não gastar munição no escândalo — como o boato não produziu desgaste afetivo em Flávio Bolsonaro, denunciá-lo rende pouco; o que rende é ocupar o vocabulário da fé e da proteção das tradições, onde Lula já fala e Alckmin já colhe. Quarto, vigiar o flanco: o TSE paralelo que a campanha adversária tenta plantar ainda não virou medo, mas já é o enquadramento escolhido.

No retrato consolidado do caso, ninguém tem confiança positiva. Luiz Fux, que restabelece a remoção, é avaliado em um punhado de publicações — episódio, que não se compara aos demais; Antonio Tabet aparece com desconfiança marcada e quase nenhuma coragem, como se o post derrubado lhe tivesse dado poder sem crédito de bravura; André Mendonça ganha poder percebido e perde autoridade moral; Flávio Dino é o menos desgastado e o mais forte. Quando se cruza esse retrato com as vozes religiosas, o quadro fica mais duro para o campo do governo: a desconfiança atribuída a Flávio é maior entre católicos e ainda maior entre evangélicos, e a de Lula também é negativa nas duas chaves, com a esperança em frangalhos nos dois terrenos.



36 · A imagem de Flávio e de Lula na voz católica e na evangélica (CCFE®)

O CCFE®, o modelo de Confiança, Coragem, Força e Esperança, dá a cada publicação de -3 a +3 por eixo ao ator de quem ela fala, e o valor apresentado é a média: acima de zero ele é tido como crível, como quem enfrenta e como quem tem poder de fazer acontecer, e a esperança aparece quando os três vêm positivos. Antes do caso, Flávio Bolsonaro já era um candidato de crédito duvidoso e poder reconhecido — desconfiança leve a moderada, -0,46, contra coragem, força e esperança levemente positivas, 0,29, 0,35 e 0,22. O episódio da padroeira cobra caro esse patrimônio: a desconfiança dobra para -0,98, a coragem recua ao zero exato (-0,05) e a esperança evapora (0,02). O senador entrou no caso com força percebida e saiu sem nenhum eixo que o recomende.

Pergunta central do painel: o caso feriu Flávio entre católicos e o fortaleceu entre evangélicos? Os números dizem não, e dizem pior do que a pergunta supõe. Nos textos escritos na chave católica, a confiança atribuída a ele desce a -1,36, desconfiança marcada; na chave evangélica, a -1,48, igualmente marcada e mais funda ainda. A coragem recua nas duas, ao redor de -0,1, e a força fica praticamente neutra, abaixo de 0,2 em ambas. A esperança é nula entre católicos e exatamente zero entre evangélicos. Não há blindagem

gem evangélica a temer nem a esperar: há desgaste parelho, e até maior onde se supunha proteção. A voz católica responde por cerca de um quarto dos textos sobre Flávio, a evangélica por cerca de um oitavo — é entre os católicos que a desconfiança dele encontra o maior contingente.

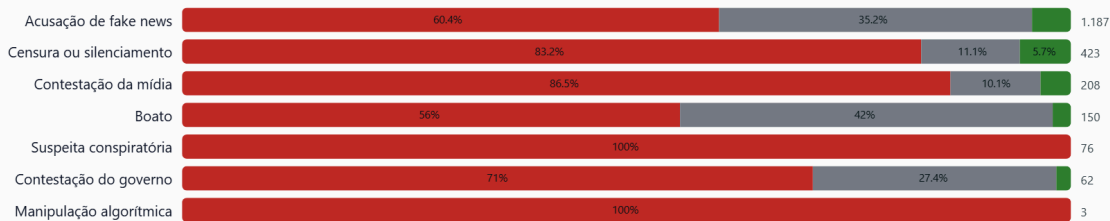
Se o caso não absolveu Flávio, também não poupou Lula, e é aqui que a assessoria precisa prestar atenção. Antes do episódio, Lula era o único dos dois com esperança positiva, 0,31, e o único com os quatro eixos no azul, ainda que em intensidade leve a moderada: confiança 0,13, coragem 0,42, força 0,53. Dentro do caso, a confiança cruza o zero e desce a -0,72; na chave católica, -0,63; na evangélica, -1,00, desconfiança marcada. A esperança cai para menos da metade, 0,15, e quase desaparece entre evangélicos, 0,05. A coragem dele se sustenta positiva entre católicos, 0,11, e recua ao neutro entre evangélicos, -0,03. Na escala inteira, a deterioração da confiança de Lula passa de um ponto — a maior variação de todo o quadro, acima da do próprio protagonista do escândalo. Cada entrada dele no assunto tem preço, e o preço é maior justamente onde o campo precisa crescer.

Comparados, os dois deságuam no mesmo lugar por caminhos desiguais: entre católicos, a desconfiança atribuída a Flávio é mais que o dobro da atribuída a Lula (-1,36 contra -0,63); entre evangélicos, a distância encolhe para cerca de uma vez e meia (-1,48 contra -1,00). E o achado que atravessa tudo é a esperança em frangalhos: ninguém encarna saída neste terreno, sobretudo na voz evangélica, onde Flávio zera e Lula mal se move do nada. O episódio virou disputa de dano sem redenção. Daí a ordem que os dados impõem: primeiro, deixar a autoria da defesa da padroeira com quem fala essa língua — humoristas, artistas e católicos, como fez Antonio Tabet, e parlamentares como Erika Hilton (PSOL-SP) —, mantendo Lula em registro curto e afirmativo, do tipo "o título de padroeira não se toca", porque só aí a coragem dele permanece positiva; segundo, dirigir a cobrança ao autor do projeto, o ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT), porque é o ponto em que a desconfiança tem objeto; terceiro, explorar o recuo percebido de Flávio, cuja coragem fica negativa nas duas chaves. O que a esquerda não pode é responder provocação no terreno evangélico, onde o retorno é o pior do quadro.

A leitura prática se ordena assim. A vantagem de Lula sobre Flávio em confiança é real, mas fina: não se amplia com mais denúncia, que puxa o presidente para o piso em que todos estão, e sim com gesto de proteção e de reparação, o único registro em que confiança se constrói. O dano do outro lado já está consolidado — a mentira que Flávio atribui ao PT não o absolveu nem o engrandeceu diante de quem fala dele. E o ativo deste campo não é a padroeira, é a assimetria: o ministro que liberou a fala é o mais forte e o menos desacreditado entre os que têm volume para leitura. O que rende é mudar de registro sem deixar o caso esfriar: sair da briga judicial e entrar na proteção da padroeira e do que ela representa.

A DISPUTA SOBRE A VERDADE: QUEM TEM PODER DE NOMEAR A MENTIRA

A dimensão que mede a disputa informacional não julga se o conteúdo é falso: mede quem acusa quem de mentir. E o retrato, nos dez dias do recorte, é de uma guerra em que a arma é a mesma para todos — a acusação de falsidade responde por mais da metade de tudo o que se diz, seguida de longe pela alegação de censura ou silenciamento, que fica perto de um quinto. O campo mais povoado é o do repúdio; a defesa da padroeira e a autodefesa de Flávio ocupam uma fração residual. A batalha não é sobre o que aconteceu, é sobre a quem se cola o carimbo de mentiroso.



18 · A disputa sobre o que é verdade: tipos de desinformação apontados — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

O gráfico mede de que tipo é a disputa sobre a verdade — acusação de fake news contra alguém, acusação de censura ou silenciamento, contestação da imprensa, boato, suspeita de conspiração ou contestação do governo — e de que lado ela é movida: por quem afirma e defende Nossa Senhora como padroeira, a fé católica ou um ator, por quem repudia o projeto que retiraria o título de padroeira, Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo, a decisão de André Mendonça ou o PT pela suposta mentira, ou por quem apenas relata. E o retrato que sai dele é o de uma guerra em que a arma é a mesma para todos: a acusação de mentira responde por 54% de tudo o que se diz, contra 21% de censura e silenciamento, 10% de ataque à imprensa, 7% de boato, 4% de suspeita conspiratória e 3% de contestação ao governo. O campo mais povoado é o do repúdio, com 72,5% das células, contra 23% do relato e apenas 4% da afirmação e da defesa — esta última, note-se, mistura a devoção à padroeira com a autodefesa de Flávio negando o projeto. Para quem aconselha Lula e a esquerda, a batalha não é sobre o que aconteceu, é sobre a quem se cola o carimbo de mentiroso, e o campo que hoje repudia Flávio, a mentira e a censura ocupa quase três quartos do terreno.

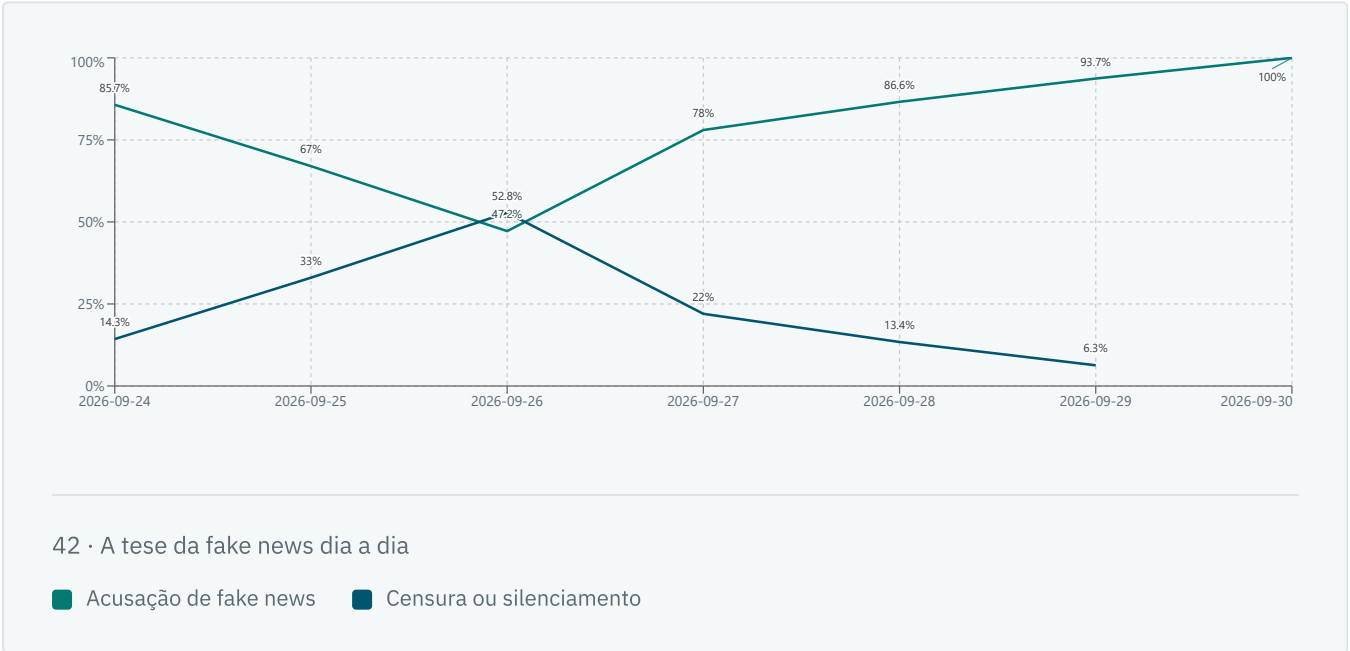
O segundo dado manda o recado mais incômodo. Censura ou silenciamento é o rótulo mais transversal do recorte: 25% das células de repúdio, 29% das células de afirmação e defesa e 10% das de relato — ou seja, as decisões judiciais de 25, 27 e 28 de setembro, a remoção do post de Antonio Tabet, a derrubada de vídeos pela Meta e a reviravolta que terminou com a ordem de Mendonça restabelecida por Luiz Fux, produziram o único vocabulário que os dois lados falam fluentemente. A contestação da imprensa, por sua vez, soma 10% e tem nome próprio: a GloboNews, que corrigiu a informação e se retratou, foi transformada em alvo dos dois campos — "central de disseminação da mentira" de um lado, mídia que erra e precisa ser cobrada do outro. Para quem a esquerda aconselha, a consequência é de ordem prática e de prioridade: a vitória processual sobre Tabet não converteu nada, e cada nova peça judicial sobre o que fica ou não no ar realimenta o enquadramento de censura, que é o que a direita sabe usar. O caminho sustentável não é a remoção, é o desmentido na fonte, com a CNBB e o Santuário de Aparecida falando — instituições cuja palavra ninguém, nem Flávio, pode contestar sem custo.

A parte menor do gráfico é, no entanto, a que mais diz sobre o momento. A contestação ao governo responde por 3% do total e praticamente toda ela se dirige a Luiz Inácio Lula da Silva, a quem se atribui ter explorado eleitoralmente a mentira — e é aí que a franja vira risco, porque o presidente entrou no episódio em

27 e 28 de setembro, com "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida" e a santa erguida em comício em Belém, e saiu dele contestado com "fake news, né, presidente?". Quando Lula sobe ao palanque com a imagem, ele deixa de ser terceiro na disputa e passa a disputar a cena — e é exatamente o papel que interessa a quem quer desviar o foco da pergunta sobre quem inventou o boato.

O fecho da leitura é a simetria, e ela é a diferença entre ganhar e perder os próximos dias. Acusação de fake news é 49% no campo do repúdio, 71% no relato e 59% na afirmação e defesa: os três polos acusam de mentir, e a mentira é o único objeto que todos disputam. Nem boato nem suspeita conspiratória — 7% e 4%, com a versão de que "gente de dentro da CNBB" teria ajudado o PT, desmentida pela própria CNBB sob a fórmula de que "a mentira não se combate com outra mentira" — deslocam esse eixo; o resíduo de manipulação algorítmica não sustenta leitura. Para Lula e a esquerda, a ordem de prioridade que os números impõem é esta: parar de alimentar o único enquadramento em que o campo perde, que é o da censura; abandonar o palanque religioso e transferir a defesa da padroeira a quem tem autoridade para fazê-la; e cobrar de Flávio o ônus de provar a acusação contra a CNBB, porque é ali, no terreno da acusação sem prova, que a simetria se rompe a favor de quem tem os bispos do seu lado.

A sequência diária acompanha a cronologia com precisão de relógio e mostra uma inversão. Em 25 de setembro, o dia em que Flávio chama a história de mentira do PT, a acusação de falsidade ocupa dois terços do dia; em 26, quando a ordem de remoção do post está no ar, a censura supera a acusação — a única vez em todo o período — e expressões como "católicos censurados" ganham tração; a partir de 27, quando Dino derruba Mendonça e a CNBB responde à acusação, a acusação de falsidade retoma e chega a nove em cada dez publicações do último dia. A censura foi a moeda de um dia; a acusação de mentira é a moeda da semana.



As duas moedas do caso são a acusação de falsidade e a queixa de censura, e a primeira circula muito mais: a acusação de fake news, o rótulo que registra quem diz que o outro inventou uma informação, sem julgar se a informação é falsa, responde por 72% do que se publicou sob os dois registros no período; a alegação de censura ou silenciamento, o rótulo de que uma fala foi removida ou abafada, por 28%. E a sequência dia a dia acompanha a cronologia com precisão de relógio. Em 24/09, quando circula o projeto

que retira de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, há um punhado de registros. Em 25/09, o dia em que Flávio Bolsonaro chama a história de mentira do PT, a acusação de falsidade ocupa dois terços do dia (67%) contra um terço (33%) de censura: a moeda da mentira não nasce da defesa, nasce da negação — cresce exatamente quando quem é acusado de ter armado a história sai a desmenti-la.

O dia seguinte inverte a ordem, e só ele. Em 26/09, com a ordem que manda remover o post do humorista Antonio Tabet no ar, a censura supera a acusação de falsidade (53% contra 47%), na única vez em todo o período, e expressões como "católicos censurados" e "respeitem nossa padroeira" ganham tração: a remoção de um post converteu uma crítica em causa religiosa. A partir de 27/09 — o dia em que Flávio Dino derruba a decisão de André Mendonça, em que Flávio Bolsonaro acusa "gente de dentro da CNBB" de ter ajudado a espalhar a mentira e em que a CNBB responde que "a mentira não se combate com outra mentira" — a acusação de falsidade retoma e não larga mais o primeiro lugar: 78% do dia 27, 86% em 28/09 e 95% em 29/09. A censura, que chegara a 53% em 26/09, cai para 22%, 14% e 5% nos três dias seguintes. A decisão de Dino não encerrou a disputa sobre a verdade, transferiu-a de volta para o terreno da mentira — e quem perdeu esse terreno foi justamente quem tentava transformar a remoção de um post em censura à fé católica. A censura foi a moeda de um dia; a acusação de falsidade é a moeda da semana.

O que o gráfico mede, portanto, não é a verdade de nada: é quem tem o poder de nomear a mentira do outro. E aqui a leitura é implacável. A acusação de falsidade é o instrumento com que o campo de Flávio Bolsonaro tenta virar o jogo — "a máfia do PT inventou uma mentira", "o complexo industrial de mentira do PT implodiu", "a GloboNews foi a central de disseminação da mentira" —, e o pico de 27/09 coincide com o momento em que ele acusa a CNBB e é desmentido pela própria CNBB. A acusação de mentira, que parecia arma da esquerda contra o bolsonarismo, foi capturada e reempregada pelo bolsonarismo contra a esquerda, a imprensa e a Igreja. A esquerda que se limita a comemorar a derrubada da liminar de Mendonça por Dino entrega a narrativa de censura a quem a perdeu no dia 26 e não a reconquista.

A segunda implicação é de tempo. A janela de censura — 26/09, o único dia em que ela lidera — foi curta e não se repetiu; a janela de acusação de falsidade se alarga a cada dia e chega a 95% em 29/09. O campo bolsonarista está investindo na tese da perseguição mentirosa, não na tese da censura religiosa, e a esquerda deve esperar o próximo movimento nesse registro: novas acusações de que a mentira partiu da CNBB, da GloboNews, do PT, de Dino. A recomendação é antecipar-se — não reagir à acusação, mas deslocá-la para o concreto: o projeto existe — é o PL 2.623/2007, de Victório Galli Filho, hoje candidato a deputado federal pelo PP-MT, arquivado em 2008 —, tem autor, número e assinatura; o que não se sustenta é atribuí-lo a Flávio. A acusação que pega é a que nomeia o autor real e a data, não a que põe o projeto na conta do candidato. Enquanto a esquerda discutir se mentiu, perde; quando discutir o projeto, ganha. E há um risco que o gráfico escancara: a cada dia em que a acusação de falsidade domina, a censura some do radar — e com ela some a chance de a esquerda pautar a liberdade de expressão, que é o valor em que ela é mais forte. A oportunidade esteve em 26/09, o dia em que a censura liderou e a esquerda teve a melhor janela para falar de liberdade e de fé ao mesmo tempo. Essa janela não voltou.

No topo da circulação desse registro, o achado é de mão única: a tese da mentira circulou dentro da própria base que a produziu e voltou para ela, com o próprio Flávio e aliados replicando os mesmos dois enunciados — o da "máfia do pt" que inventou a mentira e o que anuncia que a Justiça Eleitoral mandou remover publicações de perfis de esquerda. As replicações de aliados vêm em faixa quase plana, assinadas por Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Guilherme Derrite (PP-SP), Júlia Zanatta (PL-SC), Maurício Marcon (PL-RS) e Sergio Moro (PL-PR): não é difusão, é mobilização sincronizada.

43 · A tese da fake news: as publicações que mais circularam

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	 URGENTE! Daniela Lima acaba de confirmar que NÃO É FAKE NEWS a informação passada por Maria Cristina Fernandes. A Igreja Católica monitora desde 2019 ataques de evangélicos bolsonaristas à Nossa... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	113.592	1.253.405
2	A máfia do pt inventou uma mentira de que eu iria acabar com a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida . Respeito todas as religiões e também quem não tem religião! Diferente do lula, que quer se meter até nas regra... Flávio Bolsonaro · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	62.506	1.093.173
3	RT @FlavioBolsonaro: A máfia do pt inventou uma mentira de que eu iria acabar com a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida . Respeit... Sóstenes Cavalcante · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	62.181	1.071.726
4	Enquanto Globo, Folha e Estadão se apressaram a repetir várias vezes que era fake news o risco de Nossa Senhora Aparecida perder o posto de Padroeira do Brasil, Daniela Lima foi fazer JORNALISMO e apurou que a... Papi · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · DESPREZO	61.241	657.111
5	RT @FlavioBolsonaro: TSE acaba de determinar que todos os perfis de esquerda removam as FAKE NEWS sobre Nossa Senhora Aparecida. O complex... Sergio Moro · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	59.925	404.315
6	RT @FlavioBolsonaro: TSE acaba de determinar que todos os perfis de esquerda removam as FAKE NEWS sobre Nossa Senhora Aparecida. O complex... Júlia Zanatta · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	59.918	403.636

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
7	TSE acaba de determinar que todos os perfis de esquerda removam as FAKE NEWS sobre Nossa Senhora Aparecida. O complexo industrial de mentira do pt implodiu! Estão todos expostos e vão responder na Justiça! ... Flávio Bolsonaro · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	59.910	401.655
8	RT @FlavioBolsonaro: TSE acaba de determinar que todos os perfis de esquerda removam as FAKE NEWS sobre Nossa Senhora Aparecida. O complex... Guilherme Derrite · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	56.524	357.061

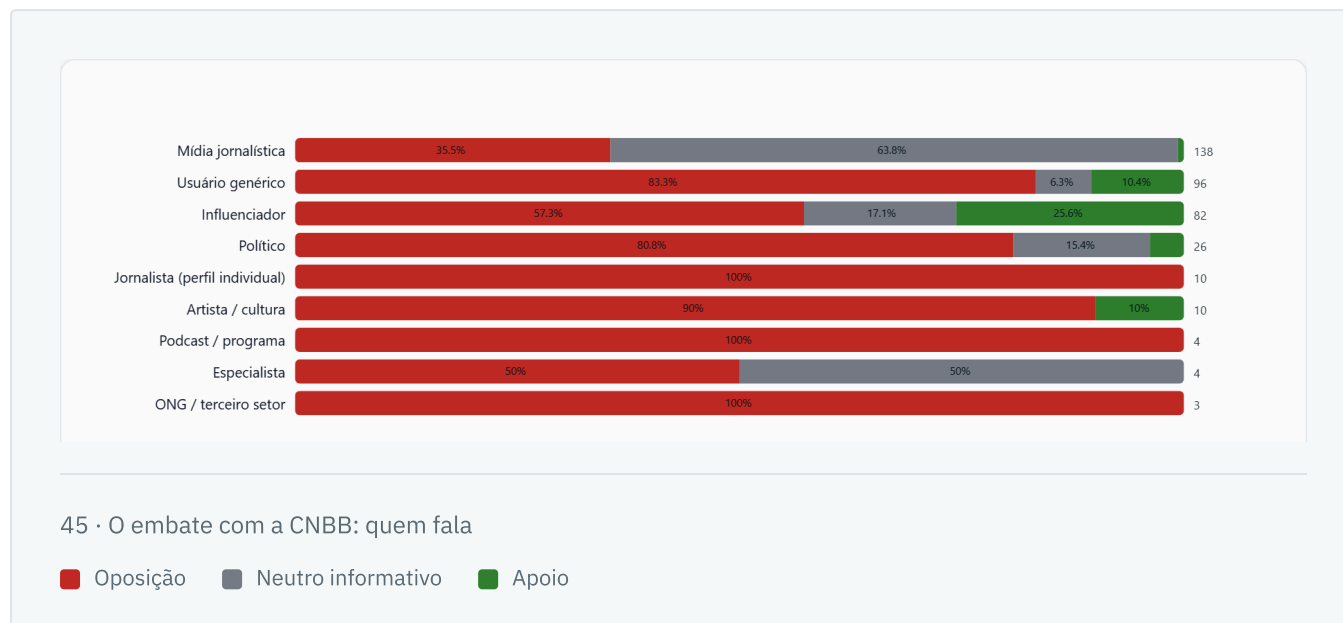
O topo da circulação sob a acusação de fake news é de mão única. Somadas, as publicações mais engajadas do período rendem cerca de 523 mil interações, e 78% disso — praticamente quatro quintos — sai do próprio Flávio Bolsonaro ou de aliados que replicam o que ele publicou. A peça mais engajada de todas, com 21,7% do total, é a única que não pertence a esse bloco: um perfil que não é de político e que sustenta o oposto, afirmando que não é fake news a informação sobre o monitoramento de ataques à padroeira desde 2019. A tese da mentira, portanto, não saiu da base de Flávio: ela circulou dentro dela e voltou para ela.

Dentro desse bloco, a forma importa mais que o volume. As replicações de aliados respondem por 55% do engajamento, e vêm em faixa quase plana — cada uma entre 10,8% e 12% —, assinadas por Sóstenes Cavalcante (PL-RJ), Guilherme Derrite (PP-SP), Júlia Zanatta (PL-SC), Maurício Marcon (PL-RS) e Sergio Moro (PL-PR), todos repetindo os mesmos dois textos: o da "máfia do pt" que teria inventado a mentira e o que anuncia que o TSE determinou a remoção das publicações de perfis de esquerda. Essa homogeneidade não é difusão: é mobilização sincronizada, com a decisão judicial convertida em prova moral e o mesmo enunciado girando em círculo. Os dois posts originais de Flávio, por sua vez, respondem por 23% — pouco menos que o conjunto dos replicadores.

O que explica a circulação é a fundação moral acionada, e aqui a Teoria das Fundações Morais, o repertório de fundações morais que o discurso convoca, ajuda a nomear o que se vê: o polo do vício da degradação, com a padroeira tratada como alvo de profanação, e o polo do vício da traição, com a mentira atribuída ao adversário. O MAPAM®, que identifica os papéis actanciais-morais que o autor atribui a quem cita, aparece em disputa aberta: Flávio é vítima de uma armação, o PT é o agressor, Nossa Senhora é vítima do projeto e a CNBB oscila entre protetora da fé, na versão que ele próprio elogia, e cúmplice, na acusação que ele lhe faz. A valência é negativa em todas as peças, e o enquadramento dominante é a guerra cultural — não o mérito jurídico.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a leitura é dura. Aquele 78% não é conquista de público: é base mobilizada, e base mobilizada não persuade ninguém que já não estivesse do mesmo lado; o único vetor que furou a bolha foi um perfil sem mandato, o que diz muito sobre a limitação das peças institucionais do próprio campo. O terreno da indignação religiosa está ocupado e disputado, e entrar nele de frente é jogar no tabuleiro alheio. A oportunidade está na lacuna: nenhuma peça do campo lulista aparece entre as mais

engajadas, e o custo político do caso não é a padroeira — é a acusação sem prova contra a CNBB e o uso eleitoral de decisões do TSE e do STF. É por aí que se constrói a narrativa, com o documento, a nota e o processo na mão.



Quem entrou na briga entre Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil? Este gráfico responde por um lado só, o de quem fala, e responde com clareza incômoda: entre 27 de setembro e hoje, dois terços das publicações que citam a conferência repudiam a acusação do candidato e o que ela arrasta, o ataque a Nossa Senhora Aparecida, o projeto que lhe retiraria o título de padroeira e a ordem judicial de remover postagens; 23% apenas relatam o episódio; 11% o defendem, isto é, saem em defesa da padroeira, da fé católica ou do próprio candidato quando nega querer mexer no título. O placar, porém, diz menos que a divisão do trabalho. Usuários comuns põem quase um terço do que se publica, e quatro em cada cinco dessas manifestações repudiam a acusação; os veículos de imprensa respondem por pouco mais de um quarto do total, com metade do que produzem em registro de relato; influenciadores, por quase outro quarto, e são o único bloco em que a defesa da padroeira e da fé tem peso, 29% do que publicam; políticos, por 7%, e quase só para repudiar.

Anomalia é pouco: num caso com nota oficial da conferência, decisão de ministro do Supremo Tribunal Federal, recurso, reviravolta e a proposta de retirar da santa o título de padroeira apresentada por Victorio Galli Filho (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência, os políticos quase não aparecem entre quem cita a CNBB, e quando aparecem é para denunciar a acusação. Dão o tom a base e os influenciadores. E a imprensa não é espelho: 45% do que os veículos publicaram é relato, 54% é repúdio à acusação, e é desse material que se alimentam as manchetes sobre aliados que chamam a reação de "desastrosa" e sobre o candidato que abriu mão de disputar o católico indevido. Vozes de peso ausentes do recorte, Lula, Erika Hilton (PSOL-SP), Nikolas Ferreira (PL-MG), André Fernandes (PL-CE), Deltan Dallagnol (NOVO-PR), Carlos Bolsonaro (PL-SC) e o próprio PT, evitam colar a campanha à devoção; mas deixam também o campo católico entregue a quem o atacou. Para quem aconselha Lula e a esquerda, o recado é direto: o repúdio à acusação já está saturado na base e não precisa de combustível oficial, precisa de credibilidade emprestada.

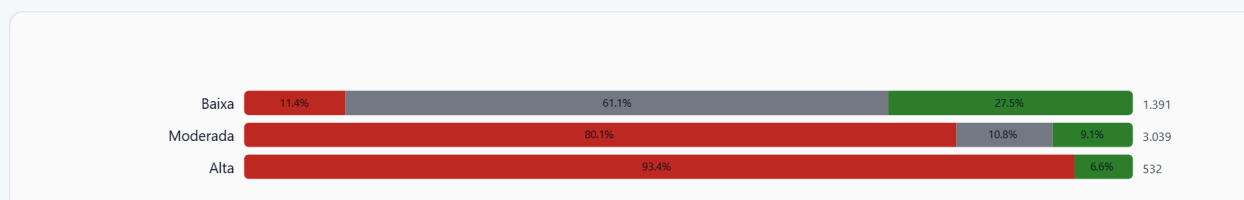
Daí a ordem de prioridade. Primeiro, não transformar a defesa da padroeira em ato de palanque: cada aparição partidária nessa frente entrega a Flávio Bolsonaro a vitimização que ele já ensaia, e a base que sustenta dois terços do repúdio não ganha nada com isso, apenas perde o argumento. Segundo, deixar a resposta vir de quem tem autoridade sobre a fé: os bispos, a nota da conferência, o bispo que comparou pai e filho, o vídeo em que a CNBB defende a democracia e se posiciona contra o racismo religioso. Terceiro, empurrar o debate da guerra cultural, o enquadramento que hoje domina o caso, isto é, o ângulo pelo qual o texto organiza o assunto, para a acusação sem prova e a mentira: é ali que o campo do candidato aparece isolado, e é ali que "a mentira não se combate com outra mentira" cobra o seu preço. Quem falar pelo campo do governo, que fale no registro do respeito à fé e ao Estado laico, poucos nomes e nenhum perfil digital de militância.

Porque o que está em disputa, no fundo, é a distribuição dos papéis. O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que identifica quem quem publica põe como vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura, mostra dois enredos em choque: quem repudia faz de Flávio Bolsonaro o agressor, o candidato que acusa "gente de dentro da CNBB" sem apresentar prova e que "declarou guerra" a uma das maiores instituições católicas do país, e da conferência a vítima de uma acusação que "atinge injustamente a instituição"; quem defende a fé faz vítimas de Nossa Senhora Aparecida e dos católicos e devolve à CNBB o papel de agressor, acusada de ter ajudado o PT a espalhar a mentira. O mesmo ator recebendo papéis opostos conforme o polo: eis o achado que interessa a quem precisa decidir o que dizer. As emoções, a marca afetiva que cada texto carrega, seguem a mesma linha: indignação em quem denuncia a acusação, desprezo em quem reduz o episódio a esforço comovente de manter o assunto vivo e, na única defesa alegre do recorte, o vídeo em que a conferência se ergue contra o racismo religioso. A esquerda não precisa, neste setembro, de mais indignação: precisa de mais do terceiro registro.

A consequência é estratégica. O terreno da indignação religiosa está ocupado por uma bolha que não persuade ninguém de fora dela, e nenhuma peça do campo governista figura entre as mais engajadas desse registro. O flanco real não é a padroeira, é a acusação sem prova dirigida à CNBB e o uso eleitoral de decisões judiciais — e é por aí, com o documento, a nota e o processo na mão, que se constrói a narrativa, sem responder no léxico do adversário.

QUALIDADE DO DEBATE: A RIXA NO JUDICIÁRIO E A TEMPERATURA REAL

A trincheira deste caso é barulhenta, mas é minoritária. Somadas as posições, dois terços do recorte repudiavam algo ou alguém, um quinto apenas relata e uma fatia menor defende a padroeira e a fé; e a temperatura não acompanha o volume: a polarização moderada responde por cerca de 62%, a baixa por 27% e a alta por pouco mais de um décimo. Quem imagina um país em guerra total pela padroeira erra a escala. A polarização alta é quase toda repúdio e nada de relato — ali está a fusão entre pauta racial e ofensa ao sagrado; a baixa é majoritariamente relato e devoção.



20 · Grau de polarização

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

A trincheira deste caso é barulhenta, mas é minoritária. Somadas as três posturas, 65% repudiam: o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira e quem o teria proposto, o bolsonarismo, a decisão de André Mendonça ou o PT pela suposta mentira; 21% apenas relatam os fatos; e 14% afirmam a padroeira, a fé católica ou um ator — aí incluído Flávio Bolsonaro negando o projeto. E a temperatura não acompanha o volume: 62% do recorte é de polarização moderada e 27% de polarização baixa, com a alta restrita a pouco mais de um décimo. Quem imagina um país em guerra total pela padroeira erra a escala.

As composições internas esclarecem o quadro. A polarização alta é 94% repúdio e nada de relato: ali está a acusação de que a família bolsonarista "odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida", em que a pauta racial e a ofensa ao sagrado andam juntas. A moderada, que sozinha responde por quase dois terços do recorte, é 83% repúdio, mas de outra gramática: o repúdio ao projeto assinado por Victório Galli Filho (PP-MT), ex-assessor da Presidência no governo Jair Bolsonaro, e a ironia — "venho a público pedir desculpas à família milicianista" —, registro de campanha, não de barricada; para cada publicação de repúdio em polarização alta há cerca de cinco em moderada. Já a baixa é 59% relato e 29% afirmação da fé, com a devoção ("consagrar-se é renovar") e a celebração em Aparecida; ali o repúdio encolhe para 12%.

O percentual esconde uma coisa: repúdio não é um campo. Nele convivem, lado a lado, quem denuncia o projeto, a decisão de Mendonça e o bolsonarismo e quem, como o próprio Flávio, repudia a "máfia do pt" que teria inventado a mentira. Os dois lados usam a mesma gramática de indignação; o que muda é o alvo. Na Teoria das Fundações Morais, que mede os valores morais acionados pelo discurso, o que se aciona aqui é sobretudo o polo do vício: a degradação de quem mexe com o sagrado, o dano e a opressão de quem "odeia mulher preta", a traição de quem teria tramado a mentira. E o enquadramento dominante — a maneira como o texto organiza o assunto — é o de conflito, na chave da guerra cultural. A fé católica entrou na campanha como escudo moral, e escudo moral é disputado por todos.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a leitura é de oportunidade e de risco na mesma página. O repúdio ao projeto e ao bolsonarismo já é maioria folgada e não precisa de mais combustível; escalá-lo para a trincheira alta é o único caminho que transfere a Flávio o enquadramento de perseguido — e ele já o reivindica, com o Tribunal Superior Eleitoral e o Supremo no meio do fogo, enquanto a decisão que mandou apagar o post do humorista Antonio Tabet virou o episódio-símbolo da semana. A prioridade é ocupar o pouco mais de um quarto do recorte em que hoje predominam o relato e a devoção: é a chave em que Lula ergueu em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e disse que "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida", e em que Janja publicou a foto com a padroeira. Ali não há guerra cultural, há

pertencimento — e, na reta final, pertencimento vale mais que indignação. Em segundo lugar, sustentar a denúncia no objeto: o projeto, o autor, a decisão. O grito mobiliza quem já está convencido; a prova, no limite, alcança quem ainda não escolheu lado.

27 · MAPAM[®] sob moral ferida: cuidado violado e degradação

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Nossa Senhora Aparecida		0.4%	3.5%		96%
Flavio Bolsonaro	74%		1.8%		25%
Catolicos		2.9%	1.5%		96%
Familia Milicianiana	99%				0.7%
Lula	55%		43%		2.1%
Catolico					100%
Flavio	93%		2.5%		5.0%
Igreja Catolica			2.7%		97%
Andre Mendonca	88%		8.8%	2.9%	
Povo					100%
Antonio Tabet	30%				70%
Quem Tenta Enganar	100%				

O gráfico mede uma coisa só: nas publicações que acionam o dano, o cuidado ferido, e a degradação, o sa-grado profanado, que papel cada ator citado recebe. Flávio Bolsonaro concentra 48% das atribuições de papel do recorte e é agressor em 162 delas contra 46 em que aparece como vítima, razão de três e meio para um. Somando as vítimas do campo bolsonarista, Flávio e Jair respondem por 67% das atribuições de vítima; e os agressores do campo adversário — Flávio, André Mendonça, Lula, Antônio Tabet, Victorio Galli, Flávio Dino e Jair — somam 97% das atribuições de agressor. Neste recorte, o campo que fala narra quase todo o dano como vindo do outro lado, e reserva a vitimização a si mesmo e aos seus. O gráfico não mede quem tem razão; mede quem, no discurso, é posto para bater e quem é posto para apanhar.

O achado fino está nas inversões. Flávio é agressor em 162 atribuições e vítima em 46, e a proporção diz qual versão prevalece: a de que a família milicianiana atacou Nossa Senhora Aparecida. Lula aparece como agressor em 25 e como protetor em 19, quase empatado: é o único ator do quadro que carrega, com peso comparável, a acusação e a defesa. André Mendonça é agressor em 30 e protetor em 3, dez para um, e o enredo é o da decisão que mandou remover do X o post de Antônio Tabet, lido como ataque à fé e à fala ca-tólica. Victorio Galli Filho, autor do projeto que retira de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, é

agressor em 28 e não recebe nenhum outro papel: é o nome que encarna a ofensa ao sagrado, sem defesa narrativa. Antônio Tabet, o humorista, é vítima em 22 e agressor em 10, mais que o dobro como alvo do que como algoz, o que diz que a censura da sua publicação pesou mais no debate do que a publicação em si. Flávio Dino é protetor em 8, agressor em 6 e reparador em 1: o ministro que revogou a ordem de Mendonça aparece dividido, e a divisão é o próprio nó jurídico do caso. Repare no que isso significa para quem aconselha: a direita bolsonarista não está no gráfico como quem argumenta, está como quem é nomeado. Quem fala são os outros.

E quem fala, aqui, fala quase todo do mesmo lado. O que está viralizando é uma única frase, replicada por deputados e senadores do campo governista — Paulo Teixeira (PT-SP), Márcio Jerry (PCdoB-MA), Humberto Costa (PT-PE) — e pelo próprio autor, o humorista Antônio Tabet: a família milicianiana odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida. A frase junta o cuidado ferido, a mulher preta, o sagrado, e a degradação, a profanação da padroeira, numa só tacada, e nomeia o agressor sem precisar de prova: família milicianiana faz o trabalho de identificar Flávio e Jair Bolsonaro sem citá-los. É por isso que Flávio lidera as duas colunas, agressor e vítima: a mesma frase o põe como algoz da padroeira e, na leitura dele e dos seus, como vítima de uma mentira do PT. No discurso que circula, Flávio é agressor em 48% das atribuições de papel do recorte, e a acusação que o atinge é de ataque à padroeira do Brasil.

Para Lula e a esquerda, a leitura é de oportunidade com risco embutido, e a ordem de prioridade importa. Primeiro, o ativo: a narrativa que associa o bolsonarismo ao ataque à fé católica está montada, circula com raiva e medo, e é conduzida por parlamentares do próprio campo, o que dá a ela alcance institucional, não só de militância. Lula aparece como protetor em 19 atribuições, quase tantas quanto as 25 em que é agressor: há espaço para ele se firmar como o protetor da padroeira e dos católicos, e o custo de não ocupar esse lugar é deixá-lo vago. Segundo, o risco: a mesma narrativa que acusa o outro de profanar o sagrado pode ser lida como uso político da fé, e a acusação de Flávio de que o PT levantou uma fake news com ajuda de gente de dentro da CNBB é exatamente o contra-ataque — se a esquerda empilhar acusação sobre acusação sem prova, entrega a ele o argumento. Terceiro, a inversão a evitar: Lula é agressor em 25 atribuições, e cada uma delas é um voto católico perdido se a esquerda não deslocar o debate do ataque à fé para a defesa da padroeira. Que Lula e o campo governista falem de Nossa Senhora Aparecida como padroeira a ser defendida, e não de Flávio Bolsonaro como quem a atacou, porque a acusação já está feita e circulando; o que falta é a esquerda aparecer como quem protege, não como quem acusa. Quem acusa já tem 97% das atribuições de agressor no recorte. Quem protege ainda tem espaço.

Quando Mendonça e Dino são citados juntos, a defesa da padroeira e da decisão que devolveu às redes as publicações censuradas lidera com 38% — vantagem limpa, quase toda em tom positivo —, o repúdio soma 30% e o relato 32%. O achado está no miolo: mais de um terço do que se apresenta como relato informativo carrega valência negativa, ou seja, a narração do vaivém judicial já opera com juízo de valor embutido. Deixar o caso ser contado como briga interna do Supremo é entregar a narrativa a quem tem interesse nela.



48 · A rixa no Judiciário: Mendonça e Dino citados juntos: posicionamento e sentimento

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

Quando André Mendonça e Flávio Dino aparecem no mesmo texto — e é disso, exatamente, que este quadro trata —, quem afirma e defende a padroeira, a fé católica e a decisão que devolveu às redes as publicações censuradas responde por 38% do total; quem repudia o projeto que retiraria de Nossa Senhora o título de padroeira, o bolsonarismo, ou o atropelo do Supremo sobre o tribunal eleitoral soma 30%; e quem apenas relata o episódio, 32%. A defesa supera o repúdio em cerca de um terço, e a vantagem é limpa: 97,5% dos textos de defesa chegam em tom positivo, enquanto o repúdio é integralmente negativo. Defesa com tom negativo existe, mas é resíduo — quem defende o faz celebrando, não atacando. A primeira consequência, para quem aconselha Lula, é de terreno: neste caso, quem fala de liberdade e de fé está à frente de quem fala de jurisdição.

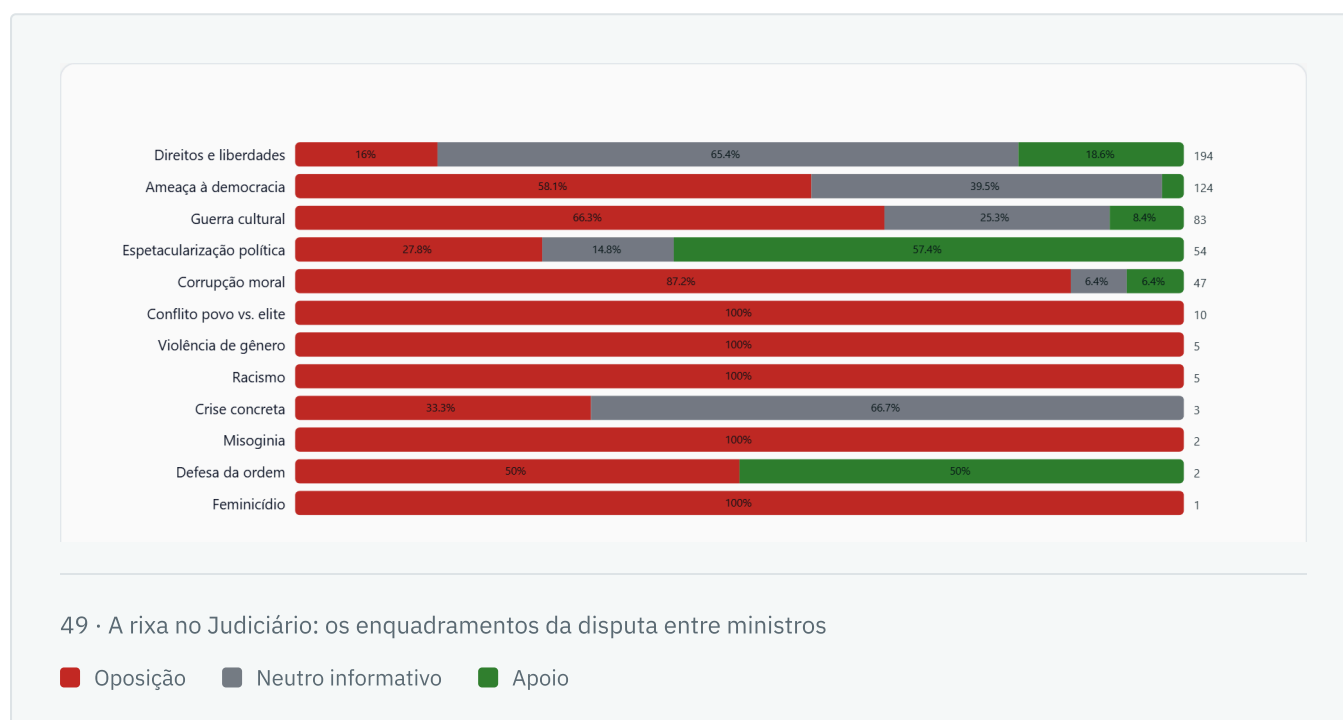
O achado, porém, não está na dianteira da defesa, e sim no que se esconde sob o relato. Dos textos que se apresentam como neutros e informativos, 36,8% carregam valência negativa: mais de um terço da faixa que se diz imparcial opera com juízo de valor embutido. O tom negativo responde por 42% de todo o recorte, e quase um terço dele não mora no repúdio — mora na narração de uma decisão que já virou crise entre ministros, com julgamento adiado, um tribunal reclamando de interferência do outro e uma acusação sem prova dirigida à CNBB. O relato é o lugar onde o desgaste se acumula sem assinatura: deixar o caso ser contado como briga interna do Supremo é entregar a narrativa a quem tem interesse nela.

A rixa entre os dois ministros é também uma disputa de papéis, e o MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, serve para lê-la: para um lado, o humorista é a vítima, a ordem de remoção é o dano e a decisão que restabelece a publicação é a reparação; para o outro, o tribunal eleitoral é a vítima da interferência, Mendonça é a autoridade desautorizada e Dino, o agressor. O mesmo ministro repara para uns e agride para outros — e quem carrega o papel de vítima carrega também a maior viralização, em tom de esperança. Enquadramento é o modo como o texto organiza o assunto, e aqui ele opõe direitos e liberdades a ameaça à democracia: contra o tom celebratório, o senador Marcel Van Hattem (NOVO-RS) acusa Dino de "fechar" o TSE, com raiva e indignação. Quem disputa o episódio pelos direitos e pela liberdade religiosa ocupa a linguagem que o público já está usando.

Na prática, a ordem de prioridade é esta. Primeiro, falar do objeto e não do procedimento: da padroeira, da fé, da piada censurada — o vocabulário em que a defesa lidera —, nunca da competência de cada tribunal, onde não há vitória a colher. Segundo, não amplificar a fricção entre o Supremo e o tribunal eleitoral, que é justamente o enquadramento em que o tom negativo se concentra e que transforma um aliado do campo em peça do problema. Terceiro, explorar com parcimônia a acusação sem prova à CNBB, que se disse atingida injustamente: é flanco moral contra quem mentiu sobre a padroeira, desde que a instituição religiosa

não vire palanque. O risco é o caso terminar lido como censura, com o desgaste colado no Judiciário; a oportunidade é que o campo que inventou a mentira sobre Nossa Senhora Aparecida acabou defendendo uma ordem de censura — e essa inversão, que este quadro deixa à vista, só se perde se ninguém a nomear.

Os enquadramentos desse trecho mostram que a disputa se decide no vocabulário. Direitos e liberdades é o mais concorrido e ninguém o capturou: a maioria apenas relata o vaivém, e a defesa da liberdade de expressão e de religião responde por pouco mais de um quinto. Onde a leitura é de ameaça à democracia, dois terços repudiam a intervenção de Dino — o bordão de que ele teria "fechado o TSE" a uma semana da eleição —; onde entra o vocabulário da corrupção moral, o repúdio é quase unânime; e a espetacularização política é o único enquadramento em que a defesa da intervenção lidera. Racismo, misoginia e violência de gênero, gatilhos do episódio, ficam na cauda: a briga entre togas engoliu o motivo que a originou.



No recorte das publicações que citam ao mesmo tempo Flávio Dino e André Mendonça, o enquadramento de direitos e liberdades — o ângulo pelo qual o texto organiza o caso em torno de direitos — é o mais concorrido: recebe cerca de uma vez e meia as marcações de ameaça à democracia, o dobro das de guerra cultural e o triplo das de corrupção moral. Como cada publicação pode receber mais de um enquadramento, o que importa é a composição interna de cada barra. Dentro da barra dos direitos, ninguém capturou o terreno: 59% apenas relatam o vaivém judicial, entre a cassação da ordem de Mendonça e a suspensão por Fux; 23% afirmam e defendem a liberdade de expressão e a liberdade religiosa dos que saíram em defesa de Nossa Senhora Aparecida como padroeira; e 19% repudiam a censura ao post do humorista.

Nos enquadramentos do alarme, o placar é de mão única. Onde o caso é lido como ameaça à democracia, 68% repudiam a intervenção de Dino — com o bordão de que ele teria fechado o TSE e jogado a chave fora a sete dias da eleição —, e apenas 2% a defendem. Onde a leitura é de guerra cultural, 70% repudiam. Onde entra o vocabulário da corrupção moral, o repúdio chega a 87%: desmoralizar o tribunal eleitoral,

descredenciar o TSE, perseguição política travestida de decisão judicial. A exceção é a espetacularização política: 58% afirmam e defendem a intervenção de Dino, o único enquadramento em que a defesa lidera, e ali a decisão é celebrada como reviravolta, no registro do riso de quem foi censurado e voltou ao ar.

Isso significa que os dois lados contam a mesma decisão como coisas opostas. Para quem repudia o projeto que retiraria de Nossa Senhora o título de padroeira e a quem o teria proposto, Dino restaura a liberdade de expressão e a fé católica, atropeladas por uma ordem do TSE; para quem repudia o Supremo, ele atropela o TSE e o devido processo legal a dias do primeiro turno. Repare no que desapareceu do quadro: racismo, misoginia e violência de gênero ficam na cauda, todos em registro de repúdio, embora tenha sido a acusação de racismo — odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida — o gatilho de tudo. A briga entre togas engoliu o motivo que a originou, e o relato neutro, majoritário em direitos, é hoje o maior público disponível.

Quem puxa cada leitura confirma o desenho. Do lado que repudia, o que mais aparece são políticos e influenciadores de indignação: Marcel van Hattem (NOVO-RS) fala em ato antidemocrático, DELATEI cobra posicionamento de Kassio Nunes Marques, Não é o Léo Lins emenda o caso à própria queixa de censura. Do lado que afirma e defende, Antonio Tabet encarna a esperança e o deboche, e a ele se somam perfis como Lázaro Rosa e SPACE LIBERDADE. Para o campo do governo, a implicação é direta: não entrar na rixa entre ministros como torcida — isso cola a esquerda à disputa institucional, não à fé —, mas disputar o terreno ainda descritivo dos direitos, dizendo com todas as letras que o que se pretendia remover era a mentira contra a padroeira, não a devoção a ela, e que o ataque à mulher preta, esse, continua fora do noticiário.

O terceiro lance, a suspensão por Fux, já não chega ao público como disputa de fé, e sim como procedimento: a ameaça à democracia responde por mais de um terço das marcações de enquadramento, direitos e liberdades por pouco mais de um quarto, e a guerra cultural por cerca de um quinto — e seis de cada dez marcações vêm em relato neutro. O que mais circula é o boletim seco da decisão, seguido do Estadão: a manchete que roda é a de que Fux derruba Dino, que se lê como vitória judicial do candidato, não como escândalo de fé. No mapa de papéis desse trecho, dois terços das atribuições fazem Flávio agressor e um terço o fazem vítima, e cada lado chama de censura exatamente o gesto do outro.

51 · O terceiro lance: Fux derruba Dino — as publicações que mais circularam

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	 URGENTE! Flávio Bolsonaro pede que Fux anule decisão de Flávio Dino e retome CENSURA contra Católicos e defensores de Nossa Senhora Aparecida. Precisamos fazer barulho contra mais esse ataque de Flávio... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA	17.378	70.036

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
2	#Eleição2026 - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux suspendeu nesta segunda-feira (28) os efeitos da decisão do ministro Flávio Dino que havia derrubado uma ordem do ministro André Mendonça... g1 · Influenciador · Instagram · 2026-09-29 NAO APLICAVEL	10.011	141.402
3	🔔 AGORA - Flávio Bolsonaro pede que Fux anule decisão de Flávio Dino sobre a fake news de Nossa Senhora Aparecida https://t.co/zp2pWEQQvT SPACE LIBERDADE 🇧🇷 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO	8.224	46.767
4	O ministro Luiz Fux, do STF, suspendeu, no final da noite desta segunda-feira, 28, a decisão do ministro Flávio Dino que derrubava a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre derrubada das publicações com... Estadão 🇧🇷 · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-29 NAO APLICAVEL	6.771	0
5	ARREGOU? Flávio Dino submeteu a decisão dele sobre Nossa Senhora Aparecida ao Plenário do STF. Só que a decisão foi assinado DEPOIS da divulgação da informação de que Flávio Bolsonaro peticionou em um... Enio Viterbo · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · DESPREZO · INDIGNAÇÃO	4.818	177.349
6	Defesa de Flávio Bolsonaro pediu a Fux que anule decisão de Flávio Dino. Dino cassou ordem de Mendonça (TSE) que tirava fake news ligando Flávio à Nossa Senhora Aparecida. Pedido: plenário do STF e competência da... Pri · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NAO APLICAVEL	2.454	8.480
7	Fux acata pedido da defesa de Flávio e cassa decisão de Dino sobre Nossa Senhora Aparecida https://t.co/OKBSVNMijm Valor Econômico · Mídia jornalística · Twitter/X · 2026-09-29 NAO APLICAVEL	1.492	18.495
8	🔔🔥 FLÁVIO BOLSONARO ACIONA FUX E POSTAGENS SOBRE NOSSA SENHORA APARECIDA VOLTAM A SER SUSPENSAS! Fux suspendeu a decisão de Dino. 🚨🇧🇷 FLÁVIO INIMIGO DOS CATÓLICOS UNIDOS POR... Paulo de Carvalho · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-29 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	821	2.803

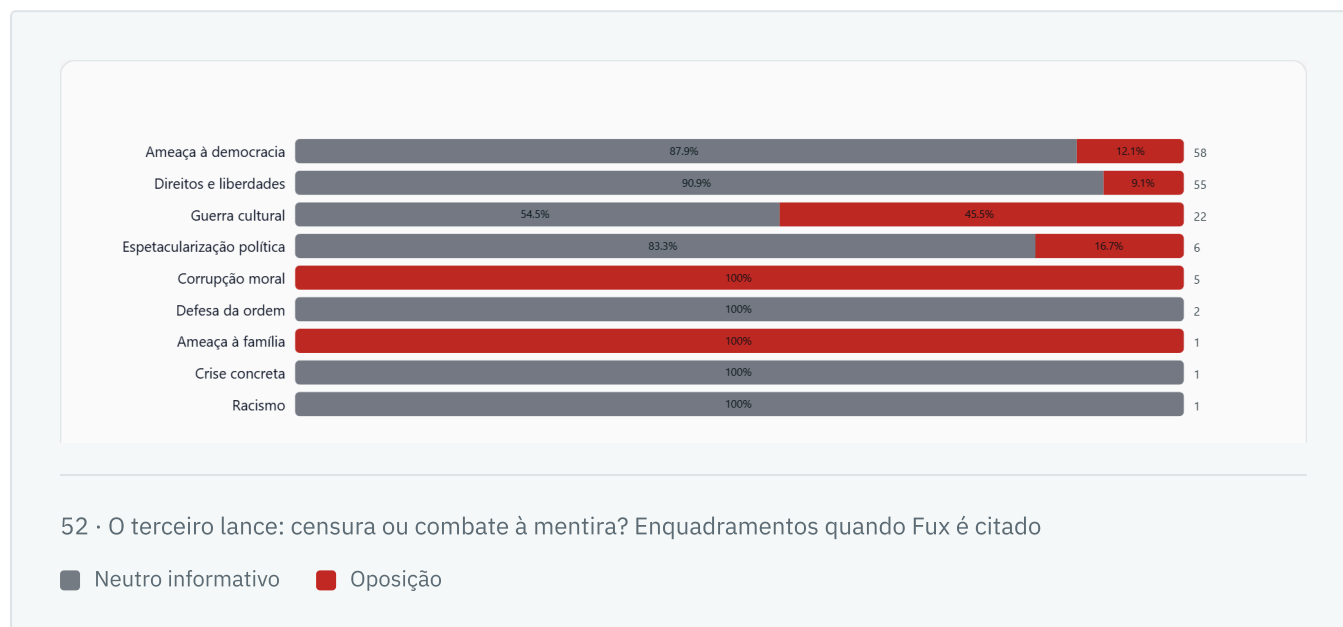
#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
9	 BR Defesa de Flávio Bolsonaro pede ao ministro Luiz Fux (STF) que ANULE decisão de Flávio Dino que suspendeu a determinação de André Mendonça, no TSE, para remover posts que associavam o candidato a um... République · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NAO APLICAVEL	585	7.125
10	Flávio Bolsonaro recorreu ao Fux pra derrubar a decisão de Flávio Dino com decisão favorável a Antônio Tabet, só Flávio Dino foi mais ligeiro e submeteu sua decisão ao plenário do STF. Contem sempre com a burrice... Lula 2026  BR · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · DESPREZO	395	1.516

A decisão de Fux circulou mais como notícia do que como denúncia, e essa é a primeira coisa que o quadro entrega. Dos dez casos que concentram a exposição, os relatos do g1 e do Estadão somam 44% das 37.865 interações do topo, contra os 30% da publicação mais engajada — um repúdio a Flávio Bolsonaro e ao que se lhe atribui. As três primeiras posições respondem por 74% de tudo; o resto é cauda e não governa nada. A manchete que roda mais é a de que Fux derruba Dino, que se lê como vitória judicial do candidato do PL à Presidência, não como escândalo de fé. Quem quiser inverter essa leitura precisa produzir circulação maior que a do relato seco — e nada neste topo indica que o campo lulista esteja nessa disputa.

A segunda coisa é que o nome do que Fux fez está em disputa, e cada batismo tem endereço. Chamar de censura rende cerca de um terço da exposição: o texto campeão diz que Flávio pediu a Fux que retomasse a censura contra católicos e defensores de Nossa Senhora Aparecida; outro perfil, com 3%, crava Flávio, inimigo dos católicos. O alvo é Flávio, não Fux, que aparece como quem apenas atende ao pedido — detalhe que muda tudo. Chamar de correção de rumo processual rende mais da metade, embutida em dois relatos que explicam o vício da decisão de Dino: uma reclamação individual não poderia produzir efeitos gerais. Enquadramento episódico, tom e valência neutros — o enquadramento sendo o modo como o texto organiza o assunto, seleciona o que importa e sugere causa e responsável. Para Lula e a esquerda, o recado é ácido: a leitura de censura, que pareceria a mais natural do campo, está sendo feita por perfis avulsos, e assumi-la significaria defender a remoção de publicações sobre a padroeira.

Chamar de combate à mentira rende menos e chega mais baixo: 6,5% para um relato que recorda ter sido a ordem de Mendonça — a que tirava do ar posts ligando Flávio à retirada do título — a cassada por Dino, e menos de 1% para o político que replica o termo fake news. Um quarto batismo, o do cálculo, responde por 13%: o arregou? que sugere remessa ao plenário só depois do pedido de Flávio, leitura de jogo, não de mérito. No MAPAM®, o desenho é nítido: Flávio como agressor que ataca o sagrado, os católicos e Nossa Senhora como vítimas, Fux como quem restabelece a censura. A Teoria das Fundações Morais, que mede as fundações acionadas pelo discurso, cada uma com polo virtuoso e polo de violação, nomeia os vícios em jogo: a degradação do sagrado e a traição do católico, com a opressão entrando pela palavra censura. Só que essa versão é de terceiros: a esquerda não é protagonista de nenhuma delas, e o único sinal de bandeira lulista no topo é um perfil de usuário genérico, com 1% das interações.

A recomendação, portanto, não é entrar na briga sobre a decisão de Fux. É deslocar o assunto para o que a decisão apenas revela: a desinformação que ligou Flávio à retirada do título, com o projeto atribuído ao ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT) como lastro material da associação, e o desmentido da CNBB à acusação de que a entidade teria ajudado a espalhar a mentira. Essa é o enquadramento em que Lula e a esquerda podem aparecer sem pagar o preço de defender censura, e a única em que o eleitorado católico não é obrigado a escolher entre a fé e o campo. E há urgência: as vozes de peso do campo não estão no circuito deste caso, enquanto a onda é capitalizada por perfis que não respondem a ele.



Enquadramento é o ângulo pelo qual o texto organiza o assunto — o que ele põe no centro e o que deixa na sombra. Olhado por esse prisma, o terceiro lance do caso da padroeira não chega ao público como disputa de fé: chega como procedimento. Das marcações de enquadramento feitas quando Fux é citado, a ameaça à democracia responde por 37,5%, pouco mais de um terço; direitos e liberdades, por 27%; e a guerra cultural, por 21%, uma em cada cinco. O restante se reparte numa cauda de corrupção moral, espetacularização política e ameaça à família, que junta cerca de um rótulo em cada sete. E o tom que domina não é o grito: sobre a soma das posições registradas, 62,5% vêm em relato neutro e 37,5% em repúdio — à censura que a decisão restabelece, a Flávio Bolsonaro (PL) e, numa franja menor, à manobra atribuída a Dino. O que mais circula confirma a hierarquia: a peça mais engajada do recorte é o boletim seco da decisão. Para quem aconselha Lula, a primeira consequência é esta: o assunto está sendo julgado no tribunal e no noticiário, não no púlpito — e cada dia em que ele permanecer assim é um dia ganho.

O cruzamento entre enquadramento e posicionamento revela que a divisão não é de assunto, é de gramática. A ameaça à democracia aparece em 83% das vezes no relato neutro: a ordem eleitoral restabelecida, as redes instadas a excluir as publicações, o capítulo jurídico narrado com nome de ministro e número de processo. Direitos e liberdades seguem o mesmo figurino — 77% em relato —, e a liberdade de expressão comparece ali como assunto da notícia, não como bandeira erguida. A guerra cultural inverte a mão: 70% dela é repúdio, e é nesse registro que a palavra censura se instala, com a acusação de que se retoma o cerco a católicos e devotos. Vale registrar que o repúdio não tem alvo único: o maior volume ataca a censura restabelecida e o candidato que a pediu, enquanto uma franja menor ataca Dino pela forma — o ministro que teria recuado ao remeter o caso ao plenário. Para a esquerda, a leitura prática é direta: o polo do

repúdio não é um bloco, e o pior serviço que se pode prestar à própria causa é entrar na guerra cultural para responder no mesmo tom — quanto mais o caso virar cultura, mais ele se descola da mentira que o originou.

O achado mais fino está em que o enquadramento líder serve aos dois lados. A mesma ameaça à democracia que, no relato, nomeia a integridade eleitoral protegida — publicações falsas removidas, decisão de tribunal restabelecida —, no repúdio nomeia o arbítrio: proibir postagens sobre Nossa Senhora Aparecida, diz o texto que se repete mil vezes e ainda soa inacreditável. Não há, portanto, tese vencedora entre censura e combate à mentira; há um enquadramento em disputa, ocupado ao mesmo tempo pela defesa da instituição e pela acusação de abuso. Fux, aliás, comparece em boa parte das publicações como o terceiro elo de uma cadeia — Dino, Mendonça, Fux —, mais citado do que avaliado. Nos papéis actanciais-morais do MAPAM®, a bifurcação é nítida: para o relato, a Justiça Eleitoral protege o eleitor e a própria Igreja do dano da mentira; para o repúdio, o Supremo agride e os fiéis são as vítimas da censura; e Flávio é agressor para quem denuncia a notícia falsa e vítima para quem denuncia perseguição. O conselho decorre disso: nomeie-se a vítima real — a CNBB e os católicos arrastados por uma mentira que não produziram — e jamais se reivindique para si o papel de perseguida, que é exatamente o papel que o outro lado precisa que a esquerda ocupe.

A resposta à pergunta que orienta este quadro é, então, menos uma escolha entre teses do que um empate em disputa: a censura ainda não capturou o debate, porque responde por cerca de um quinto das marcações, mas é o único polo com calor; e o combate à mentira não o capturou tampouco, porque migrou para o registro burocrático da decisão. O risco está no deslocamento: se o caso sair do noticiário e entrar no púlpito, a esquerda chegaria tarde a um terreno onde o adversário já tem apóstolo. Neste recorte, aliás, a afirmação da padroeira e da fé não aparece como bandeira enunciada pelas grandes vozes do campo — a causa é carregada por perfis de militância digital, enquanto Lula, o PT e nomes como Erika Hilton (PSOL-SP) ficam fora. A ordem de prioridades, portanto: primeiro, afirmar em voz própria, e antes que o outro lado o faça, que a padroeira não se toca e que o projeto é do deputado Victorio Galli (PP-MT); segundo, deixar que a nota da CNBB contra a mentira lidere a narrativa, à frente das decisões do Supremo; terceiro, não transformar a decisão de Dino em bandeira eleitoral nem atacar ministro algum, porque cada ataque engorda o enquadramento que se quer evitar; quarto, acompanhar dia a dia se a fatia da guerra cultural sobe — é o único número deste indicador que precisa ser vigiado de perto. Enquanto ele ficar perto de um quinto, o assunto permanece onde interessa a quem governa: no terreno do procedimento, da mentira desmentida e da instituição que funciona.

53 • O terceiro lance: papéis de Fux, Dino, Mendonça e Flávio desde 28/09 (MAPAM®)

QUEM É CITADO ↓ • PAPEL →	AGRESSOR	VÍTIMA
Fux		100%
Catolicos		100%
Flavio Bolsonaro	75%	25%
Luiz Fux		100%

Povo	100%
Fux e Flavio	100%
Flavio Dino	100%
Antonio Tabet	100%
Nossa Senhora Aparecida	100%
Antonio Tabet e Outros	100%
Liberdade de Expressao	100%
Fux Mendonca e Nunes Marques	100%

A evidência é estreita e o desenho é limpo. No recorte das publicações que citam Luiz Fux e passam pelo episódio da padroeira, o MAPAM® concentra três de cada quatro atribuições em Flávio Bolsonaro (PL). Dentro delas, dois terços o põem como agressor e um terço como vítima; o quarto restante faz de Flávio Dino o agressor. São um punhado de publicações, episódio e não associação consolidada, mas o achado salta: o mesmo candidato ocupa, no mesmo lance, o lugar do algoz e o do perseguido, e o ministro que todos citam entra na história não pelo papel, e sim pelo gesto — é a decisão dele que reordena o papel dos outros.

Os dois enredos são antagônicos e nomeiam o mesmo homem. De um lado, Flávio é o agressor que teria armado o ataque a Nossa Senhora Aparecida: o projeto de Victório Galli Filho (PP-MT) que retiraria da santa o título de padroeira, o post de Antonio Tabet sobre a família milicianista e, sobretudo, o pedido de silêncio que devolve ao ar a pecha de censura — retome a censura contra católicos, resume uma das publicações mais rodadas. Do outro, é a vítima: alvo de uma fake news que lhe atribui o projeto, com postagens derrubadas por ordem judicial e a defesa correndo ao Supremo contra o que chama de censura. E o agressor do outro campo é Flávio Dino, o ministro que, ao revogar a ordem de André Mendonça, teria desmontado a blindagem do candidato.

O que o gráfico revela é menos sobre quem é mau e mais sobre a gramática da disputa: neste recorte, o agressor é sempre quem censura ou quem libera a censura, conforme o lado que olha. Ninguém se apresenta como censor; todos se apresentam como censurados. Fux é acionado por Flávio para restabelecer a ordem de Mendonça, e quem defende a padroeira chama de censura exatamente o bloqueio que o campo de Flávio chama de proteção. É a inversão que o MAPAM® captura: vítima e agressor não são atributos fixos, são posições em disputa, e a cada lance judicial — o de Mendonça, o de Dino, o de Fux — os dois lados trocam de lugar no roteiro moral.

Para Lula e a esquerda, a leitura é de alerta e de oportunidade, nesta ordem. O alerta primeiro: entrar nesse jogo pela via da acusação — repetir que Flávio quis tirar da padroeira o título, sem prova que sustente o elo — é o caminho mais curto para lhe entregar o papel de vítima, que ele já ocupa em um terço das atribuições que recebe e que lhe basta para falar em nome dos católicos ofendidos. A oportunidade vem em seguida, e é maior: os dois terços que o fixam como agressor não vêm do projeto alheio, vêm da conduta que o próprio campo adversário lhe imputa — ter ofendido a santa e, logo depois, ter pedido silêncio. A prioridade, portanto, é manter o eixo nesse segundo terreno, o de quem ofende e depois manda calar, em vez

de aceitar o primeiro, o de quem censura quem; e deixar que terceiros, não a voz do governo nem a do PT, sustentem a cobrança. O que evitar é transformar o caso em leilão de vitimização: nesse leilão, com este desenho, quem arremata é quem já está no centro do gráfico.

50 · A rixa no Judiciário: papéis de Mendonça, Dino, Tabet e Flávio

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	ESTRUTURA	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Andre Mendonca	83%			7.6%	2.5%	6.8%
Flavio Dino	75%			17%	6.6%	1.5%
Flavio Bolsonaro	45%			1.1%		53%
Antonio Tabet	1.2%					99%
Stf	43%		3.3%	40%	6.7%	6.7%
Nossa Senhora Aparecida				4.0%		96%
Familia Milicianiana	100%					
Pt	100%					
Catolicos						100%
Povo		12%		5.9%		82%
Lula	93%			7.1%		
Pedro Taques					100%	

Neste episódio ninguém terminou como protetor, e é essa a primeira coisa que o quadro revela. O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, mede o papel que cada autor atribui a quem cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade ou estrutura —, e o que se lê nos textos que mencionam André Mendonça ou Flávio Dino é uma fábrica de agressores: das atribuições feitas a Mendonça, 84% o descrevem como agressor, contra 8% de protetor e 6% de vítima; das feitas a Dino, 75% o põem como agressor, e apenas 16% como protetor. No outro extremo, Antônio Tabet é vítima em 99% das menções em que aparece, e o papel de reparador praticamente não existe: Dino o recebe em 7% das atribuições, Mendonça em 3%. A esquerda carrega, nesse retrato, um ativo e um passivo colados um ao outro — o censurado é do seu campo, e o censor que ela trata como interlocutor próprio é um ministro que o debate converteu em algoz.

A origem das atribuições é o que dá relevo ao caso. Mendonça recebe o papel de agressor dos dois lados e por motivos opostos: da esquerda, porque mandou apagar o post do humorista que falava em família milicianiana sem citar Flávio Bolsonaro pelo nome; da direita, porque censurou perfis dedicados ao Santuário de Aparecida — ditadura e ataque aos cristãos, diz o trecho mais engajado. Dino, por sua vez, é agressor para quem o acusa de fechar o TSE, de montar um TSE paralelo e de atropelar regras de competência para libe-

rar a Liga da Mentira do PT. O mesmo ato que repara para uns — a revogação da liminar, com a liberdade de expressão e a liberdade religiosa dos devotos restauradas — é o atropelo para outros, e é nesse registro que a fé católica vira escudo de quem acusa. Para Lula e a esquerda, a consequência é imediata: não há como disputar a peça processual sem reforçar a associação entre a decisão de Dino e censura; a disputa que rende é a do dano concreto, o post que não citava ninguém e foi apagado, e os vídeos derrubados na esteira dele.

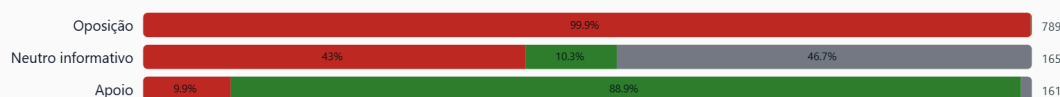
Os papéis mais disputados, porém, não são os dos ministros, e sim os de Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência. Ele é vítima em 54% das menções e agressor em 45% — meio a meio: vítima para quem narra a trama de fake news sobre a padroeira e o golpe petista contra sua eleição; agressor para quem o responsabiliza pelo projeto que retiraria de Nossa Senhora o título de padroeira e pelo pedido que levou Mendonça a mandar apagar a publicação. Um mesmo ator recebendo papéis opostos conforme o polo que o cita é o achado do gráfico, e ele se repete no próprio STF, agressor em 48% das menções e protetor em 37%, rachado como a rixa interna que o episódio expôs. Quem aparece como protetor é Luiz Fux, ao restabelecer a ordem de Mendonça — presença episódica, não corrente. E o reparador, que deveria ser o papel central de um caso em que um ministro desfaz a decisão de outro, é residual: fabricou-se acusação de agressão em massa e reparação em migalhas.

Na prática, isso ordena prioridades. Primeiro, proteger e amplificar o rosto do censurado: a vitimização de Tabet é praticamente unânime e não se constrói, se herda — o argumento é que a censura caiu sobre quem não nomeou o candidato, e sobre vídeos derrubados pelo mesmo motivo. Segundo, recusar a briga sobre qual tribunal decide o quê: é exatamente ali que Dino é agressor em três de cada quatro menções, e cada rodada sobre TSE paralelo só consolida esse passivo. Terceiro, empurrar Dino do papel de agressor para o de reparador — hoje 7% — com evidência episódica do que foi restaurado, deslocando a reparação do gesto solitário para a decisão colegiada. Quarto, não defender a decisão de Mendonça por lealdade institucional: com 84% de agressor nas menções que o citam, o desgaste é do outro campo — à esquerda cabe não atacá-lo e, sobretudo, não ser vista repartindo o banco com ele.

A recomendação, portanto, não é entrar na briga sobre a decisão de Fux, e sim deslocar o assunto para o que ela revela: a desinformação que ligou Flávio à retirada do título, com o projeto de Galli como lastro material da associação, e o desmentido da CNBB. É o único enquadramento em que a esquerda aparece sem pagar o preço de defender censura, e o único em que o eleitorado católico não precisa escolher entre a fé e o campo. E há urgência: enquanto a fatia da guerra cultural permanecer perto de um quinto, o caso fica onde interessa a quem governa; se ela subir, a disputa mudou de casa.

AS VOZES RELIGIOSAS: O CLERO, OS FIÉIS E A FRONTEIRA EVANGÉLICA

Na chave católica, o repúdio não é uma parte do debate: é o debate. Entre os textos que falam como Igreja — padres, bispos, CNBB, devotos, santuário —, quase três quartos repudiam o projeto, quem o teria proposto ou a ordem judicial que mandou apagar o post, e a quase totalidade desse repúdio vem em tom negativo, com gravidade, sem ironia. A defesa da padroeira e da fé responde por 15%. Mais eloquente ainda é o campo que se apresenta como informativo: de cada cinco textos que se anunciam como relato, dois emitem reprovação embutida.



32 · A voz católica: posicionamento e sentimento

■ Negativo ■ Positivo ■ Neutro

No registro católico da crise da padroeira, o repúdio não é uma parte do debate: é o debate. Entre os textos em que se fala como Igreja — padre, bispo, CNBB, devoto, santuário —, 72% repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, quem o teria patrocinado ou a decisão judicial que mandou apagar das redes o post sobre a Santa; 15% afirmam e defendem a padroeira, a fé católica ou um ator, e 13% apenas relatam. A razão é de quase cinco repúdios para cada afirmação, e essa desproporção é o dado mais eloquente do gráfico. Mais eloquente ainda é a coerência interna: praticamente a totalidade do repúdio vem em tom negativo — a voz católica não repudia com ironia, com dúvida ou com esperança; repudia com gravidade. Sete em cada dez publicações deste recorte são, ao mesmo tempo, contrárias a algo e carregadas de reprovação.

O achado mais fino, porém, está no campo que se apresenta como informativo. Metade dele é de valência neutra, mas quase 39% é negativo: de cada cinco textos que se anunciam como relato, dois emitem reprovação embutida. É nesse registro que se narram as decisões de André Mendonça, a revogação por Flávio Dino, a suspensão por Luiz Fux e a nota da CNBB negando participação no boato, e o relato não é asséptico, porque organiza o caso como escândalo, e não como controvérsia. Para quem aconselha, é a advertência mais prática do gráfico: não existe zona neutra disponível neste assunto. Quem se declara imparcial no campo religioso já está, em quase quatro de cada dez textos, avaliando negativamente.

O que os trechos revelam é uma disputa de papéis. A vítima é a Santa: o post mais rodado do período diz que resolveram atacar Nossa Senhora Aparecida, e é esse texto que a Justiça eleitoral manda apagar e a Justiça do Supremo manda restabelecer. Nessa versão, o agressor é Flávio Bolsonaro e a família miliciana que o cerca; na versão dele, o agressor é o PT, autor da mentira, e o próprio senador é a vítima, com a CNBB, acusada sem provas, ocupando o lugar de instituição injustiçada. O mesmo ator é agressor para uns e vítima para outros, e o protetor que emerge é quem se põe diante da padroeira, não quem a explica.

O polo da afirmação é o mais instrutivo para a decisão política, porque quase não é defesa de ator: é exaltação da padroeira como símbolo nacional-popular — unindo católicos, ateus, agnósticos, macumbeiros, espíritas, evangélicos não reacionários, símbolo de um povo que luta, trabalha e resiste. A defesa de Flávio Bolsonaro praticamente não existe neste registro católico; ele entra na conta do repúdio, negando a mentira. A oportunidade, para Lula e a esquerda, está exatamente aí e é estreita: ocupar o enquadramento do símbolo popular e da cultura religiosa do país, como já se fez ao erguer em Belém a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e dizer que ninguém vai avacalhar com ela, e nunca o da fé militante nem o da defesa de quem ridiculariza a Santa. O risco simétrico é ser arrastado para a disputa judicial e para a liberdade de piada: na voz católica, o que mobiliza é a dignidade da padroeira, não o direito ao deboche. Prioridade, na ordem: primeiro, deixar a CNBB sozinha no papel de instituição ofendida pela acusação

sem provas e não tocar nela; segundo, sustentar a padroeira como patrimônio do povo, não da campanha; terceiro, não transformar o caso em palanque religioso, porque o gráfico mostra que quem fala como Igreja fala em nome da Santa, e não de candidato.

No enredo que a voz católica desenha, o resultado é uma assimetria dura para o adversário: entre os papéis que Flávio recebe nesse terreno, quase nove em cada dez o apontam como agressor da santa e dos fiéis, e a versão de que é vítima de uma armação não chega a um quinto. Ele concentra a maior parte das atribuições de agressão do recorte. E a maior vítima não é o senador, é o fiel católico, que com a Igreja e a CNBB chega à metade dos papéis: a causa já tem dono, e o dono é o povo católico.

34 · Papéis na voz católica (MAPAM®): Flávio, Lula, o PT e a padroeira

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTETOR	REPARADOR	VÍTIMA
Catolicos		6.1%	0.5%		93%
Flavio Bolsonaro	84%		2.8%		13%
Nossa Senhora Aparecida		1.8%	19%	1.8%	77%
Familia Miliciania	100%				
Catolico					100%
Igreja Catolica			5.0%		95%
Cnbb	5.3%		11%		84%
Quem Tenta Enganar	100%				
Flavio	100%				
Lula	41%		59%		
Bolsonaristas	100%				
Pt	100%				

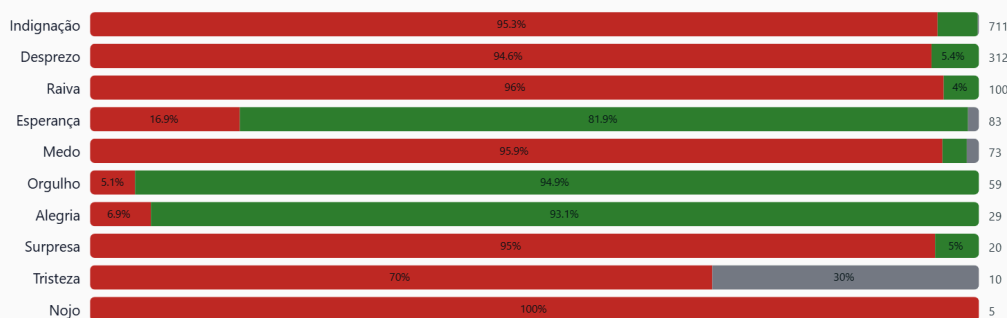
O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, mede o papel que o autor atribui a quem ele cita — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade e estrutura —, e este gráfico responde a uma pergunta só: o que a voz católica faz de Flávio Bolsonaro. A resposta é seca. Entre os papéis que ele recebe nessa fatia do debate, o ataque a Nossa Senhora Aparecida responde por quase nove em cada dez; a versão de que ele é vítima de uma armação fica com pouco mais de um décimo. Ele concentra, sozinho, cerca de oito de cada dez atribuições de agressor do recorte. E o resto do gráfico diz onde está a dor: mais de seis em cada dez papéis distribuídos são de vitimização, e a maior vítima não é o senador — é o fiel católico, sozinho em mais de um terço das atribuições, que com a Igreja e a CNBB chega à metade. A causa já tem dono, e o dono é o povo católico, não o adversário.

Papel sem enredo não diz nada, e o enredo é um só: o projeto que retira de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, e a acusação de que o senador estaria por trás dele. Quem lhe atribui a agressão são, sobretudo, parlamentares e influenciadores que repudiam o projeto e o bolsonarismo — Erika Hilton (PSOL-SP), Paulo Teixeira (PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), Márcio Jerry (PCdoB-MA), Missias Dias (PT-CE) —, boa parte replicando um mesmo post do humorista Antonio Tabet, que rebatiza a família do senador de "miliciania". A santidade, por sua vez, recebe as duas pontas: quando aparece, é agredida em quase oito de cada dez vezes e protetora em cerca de uma em cada cinco. E há um desvio tático que interessa muito: parte dessa voz nomeia como agressor não o senador, mas quem assinou o projeto, Victório Galli (PP-MT), ex-assessor especial da Presidência de Jair Bolsonaro. Não é detalhe de redação; é a diferença entre atacar uma pessoa e atacar um ato — e a segunda é muito mais difícil de rebater.

O achado, porém, é o protetor — e ele é o papel mais escasso de todos, pouco mais de um em cada dezesseis. Entre pessoas, ninguém o recebe da voz católica mais do que Lula, e o detalhe é decisivo: ele não se apresenta como protetor, é assim tratado por quem publica. Só que o mesmo nome aparece como agressor em volume quase igual, o que divide o papel praticamente ao meio: o defensor da padroeira e o suspeito de usar a fé cabem no mesmo Lula. A CNBB, ao contrário, é vítima em quase todas as vezes em que aparece, e a acusação sem provas que lhe foi lançada não lhe rendeu pecha alguma — rendeu-lhe a aura de quem foi injustiçado. O papel de protetor está aberto, mas não se conquista por autoproclamação; conquista-se entregando a defesa a quem a voz católica já reconhece.

A ordem de prioridades, então, é esta. Primeiro, não estragar o achado: a versão de que Flávio é vítima de armação não pegou nem no terreno mais favorável que ele poderia ter, e insistir no ataque pessoal é o que arrasta o caso para o Supremo e para a narrativa de censura, onde a esquerda entra como parte, não como ofendida. Segundo, manter o repúdio apontado ao projeto e a quem o assinou, deixando a defesa da padroeira com quem a voz católica já escuta — a CNBB, os bispos, o santuário —, porque é essa mediação que converte denúncia em confiança. Terceiro: cada palavra de Lula sobre a santa tem de ser sobre a fé, nunca sobre a disputa, porque é exatamente aí que o papel de protetor ainda se divide.

As emoções confirmam e afunilam. No registro católico, a indignação e o desprezo somam quatro quintos do repúdio, e o desprezo abriga tanto o escárnio contra o PT quanto a ironia contra o próprio Flávio — prova de que o polo do repúdio não é um campo, é um formato que qualquer lado pode vestir. A esperança, por sua vez, mora quase toda no polo da afirmação: não é esperança em candidatura nem em programa, é esperança devocional, a que se organiza em torno da santa e do santuário. A indignação mobiliza; a esperança sustenta.



37 · O que a voz católica sente

■ Oposição ■ Apoio ■ Neutro informativo

Este gráfico responde a duas perguntas e responde com números duros: com que emoção se repudia e com que emoção se afirma a padroeira. Entre as publicações que citam o caso, 84% repudiam — o projeto de Victório Galli Filho (PP-MT), o candidato do PL à Presidência, Flávio Bolsonaro, a decisão do ministro André Mendonça e a suposta mentira do PT —, contra 15% que afirmam e defendem Nossa Senhora Aparecida, a fé católica ou um dos atores envolvidos; o relato informativo é resíduo. A razão é de mais de cinco para um. O caso não está sendo processado como escândalo eleitoral, está sendo processado como profanação — e profanação não se responde com argumento, responde-se com gesto.

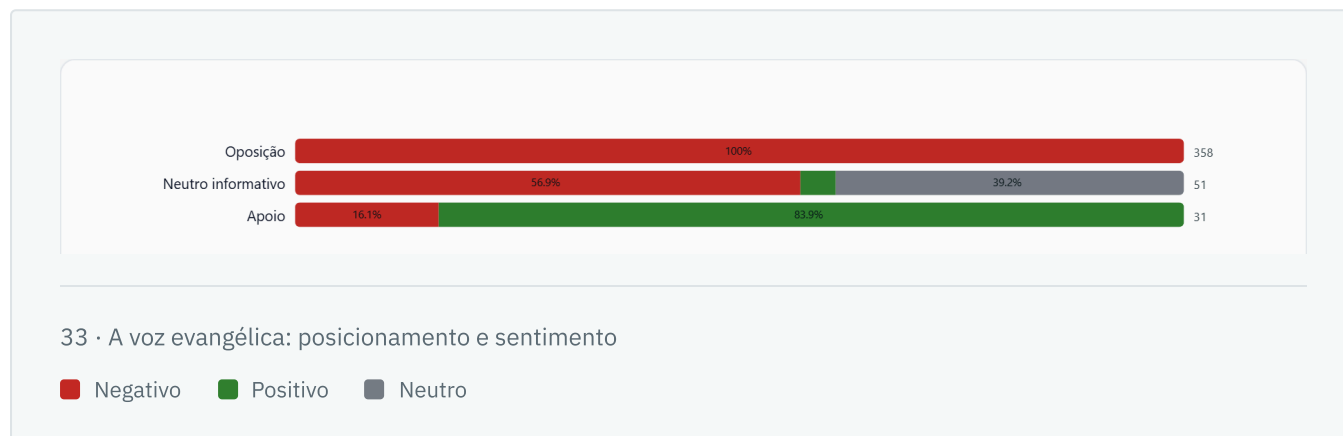
Por dentro, o repúdio tem anatomia. A indignação responde por 56% dele e o desprezo por 25%; somados à raiva e ao medo, quatro afetos fazem 96% do polo. A indignação é a emoção mais versátil do recorte: 95% dela repudia, mas um sexto do polo da afirmação também se expressa por indignação. E mira alvos plurais — o projeto de Galli e a notícia que o colocou em Flávio Bolsonaro, cujo nome é o mais citado de todo o recorte; a ordem judicial que mandou apagar o post, que entre a decisão de Mendonça, a revogação de Dino e a suspensão de Fux trocou de dono três vezes em quatro dias; o pastor que teria chamado a santa de preta, episódio em que o repúdio religioso se confunde com denúncia de racismo. O desprezo é o mais revelador: abriga tanto o escárnio contra "a máfia do pt" quanto a ironia contra o próprio Flávio, prova de que o polo do repúdio não é um campo — é um formato, e um formato que qualquer lado pode vestir.

A esperança aponta para outro lugar. É a emoção individual mais frequente entre os 15% que afirmam e defendem a padroeira e a fé, um terço do polo, seguida do orgulho e da alegria; 82% de toda a esperança do recorte está ali, não no repúdio. A esperança que este caso produz não é esperança em candidatura, programa ou saída política: é a esperança devocional, a que se organiza em torno da santa, do Santuário, da fé afirmada em voz alta. A indignação mobiliza, a esperança sustenta — e quem apenas indigna queima o combustível sem construir vínculo. O terreno da afirmação devocional se ocupa com gesto visível, como a imagem erguida em comício, não com nota de repúdio, e é ali que a esquerda tem entrada legítima.

Com o primeiro turno em 4 de outubro, a ordem de prioridade se impõe. Primeiro, não entrar no jogo da profanação: o medo, 6% do repúdio, é o afeto mais perigoso porque é identitário — o receio de que se "empurre só a fé evangélica e deixe as outras de lado" —, e quem for enquadrado como atacante de Nossa Se-

nhora perde mais do que ganha. Segundo, ocupar a afirmação com devoção concreta, pois é o único polo em que esperança e orgulho circulam juntos, quase 60% dele. Terceiro, não alimentar o desprezo: um quarto do repúdio se faz dele, e ele já tem dois alvos que se hostilizam sozinhos.

Na chave evangélica, o que se ouve não é a voz dos evangélicos: é a acusação contra eles. Mais de oito em cada dez publicações que citam o episódio mencionando evangélicos, pastores ou a bancada evangélica repudiam algo — o projeto, o bolsonarismo, o candidato ou a ordem que mandou apagar o post —, e a defesa da padroeira e da fé responde por uma fração mínima. O enredo tem vítimas e agressores nomeados, e nenhum porta-voz evangélico aparece a disputar o papel de vítima ou de protetor: quem tem voz são os outros falando dele.



Quando o caso da padroeira entra no registro evangélico, o que se ouve não é a voz dos evangélicos: é a acusação contra eles. Das publicações deste recorte, 83% repudiam alguma coisa — o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, o bolsonarismo a quem o projeto é atribuído, Flávio Bolsonaro ou a ordem judicial que mandou apagar o post do humorista Antonio Tabet. A defesa da padroeira, da fé católica ou de um ator, o que inclui o candidato negando o projeto, responde por 6,7% — mais de doze vezes menos. O relato sem posição declarada fica em 10,3%.

Dentro do repúdio há um dado que fecha a porta: 100% de tom negativo. Nenhuma trégua, nenhuma ironia, nenhum alívio. A defesa, por sua vez, é quase toda solar: 86% dela tem valência positiva, e defende Nossa Senhora, não os evangélicos. O achado fino está no relato: entre os textos que se apresentam como informativos, 53% carregam valência negativa contra 42% de tom neutro — mais da metade do que se declara isento já está condenando. "Evangélicos articulam para que, caso Flávio Bolsonaro seja eleito presidente, ele retire de Nossa Senhora Aparecida o título de Padroeira do Brasil": o verbo articulam entrega o juízo antes da segunda vírgula.

O enredo é nítido: Nossa Senhora Aparecida e a Igreja Católica são a vítima; os evangélicos bolsonaristas, a "família miliciania" do post mais rodado e o projeto do ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT) são o agressor. O detalhe decisivo é de onde vem a atribuição — de fora do campo evangélico, assinada por artistas, influenciadores e parlamentares como Erika Hilton (PSOL-SP) — e o fato de que não aparece, neste recorte, um porta-voz evangélico a disputar o papel de vítima ou de protetor. No registro evangélico, quem tem voz são os outros falando dele.

Para Lula e a esquerda, o quadro é de oportunidade com prazo de validade. A onda existe e é majoritariamente de repúdio, mas é conduzida por quem já era oposição: há repercussão, não conversão nova. O ganho durável está em separar o fiel evangélico do articulador do projeto e do candidato que se enredou na defesa, dizendo que a briga não é com a fé de ninguém; deixar que 83% de repúdio a Flávio e ao bolsonarismo escorreguem para o repúdio a evangélicos em geral é uma conta que nenhuma curtidora paga.

No mapa de papéis dessa chave, a vítima é a santa, ofendida — em quase todas as menções a ela —, e depois os católicos, também em quase todas; o agressor narrado é o candidato, ligado ao pastor que teria insultado a imagem, e não o ex-deputado que assinou o projeto em 2007, que pesa bem menos. O protetor quase não existe, e quando existe é Lula, no comício de Belém em que ergue a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará, e diz que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida. É a vitória mais limpa e mais barata deste painel: quem tentou se apresentar como defensor da fé não colhe uma única atribuição de protetor, e quem protege, no discurso dos outros, é o adversário.

35 · Papéis na voz evangélica (MAPAM®): Flávio, Lula, o PT e a padroeira

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	VÍTIMA
Nossa Senhora Aparecida		2.0%	2.0%	96%
Flavio Bolsonaro	82%			18%
Catolicos			2.5%	98%
Andre Mendonca	94%		5.9%	
Victorio Galli	100%			
Igreja Catolica			7.7%	92%
Mendonca	77%		23%	
Antonio Tabet				100%
Familia Miliciania	92%			8.3%
Lula	27%		73%	
Bancada Evangelica	86%		14%	
Povo			14%	86%

Lido no recorte em que o caso da padroeira encontra o vocabulário evangélico, o MAPAM® mostra assimetria escancarada — 59% das atribuições fazem alguém de vítima, 33% de agressor e apenas 8% de protetor. Nossa Senhora Aparecida concentra 27% de tudo o que se atribui no recorte e, entre as menções a ela, 96% a põem como vítima: a santa ofendida é o centro moral do caso. Os católicos vêm logo atrás, com

97% de suas atribuições também como vítima, e a Igreja Católica em 92%. Do lado de quem causa, o nome é um só: Flávio Bolsonaro responde por um quarto das atribuições, e 86% delas o fazem agressor contra 14% que o fazem vítima.

Victório Galli Filho (PP-MT), autor formal do projeto que retira da santa o título de padroeira, é agressor em todas as atribuições que recebe, mas pesa um terço do que pesa Flávio — e aí está o enredo: o projeto é de um, a pecha é do outro. O agressor narrado não é o parlamentar; é o candidato que frequenta a igreja do pastor que chamou a santa de "preta", o campo que os textos associam à "família miliciana" e ao ataque a "mulher preta", o nome ligado a Valadão e a Vercaro. O protetor, por sua vez, quase não existe — e quando existe, é Lula: quase dois terços de todos os papéis de proteção do recorte são dele, no comício de Belém em que ergue a imagem de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará ("ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida") e na imagem que Janja publica. Quem tentou se apresentar como defensor da fé não colhe uma única atribuição de protetor; quem protege, no discurso dos outros, é o adversário.

O outro lado, contudo, não está sem enredo. As 14% de atribuições que fazem Flávio de vítima sustentam a versão de que "a máfia do pt inventou uma mentira", e Lula, ainda que protetor em 73% das suas, é agressor nos 27% restantes, na acusação de que estaria explorando a mentira — o "fake news, né, presidente?" que a imprensa registrou. É pouco, mas é por essa fresta que o campo bolsonarista responde, e ela cresce à medida que o gesto de devoção ganha palco. Mais revelador é o que não aparece: o papel de reparador não existe em nenhuma linha do gráfico. Ninguém é convocado a consertar o dano — nem o Congresso, que pode sepultar o projeto, nem o Supremo Tribunal Federal, que ora manda remover, ora libera, ora restabelece a remoção. E o coletivo evangélico não é construído como vítima de coisa alguma: a agressão está personalizada em um político.

A consequência prática para quem aconselha Lula e a esquerda vai em três movimentos ordenados. Primeiro, e acima de tudo: o ativo mais valioso deste recorte é a proteção da padroeira, e ela já está nas mãos do presidente — a prioridade é não desperdiçá-la, mantendo o gesto em registro de devoção, não de palanque, porque cada aparição com cara de comício engorda os 27% de Lula-agressor e entrega ao adversário o argumento da instrumentalização da fé. Segundo: ocupar o papel vazio de reparador, que ninguém preencheu — cobrar em público a retirada do projeto que tira da santa o título de padroeira é entrega com autor, com data e com lugar. Terceiro: não transformar a CNBB em alvo, porque atacar uma instituição religiosa transfere ao adversário o papel de vítima, que foi exatamente o erro que a campanha de Flávio cometeu.

46 · O embate com a CNBB: papéis de Flávio, da CNBB, do PT e de Lula (MAPAM®)

QUEM É CITADO ↓ · PAPEL →	AGRESSOR	COMUNIDADE	PROTECTOR	VÍTIMA
Flavio Bolsonaro	93%			7.1%
Cnbb	5.2%		1.7%	93%
Catolicos		6.7%		93%
Nossa Senhora Aparecida			43%	57%
Flavio	100%			

Igreja Catolica		100%
Familia Milicianas	100%	
Mulheres Nossa Senhora Aparecida Cnbb Catolicos Padres		100%
Bispos da Cnbb	13%	88%
Lula	29%	71%
Candidato Flavio Bolsonaro	100%	
Extremistas	100%	

O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, mede os papéis que quem publica atribui a quem cita numa situação de dano ou risco: vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade, estrutura. Neste recorte, ele devolve uma geometria de espelho. Entre as atribuições que envolvem Flávio Bolsonaro, 95% o põem como agressor; entre as que envolvem a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 96% põem a entidade como vítima. A atribuição chega por dois caminhos que se somam: a nota da própria CNBB, repercutida por influenciadores alinhados ao campo de Lula e por parlamentares que assinam solidariedade aos bispos, e o relato do ataque à santa, espalhado com indignação por quem repudia a acusação. O candidato diz que "fake news sobre Nossa Senhora teve ajuda de gente de dentro da CNBB"; a instituição responde que "a mentira não se combate com outra mentira"; e o debate ficou onde ficou. Não se gasta munição provando o que os números já assentaram.

A tentativa de inverter os papéis fracassou, e é aí que este gráfico fica interessante. Flávio aparece como vítima em 5% das atribuições que recebe — resíduo, não contra-narrativa vitoriosa. O PT como agressor não alcança 2% do total, e Lula como agressor mal se conta. A versão do complô tramado pela entidade com o partido não reorganizou o tabuleiro. Mais eloquente ainda: o papel de protetor responde por apenas 6% de tudo, e Lula, no punhado de atribuições em que aparece, é protetor na maioria delas — volume pequeno demais para caracterizar disputa do papel. Aparecer num terreno não é ocupá-lo, e quem não fala não preenche o vazio. Prioridade um, portanto: oferecer proteção em gesto, não em comunicado de ataque.

Do lado católico, a repartição é mais fina e mais aproveitável. A Igreja Católica aparece exclusivamente como vítima; os fiéis, quase sempre vítimas, com um resíduo de comunidade; e Nossa Senhora Aparecida se divide — pouco mais da metade das menções a coloca como vítima do ataque, e o restante como protetora, a que abriga e intercede. Essa segunda metade é o registro da devoção, e é nele que o campo de Lula pode se posicionar sem entrar na acusação: exaltando a padroeira e os que se sentiram ofendidos, em vez de discutir a fake news. A defesa do símbolo e dos fiéis envelhece bem; a defesa do adversário, não. Prioridade dois: entrar pela devoção, com a Igreja à frente.

O risco está no resíduo, e ele tem endereço. As poucas atribuições que fazem de Lula agressor vêm da mesma acusação que amarra o PT, a CNBB e a autorização de um ministro do Supremo num único enredo — o do candidato que se diz perseguido. Enquanto esse nó existir, cada nova peça judicial tem o condão de devolver à esquerda a cadeira de agressor que hoje ela não ocupa neste recorte, e o desgaste que os próprios aliados de Flávio já admitem não pode ser convertido em desgaste do campo de Lula pela porta da ju-

dicialização. A ordem de prioridade, então: deixar a CNBB conduzir a resposta como vítima, proteger o símbolo em registro devocional e não transformar a crise em matéria processual. É nessa ordem que a imagem se decide, e não no mérito, que o debate já resolveu.

Nas emoções do registro evangélico, a indignação e o desprezo somam quase quatro quintos do terreno, e medo e raiva ficam abaixo de um décimo cada — não há pânico, há escândalo moral e deboche. O campo evangélico é falado, não falante, e o evangélico que entra na conversa é o de guerra cultural, o pastor que insulta a santa, nunca o fiel comum. É exatamente aí que mora o risco para a esquerda: cada repetição que cola evangélico a bolsonarista constrói a identidade que a campanha precisa desfazer num eleitorado que cresce.



Onde a polêmica da padroeira cruza com o vocabulário evangélico — publicações do caso que citam evangélicos, pastores, bancada evangélica, Malafaia, Valadão, Feliciano —, o afeto é quase monotemático. Entre os rótulos emocionais atribuídos no recorte, a indignação responde por 51% e o desprezo por 28%; juntas, as duas emoções ocupam 79% do terreno. Bem atrás vêm medo, 7%, e raiva, 5,5%; surpresa, 2,4%; e, no fim da fila, esperança, orgulho e alegria, que somam 5,2%. Lida como composição de cada barra, a coisa fica ainda mais nítida: dentro da indignação, 97,6% dos textos são de repúdio, e dentro do desprezo, 97% — prevalece neles o repúdio a quem teria atacado a padroeira e a Flávio Bolsonaro, ainda que o mesmo rótulo abrigue quem repudia o PT pela suposta mentira.

O desenho inverte o que se esperaria de um conflito religioso. Não há pânico: o medo, afeto próprio da ameaça à fé, fica em 7%, e a raiva, em 5,5%. O que domina é a humilhação — "a família miliciana odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida", a cena de Flávio e Tarcísio de Freitas segurando a imagem da santa para amenizar escândalo, o pastor que chama a padroeira de "Satanás de azul". É escândalo moral e deboche, não temor. E a devoção, quando fala, fala outra língua: 83% da esperança, 91% do orgulho e a totalidade da alegria vêm de textos de afirmação da padroeira e da fé. São duas gramáticas afetivas — o repúdio pelo riso e o pertencimento pela alegria —, e o repúdio domina o recorte na razão de 13 para um.

A consequência política é direta. Quem puxa o volume são parlamentares da esquerda — Erika Hilton (PSOL-SP), Paulo Teixeira (PT-SP), Humberto Costa (PT-PE), Márcio Jerry (PCdoB-MA) — e humoristas e influenciadores, como o Antonio Tabet da "família miliciana"; a defesa da padroeira e de Flávio Bolsonaro aparece em pouquíssimos perfis. Neste recorte, o campo evangélico é muito mais falado do que falante. E o evangélico que entra na conversa é o evangélico de guerra cultural — o pastor que insulta a santa, o profeta que anuncia a queda da Igreja Católica —, nunca o fiel comum. O resultado é que a esquerda aparece defendendo o catolicismo popular pela via do escárnio, e o eleitor evangélico, como o outro ameaçador.

Para Lula e a esquerda, é risco e oportunidade na mesma cena. A oportunidade: a defesa da padroeira, feita pelo presidente com "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida", tem lastro popular e não custa voto católico. O risco: o tom hegemônico do recorte é o riso de superioridade, e cada "família miliciana" repetida cola evangélico a bolsonarista — exatamente a identidade que a campanha precisa desfazer num eleitorado que cresce. Primeira prioridade, blindar a voz do presidente do deboche, deixando o escárnio para humoristas e opositores. Segunda, amplificar o polo da afirmação, com vozes evangélicas próprias falando de fé em registro de pertencimento, não de denúncia. Terceira, tratar a padroeira como terreno comum, não como espólio de guerra cultural.

No topo da circulação, duas constatações fecham o quadro. No registro católico de maior alcance, a voz que dá o tom não é a da Igreja: é a de parlamentares, influenciadores e um artista, e a peça que cobra o silêncio do clero revela demanda reprimida pela palavra da autoridade religiosa. No registro evangélico, nenhuma das publicações mais circuladas defende o candidato; todos repudiam, e a Igreja Católica aparece como quem reage. A prioridade, em ordem: blindar a voz do presidente do deboche, deixando o escárnio para humoristas; fazer bispos, CNBB e Santuário liderarem a resposta; e separar, com todas as letras, o pastor agressor do fiel evangélico — a generalização é o único movimento capaz de devolver a onda ao outro lado.

39 · As publicações em registro católico que mais circularam

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	Repudio, com veemência, o Projeto de Lei que retira o título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida, apresentado na Câmara por Victório Galli Filho, ex-assessor especial da Presidência da República de Jair... Erika Hilton · Político · Instagram · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	154.000	0
2	Eu custei a acreditar que Flávio Bolsonaro vai tirar Nossa senhora aparecida como padroeira do Brasil. Mas acabou de sair na GloboNews essa notícia. Isso é algo tão grave e sem precedentes. É o maior ataque aos católicos d... CarlosPRJ · Possível bot · Twitter/X · 2026-09-24 NEGATIVO · SURPRESA · INDIGNAÇÃO	133.104	3.185.599

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
3	 URGENTE! Daniela Lima acaba de confirmar que NÃO É FAKE NEWS a informação passada por Maria Cristina Fernandes. A Igreja Católica monitora desde 2019 ataques de evangélicos bolsonaristas à Nossa... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	113.592	1.253.405
4	"Maria venceu o dragão. Temos muitos dragões que ela vai vencer." - Dom Orlando Brandes, Jornal Nacional. CATÓLICOS CENSURADOS RESPEITEM NOSSA PADROEIRA https://t.co/BkSdHeAXzF Guzzo Informa · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-26 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	71.534	1.729.064
5	Repudio, com veemência, o Projeto de Lei que retira o título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida, apresentado na Câmara por Victório Galli Filho, ex-assessor especial da Presidência da República de Jair... ERIKA HILTON 5070 · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	64.990	354.530
6	A máfia do pt inventou uma mentira de que eu iria acabar com a Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida . Respeito todas as religiões e também quem não tem religião! Diferente do lula, que quer se meter até nas regra... Flávio Bolsonaro · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	62.506	1.093.173
7	Enquanto Globo, Folha e Estadão se apressaram a repetir várias vezes que era fake news o risco de Nossa Senhora Aparecida perder o posto de Padroeira do Brasil, Daniela Lima foi fazer JORNALISMO e apurou que a... Papi · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · DESPREZO	61.241	657.111
8	A jornalista Maria Cristina Fernandes, da GloboNews, diz que setores da Igreja Católica estão preocupados com um movimento para tirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil: VERDADE. A partir do... Antonio Tabet · Artista / cultura · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · SURPRESA	48.129	471.322

Este gráfico mede exposição, não adesão: somados, os engajamentos — curtidas, comentários e compartilhamentos — das publicações em registro católico que mais circularam desde 20 de setembro chegam a 692.668 interações, e a distribuição é de pelotão, não de multidão. As três peças do pódio concentram 58% de tudo. O repúdio ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, assinado por Erika Hilton (PSOL-SP), lidera com 22%; a peça que credita a Flávio Bolsonaro (PL) a intenção de acabar com o título vem em segundo, com 19%; a denúncia de que a Igreja Católica monitora desde 2019 ataques de evangélicos bolsonaristas à padroeira fecha o pódio com 16%. Depois, a curva despenca:

10% para o influenciador que recoloca a fala de Dom Orlando Brandes, 9% para um segundo registro do mesmo repúdio de Erika Hilton (que, somadas as duas entradas, assina quase um terço do que circulou), 9% para a negativa do próprio Flávio Bolsonaro, 7% para o humorista Antonio Tabet e 6% para a cobrança pelo silêncio do clero. Por tipo de quem fala, os políticos respondem por 41%, os influenciadores por 27% e um perfil de comportamento automatizado por 19% — número que serve de aviso: exposição mede quanto se viu, e não quantos de fato falaram. A voz que dá o tom católico deste topo não é a da Igreja: é a de parlamentares, influenciadores e um artista.

Os termos em que esse tom se dá são inequívocos. A emoção que domina é a indignação, com a raiva logo atrás, e o enquadramento — o modo como o texto organiza o assunto — é o de guerra cultural, com uma variante de racismo e outra de direitos e liberdades. A Teoria das Fundações Morais, que mede os princípios morais acionados no discurso, mostra aqui o polo da degradação, o sagrado profanado, somado ao do dano: Tabet diz que "a família milicianiana odeia tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida", e a ofensa religiosa passa a ser lida como ofensa racial. O enredo do topo é este: a vítima é a padroeira e, com ela, os católicos ofendidos; o agressor é o bolsonarismo, ora nomeado na pessoa de Flávio Bolsonaro e do ex-deputado Victório Galli Filho (PP-MT), autor do projeto, ora aludido por apelido, como "família milicianiana" ou "católicos censurados"; o protetor é quem repudia o projeto — e aí está o achado: no registro católico de maior circulação, o lugar de protetor é ocupado pela esquerda.

Flávio Bolsonaro, porém, joga o mesmo jogo com as peças invertidas: no único texto do topo que parte dele, o agressor é o PT, autor da "mentira", e a vítima é ele mesmo e os católicos enganados — 9% do engajamento contra 91% que repudiam o projeto e o campo a que ele é atribuído. A mesma padroeira sustenta os dois enredos, e é isso que torna o caso explosivo para quem aconselha: quem controlar o lugar de vítima controla o voto católico. E há uma lacuna que salta. A voz institucional da Igreja aparece apenas citada, nunca como autora, e a peça que denuncia o silêncio de Frei Gilson e do padre Fábio de Melo — 6% — revela que existe demanda reprimida pela palavra da autoridade religiosa, não suprida pela hierarquia. Vale ainda registrar a assimetria entre alcance e consequência: a peça de Tabet é a penúltima do topo em engajamento, 7%, e foi ela que armou toda a crise judicial, de André Mendonça a Flávio Dino e Luiz Fux. Engajamento não é persuasão nem é dano: o post menos visto do topo produziu o maior custo institucional.

Para Lula e a esquerda, a leitura prática se ordena assim. Primeiro, a esquerda já é a voz que defende a padroeira neste recorte — não precisa gritar mais alto, precisa ceder o microfone no momento certo; a fala de bispo citada no topo, "Maria venceu o dragão", vale mais, em crédito católico, do que qualquer nota de campanha, e a prioridade é fazer o Santuário, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e os bispos falarem, com o campo político amplificando e não liderando. Segundo, não litigar a piada: cada rodada judicial sobre "família milicianiana" converte exposição em vitimização de Flávio, e o que a esquerda menos precisa é que os 9% de defesa dele cresçam. Terceiro, manter separados os dois registros que o topo mistura: o jurídico, que tem nome, número e autoria — o projeto do ex-deputado Victório Galli Filho, do PP mato-grossense —, e o moral, que pertence à Igreja. Quarto, mirar o autor do projeto e o campo que o abriga, não "os evangélicos" como bloco. O ativo mais valioso, hoje, é a frase de Lula de que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida — desde que ela venha acompanhada da autoridade religiosa, e não substitua o lugar dela.

47 · O embate com a CNBB: as publicações que mais circularam

O que mais circulou sobre a CNBB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, não é um ataque à Igreja: é a defesa dela — feita por quem não é Igreja. Dois terços do engajamento, 65%, estão em publicações de repúdio a Flávio Bolsonaro e à tese de que bispos teriam ajudado o PT a espalhar a mentira sobre Nossa Senhora Aparecida; 27% apenas relatam o episódio, a acusação e a nota da entidade; 8,5% afirmam a fé católica e a padroeira, o menor bloco. Repudia-se a acusação cerca de sete vezes mais do que se afirma a fé, e a disparidade é o primeiro sinal de que Flávio entregou à outra parte o enquadramento — o modo como o texto organiza o assunto — mais confortável da semana.

Os termos são de guerra cultural, e a moral acionada é a da pureza ferida, com a indignação a mover o volume. Pela Teoria das Fundações Morais, que mede quais fundações morais o texto aciona, domina aqui o polo da degradação do sagrado, não o do mérito nem o do custo de vida. No MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que dá a cada citado o papel de vítima, agressor, protetor ou reparador, a CNBB é vítima da acusação sem provas e Flávio, o agressor que "declarou guerra contra uma das maiores instituições católicas do Brasil"; Nossa Senhora e os fiéis, vítimas do ultraje. Uma fatia menor, 8,8%, inverte o enredo: o PT e Dino como agressores, a CNBB como cúmplice. É esse ringue que a campanha não pode aceitar.

A circulação não se concentra num viral único: a publicação mais engajada responde por 18% e a oitava por 8,5%, pouco mais de duas vezes de diferença. O assunto foi carregado por uma esteira de perfis, e dois deles, o influenciador Só Quem é LULA 2026, com 31% do engajamento, e a mídia alternativa Mídia NINJA, com 27%, somam 58% de tudo. Nenhum bispo, nenhum porta-voz da entidade, nenhum veículo tradicional e nenhum candidato entre as mais engajadas. O único elogio a um gesto próprio da CNBB — o vídeo contra o racismo religioso — ocupa a fatia menor do topo. Quem defende a Igreja na circulação são terceiros; a Igreja, ali, é assunto, não voz.

Para Lula e a esquerda, a ordem de prioridade se impõe. Primeiro, manter o caso no terreno da fé ofendida e da liberdade religiosa, que é onde os números estão e onde o campo lulista já transita nos dois sentidos, exaltando a padroeira e repudiando quem a ameaça — a ponte com o católico indeciso se constrói aí, não no mérito jurídico. Segundo, recusar a judicialização: a queda de braço entre as decisões do Supremo troca o púlpito pelo tribunal e devolve a Flávio o papel de perseguido. Terceiro, ocupar a lacuna que o próprio recorte escancara: a defesa da CNBB circulou sem Lula entre os que a puxaram, e um aceno respeitoso a esse eleitor, sem ataque, é exatamente o movimento que os aliados do outro lado já admitem ter perdido.

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	   GRAVÍSSIMO    Daniela Lima, no UOL, soltou outra bomba. Vídeo de pastor da igreja que Flávio Bolsonaro frequenta. Ataque direto a Nossa Senhora Aparecida, Mãe de Jesus. Chamou a santa de pret...	29.929	346.170
	Só Quem é LULA 2026 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28		
	NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA		

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
2	Flávio Bolsonaro (PL) voltou a falar neste domingo (27) sobre a crise envolvendo Nossa Senhora Aparecida e agora acusou "gente de dentro da CNBB" de ter ajudado a espalhar, junto com o PT, a informação de que ele... Mídia NINJA · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-27 NEGATIVO	25.748	0
3	🚨 URGENTE! Flávio Bolsonaro diz que CNBB ajudou plantar mentira para dividir católicos: "Fake News sobre Nossa Senhora teve ajuda de gente de dentro da CNBB" https://t.co/cRldJA8Hbb Ricardo Roveran · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-27 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	21.888	70.206
4	💣💣💣 BOMBA 💣💣💣 Daniela Lima, no UOL, falou claro: não é fake news. Tem gente querendo enfraquecer a Igreja Católica. Quer atacar Nossa Senhora Aparecida. Quer empurrar só a fé evangélica e deixar as... Só Quem é LULA 2026 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · MEDO	19.771	575.991
5	A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se manifestou neste domingo (27) após Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, afirmar que pessoas ligadas à entidade estariam envolvidas na divulgação de... Mídia NINJA · Mídia jornalística · Instagram · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	17.558	0
6	BR CNBB divulga nota negando envolvimento com boato sobre Nossa Senhora Aparecida. A entidade afirma não ter produzido, autorizado ou participado da elaboração ou divulgação de informações falsas, repudia... Eixo Político · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-27 NEGATIVO	16.672	462.862
7	Flávio diz que fake news sobre Nossa Senhora Aparecida é espalhada por liga da mentira do PT, com participação de pessoas da CNBB e autorização de Dino. https://t.co/l1xJozaonm Sérgio Camargo · Jornalista (perfil individual) · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	13.845	30.495
8	A CNBB postou esse vídeo não só defendendo a democracia, mas posicionando contra o racismo religioso. Vídeo lindo e esclarecedor! https://t.co/JICIdVrh1F Esther Carvalho 🌱 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 POSITIVO · ALEGRIA · ESPERANÇA	13.535	56.735

40 · As publicações em registro evangélico que mais circularam

Entre as publicações mais circuladas do caso da padroeira em que o vocabulário evangélico entra em cena, uma constatação desmente a expectativa: nenhuma delas defende Flávio Bolsonaro. Todas repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil e a quem a ele se atribui, e todas denunciam os pastores que a insultaram. O engajamento do conjunto, que mede exposição, chega a 465.865 interações. O segundo achado é a concentração: a deputada Erika Hilton (PSOL-SP) responde por 47% dessa exposição, somadas as suas entradas, e o influenciador Lázaro Rosa, por 35% — juntos, dois nomes sustentam cerca de 82% de tudo o que circula com mais força. As duas peças de maior alcance, sozinhas, valem 57% do total, o que sugere uma onda de altíssima intensidade e base estreita de emissores.

O enredo que se repete é sempre o mesmo. A vítima é Nossa Senhora Aparecida, chamada de "preta" por um pastor e de "Satanás de azul" por outro, ambos nomeados; o agressor é o bolsonarismo evangélico, apontado no pastor da igreja que Flávio frequenta e na "família miliciania"; quem protege é quem sai em defesa da santa — a Igreja Católica que "reage", os "católicos censurados", o humorista punido por decisão judicial. Pela Teoria das Fundações Morais, o que aqui se mobiliza é o polo da degradação: o sagrado profanado. E numa das peças de maior peso a profanação vem colada ao racismo — a santa atacada é mulher preta, e o enquadramento deixa de ser apenas religioso.

A pergunta que orientava a leitura era se a voz evangélica defende Flávio, cala ou se divide. No que mais circula, ela cala. O campo evangélico aparece como objeto do discurso alheio, nunca como emissor: quem fala são uma deputada de esquerda, um influenciador, perfis de campanha e um humorista; quem é falado é o pastor, o bolsonarismo, a suposta articulação contra a padroeira. A defesa de Flávio — a de que o PT inventou a mentira — existe no debate, mas não chegou ao pódio da exposição. Para Lula e a esquerda, isso é oportunidade rara: o terreno da fé popular está sendo ocupado por quem denuncia o ataque, não por quem o pratica, e há espaço para falar ao eleitor evangélico sem intermediário — desde que se separe, com todas as letras, o pastor agressor do fiel evangélico. Confundir os dois é o único movimento capaz de devolver a onda ao outro lado.

O risco está na própria geometria do que viralizou: uma ofensiva que depende de pouquíssimos emissores é vulnerável a um só golpe — e o golpe já veio, na ordem que tirou do ar a peça do humorista antes de ser revista. Recomendo, nesta ordem: primeiro, que Lula mantenha o registro da fala que já deu certo, a do respeito à padroeira e às tradições, porque ela desarma a acusação de guerra à religião; segundo, que se diversifiquem os emissores, com vozes católicas de autoridade e lideranças religiosas não bolsonaristas, para que a defesa da santa não dependa de um punhado de perfis sujeitos a decisão judicial; terceiro, que não se repita a expressão que trata "evangélico" como sinônimo de agressor — o gráfico mostra que o ataque que circula é contra uma minoria que insulta, e a generalização é o que o campo adversário precisa para reconstruir a própria narrativa.

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
---	------------	--------------	---------

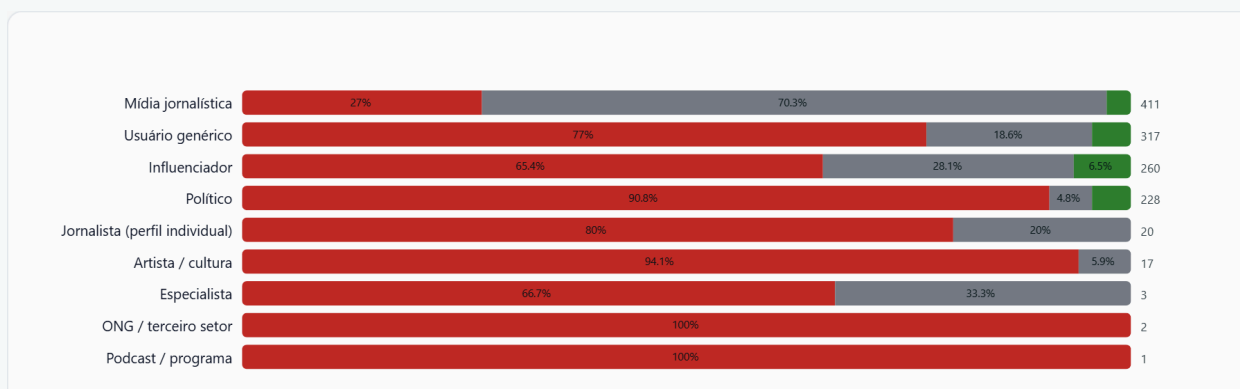
#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	Repudio, com veemência, o Projeto de Lei que retira o título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida, apresentado na Câmara por Victório Galli Filho, ex-assessor especial da Presidência da República de Jair... Erika Hilton · Político · Instagram · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	154.000	0
2	🚨 URGENTE! Daniela Lima acaba de confirmar que NÃO É FAKE NEWS a informação passada por Maria Cristina Fernandes. A Igreja Católica monitora desde 2019 ataques de evangélicos bolsonaristas à Nossa... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	113.592	1.253.405
3	Repudio, com veemência, o Projeto de Lei que retira o título de Padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida, apresentado na Câmara por Victório Galli Filho, ex-assessor especial da Presidência da República de Jair... ERIKA HILTON 5070 · Político · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	64.990	354.530
4	AGORA NA GLOBONEWS: Igreja Católica reage a tentativa de evangélicos tirarem Nossa Senhora da Aparecida como padroeira do Brasil. Absurdo o que estes Bolsonaristas estão tentando fazer! https://t.co/OIl60qTB9f Vitor de Lucca BR 🇧🇷 · Possível bot · Twitter/X · 2026-09-24 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	34.708	2.227.551
5	🚨🚨🚨 GRAVÍSSIMO 🚨🚨🚨 Daniela Lima, no UOL, soltou outra bomba. Vídeo de pastor da igreja que Flávio Bolsonaro frequenta. Ataque direto a Nossa Senhora Aparecida, Mãe de Jesus. Chamou a santa de pret... Só Quem é LULA 2026 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA	29.929	346.170
6	🚨 BOMBA! Evangélicos estão em choque com a cena de Flávio Bolsonaro e Tarcísio de Freitas segurando uma imagem de Nossa Senhora Aparecida na tentativa de amenizar o escândalo em que se envolveu. O motivo: para os... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · SURPRESA · DESPREZO	26.977	538.918
7	URGENTE 🚨🚨🚨 VAZA Vídeo de BOLSONARO e pastor que fez o PROJETO que tira de NOSSA SENHORA APARECIDA o título de PADROEIRA do Brasil BR 🤖🤖🤖 NINGUÉM TOCA NA PADROEIRA https://t.co/K2eU79fKix Ricardo Cloro BR 🇧🇷 🚩 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · SURPRESA	21.439	163.575

- 8  Pastor bolsonarista chama Nossa Senhora Aparecida de "Satanás de azul". Sérgio Fernandes, líder na igreja Vida Nova, atacou e insultou covardemente um dos maiores símbolos do catolicismo brasileiro....

21.341 197.586

Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-27

NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA



41 · A tese da fake news: quem diz que a história é mentira

■ Oposição ■ Neutro informativo ■ Apoio

A acusação de falsidade, neste recorte, é uma arma de mão única: 65% das publicações que chamam alguém de mentiroso no caso da padroeira repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira, repudiam Flávio Bolsonaro e o bolsonarismo, repudiam a ordem do ministro André Mendonça ou repudiam o PT pela suposta mentira; 30% apenas relatam o episódio; e 4% afirmam a padroeira, a fé católica ou um dos atores, aí incluído o candidato do PL negando o projeto. São quinze peças de acusação para cada peça de afirmação — num caso essencialmente religioso, a devoção quase não se manifesta.

O que separa os grupos não é o tamanho, é a composição. Usuários comuns respondem por 28% do que se publica sob o rótulo, a mídia por 27%, os influenciadores por 22% e os políticos por 20%. Mas entre políticos, 91% dos textos repudiam algo ou alguém, contra 4,5% de relato e 4,5% de afirmação: cada publicação de político é uma peça de acusação, e é por eles que cada rodada judicial — de Mendonça a Dino, a Fux — volta ao ar em tom de denúncia. Entre influenciadores, o repúdio é 66% e o relato 28%; entre usuários comuns, 77% e 18%. Só na mídia o relato domina, com 67%, contra 30% de repúdio e 3% de afirmação: é ali que a nota da CNBB, a correção da GloboNews e as decisões do TSE e do STF viram registro.

O mesmo rótulo de repúdio esconde dois alvos opostos, e é aí que as linhas falam mais alto. Nos textos do campo político, o repúdio mira o PT — "a máfia do pt inventou uma mentira", "o complexo industrial de mentira do pt implodiu", a GloboNews tratada como "central de disseminação da mentira". Nos textos de influenciadores e artistas, o repúdio mira Flávio e o bolsonarismo: sustenta-se que "NÃO É FAKE NEWS" a informação sobre o monitoramento de ataques à padroeira, e fala-se de "ataques de evangélicos bolsonaristas à Nossa Senhora Aparecida". O MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que des-

creve quem o texto põe como vítima, agressor, protetor ou reparador, lê a inversão: para um lado, o PT é o agressor, o candidato do PL é a vítima e a CNBB, a cúmplice; para o outro, a santa e os fiéis são a vítima, e o uso eleitoral da fé, a agressão.

Para Lula e a esquerda, a consequência é dupla. A ameaça: o conteúdo que mais circula no caso é a réplica, palavra por palavra, da acusação de que o PT inventou a mentira, replicada por parlamentares do campo bolsonarista que convertem cada publicação do candidato do PL em material de campanha — responder nesse registro é entrar no único enquadramento em que a esquerda perde por definição, como acusada. A oportunidade está nos 4% de afirmação: ninguém está hasteando a bandeira da padroeira em tom positivo, e o eleitorado católico, sempre cortejado na reta final, só está sendo abordado por quem se defende. A ordem é clara: não amplificar o "não é fake news" dos que atacam o adversário, que apenas recicla o caso; deslocar o eixo do relato para a afirmação, com a padroeira e os fiéis no lugar do protegido, e não do acusador; e ancorar-se na nota da CNBB, cuja frase "a mentira não se combate com outra mentira" é o único enquadramento que desarma os dois lados de uma vez.

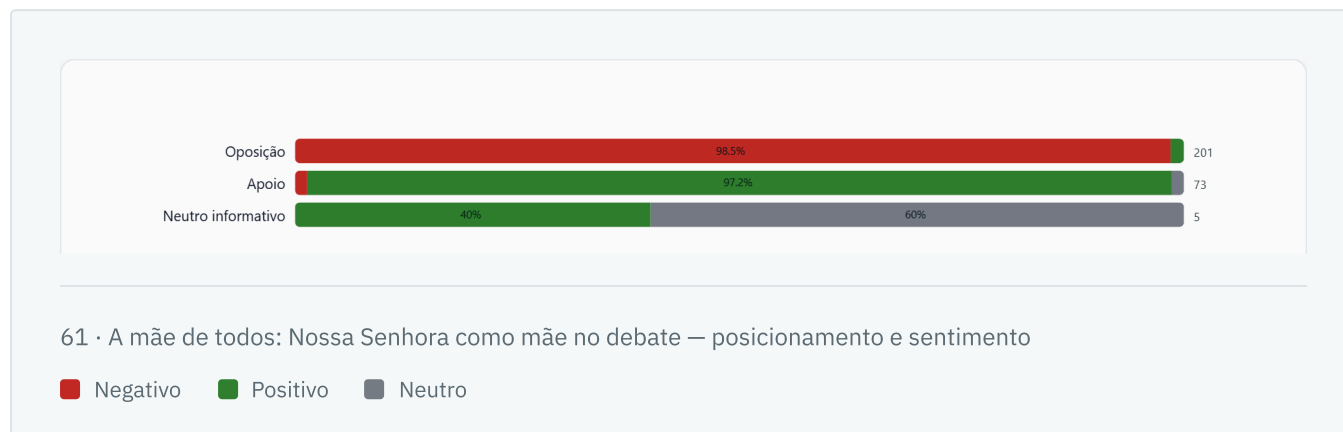
A MÃE DE TODOS: O QUE A PESQUISA QUALITATIVA ACRESCENTA AOS DADOS

Os dados de redes contam como o caso circula; não contam como ele é sentido. Para isso, este relatório se apoia num estudo qualitativo próprio da IPSE Global, conduzido em setembro de 2026 com a metodologia de Grupos Focais de Alta Frequência®, com mulheres de classes D e E da capital do Rio de Janeiro e da região metropolitana — em maioria mães, evangélicas e trabalhadoras, com algumas católicas. Dois achados do campo mudam a leitura do que as redes mostram. O primeiro: para essas mulheres, atacar Nossa Senhora é desrespeitar, além da santa católica, as mães e as mulheres, porque Nossa Senhora é mãe e toda mãe se vê representada nela. O segundo: evangélicas também sentiram o caso como afronta. Frequentar o culto evangélico não apaga a história e os afetos do catolicismo em que muitas foram criadas; quem cresceu católico desenvolveu uma relação própria com Nossa Senhora, e ao mudar de igreja nem todos se desfazem desse vínculo. Há evangélicas que a respeitam e não aceitam que ela deixe de ser padroeira. A religião, no Brasil popular, não tem fronteiras marcadas; tem fronteiras fluidas — e isso vale também para as religiões de matriz africana.

A força da figura explica o alcance da ofensa. Nossa Senhora Aparecida é um ícone religioso, mas é também um ícone nacional — a imagem pescada no rio, o santuário que é destino de romaria de todo o país — e um arquétipo que ultrapassa a Igreja: o da mãe amorosa e o da avó que ensina a rezar. Por isso o caso toca a brasilidade: mexer com ela é mexer com o que define o país e com o que lhe é mais caro. As redes registram esse sentimento em voz própria — "impossível ser brasileiro criado aqui e não sentir um sentimento bom vendo Nossa Senhora Aparecida, seja ateu, crente, umbandista", ou "ninguém nunca vai acabar com a Nossa Senhora: já jogaram no chão, já chutaram ao vivo na TV, já tentaram tirar o título no Congresso, e ela continua lá".

As redes confirmam o primeiro achado como tema, não como testemunho. Somadas as publicações que tratam a santa como mãe e as que falam de mulheres, o recorte chega a cerca de 9% do que se publicou sobre o caso e a 13% do engajamento, uma vez e meia a média. Na chave estritamente materna — a Mãezinha, a Mãe do Brasil, a mãe de Deus —, o registro é o da defesa filial: "Protejam a Mãe do Brasil", "Mexeu com a minha mãe, mexeu comigo", "Ninguém toca na padroeira". Ali, cerca de sete em cada dez publicações repudiam o ataque à santa e quem o teria patrocinado, e pouco mais de um quarto afirma a devoção, com o chamado para mostrar "a força da nossa mãe" no 12 de outubro. O que as redes quase não têm é a voz em primeira pessoa que o grupo focal ouviu: publicações em que quem escreve se apresenta como mãe ou como mulher praticamente não existem, e as avós aparecem em poucas publicações, ainda que

exemplares — "eu sou do axé, mas devota de Nossa Senhora Aparecida, aprendi com minha vó e minha mãe a recorrer a Ela pra tudo". O sentimento que as participantes verbalizam está no debate como assunto, mas quase ninguém o assina como experiência própria; é essa a lacuna que uma campanha pode ocupar.



Na chave materna, o debate sobre Nossa Senhora Aparecida é de ataque, não de devoção. Do que se publica tratando a santa como mãe, 72% é repúdio — ao projeto que lhe retiraria o título de padroeira, à ordem judicial que mandou apagar o post de um humorista e, principalmente, a Flávio Bolsonaro (PL) e ao bolsonarismo, tomados como quem feriu a mãe. Outros 26% defendem a padroeira, a fé católica ou um ator, faixa em que entra a negativa de Flávio Bolsonaro, que se apresenta como alvo de uma mentira do PT.

O relato sem posição ocupa 2%. A razão é de quase três publicações de repúdio para cada uma de defesa. Para quem aconselha Lula (PT) e a esquerda, isso quer dizer que o assunto chegou ao campo com o placar montado, e o placar favorece quem denuncia o ataque à santa; o cuidado é não confundir pauta com voto.

Tom e lado quase sempre coincidem. O repúdio é negativo em 98% dos casos: o ferimento à mãe é narrado como dano, não como controvérsia entre versões. A defesa é positiva em 97%: a padroeira aparece soberana, respeitada e amada, como no chamado para o dia 12 de outubro. Os desencontros são estreitos e reveladores: 1,5% do repúdio vem em tom positivo, e ali está a ironia — quem diz que nunca pensou que Nossa Senhora Aparecida seria responsável por livrar o Brasil da família miliciana dos Bolsonaros, ou quem pede bênção contra as garras do PT.

Essa fresta mostra que o polo majoritário não é homogêneo: nele convivem a denúncia do ataque à padroeira, que domina, e uma cauda de repúdio ao PT, que usa a mesma santa para o ataque espelhado. A ironia é recurso barato e de alto rendimento para a esquerda; a santa voltada contra o PT, na outra ponta, é o que ela deve esperar de volta se tratar a mãe como trincheira.

A mãe não entra ali como enfeite retórico. A Teoria das Fundações Morais descreve os julgamentos morais que o discurso aciona, e a figura materna liga as duas fundações mais mobilizadoras da política: cuidado, no polo do dano, e lealdade, no polo da traição. Quem ataca a mãe comete as duas violações ao mesmo tempo, e a vítima não é o eleitor — é a protetora, que está sofrendo.

O enredo de papéis, no vocabulário do MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actanciais-Morais, que descreve quem cada texto põe como vítima, agressor, protetor ou reparador, aparece com clareza nos trechos: a santa é a vítima; a família Bolsonaro e o bolsonarismo, os agressores; e quem promete guardá-la

assume o posto de protetor, como na frase de que, enquanto Lula e Alckmin estiverem governando, as tradições religiosas estarão protegidas e preservadas.

O enunciado mais replicado soma a isso o registro racial — a mãe é preta, e o ataque é lido como ofensa racista a uma mulher, a uma mãe negra, antes de ser jurídico — ainda que a acusação explícita de machismo quase não apareça no caso. É esse enredo que entrega à esquerda a posição mais confortável do tabuleiro, e é ele que se perde quando a resposta adota a mesma gramática.

O polo da defesa merece exame próprio, porque é onde a esquerda tem mais a ganhar e mais a perder. Ele reúne coisas distintas sob a mesma afirmação da padroeira: o gesto de Lula e Alckmin prometendo proteger as tradições religiosas, a celebração devocional de Jair Bolsonaro (PL) em Aparecida replicada por Danilo Balas (PL-SP), e a negativa de Flávio Bolsonaro contra a suposta mentira do PT. Ou seja, o campo adversário não abandona a mãe — ele se abriga nela em posição defensiva, o que só acontece quando a acusação está vencendo.

Isso importa para a decisão de campanha: defender a padroeira não é gesto de nicho nem concessão a um bloco, é falar para um público católico que não é exclusivo de nenhum dos lados, e é por isso que a esquerda pode ocupar o papel de protetora sem custo de base, desde que o faça com a imagem e a promessa, não com o argumento jurídico.

Hipótese alternativa: a chave materna seria apenas o vocativo devocional do catolicismo brasileiro — nossa mãezinha, mãe do Brasil —, sem carga política própria, e o predomínio do repúdio refletiria somente o calor do episódio. Se fosse assim, a defesa carregaria boa parte do volume em devoção pura, e não carrega: 97% dela é afirmação tomada, presa a um ato de campanha, a uma celebração ou à negativa de um candidato.

A hipótese conserva, porém, um resíduo defensável: parte da onda pode ser replicação de um mesmo enunciado, e não adesão autônoma de muitos perfis, o que muda o cálculo de conversão eleitoral sem mexer no cálculo de agenda — a pauta continua sendo católica, maternal e antipetista ou antibolsonarista conforme o lado.

A ordem de prioridade, então. Primeiro, manter a denúncia do ataque à mãe, que este recorte mostra dominante, nomeando o agressor com precisão em vez de espalhar a acusação por todo o campo adversário — a especificidade é o que sustenta a vantagem de 72% contra 26%. Segundo, não transformar a devoção em território de disputa simétrica, porque a mãe é abrigo dos dois lados e quem a empunha como arma perde o monopólio do cuidado.

Terceiro, explorar a mãe negra, que converte uma briga sobre um projeto arquivado em causa moral maior, com apelo entre mulheres e entre eleitores negros, e para a qual o adversário não tem resposta que não passe pelo mérito do racismo.

Quarto, e mais urgente: separar a defesa da santa da defesa das decisões de Mendonça, Dino e Fux, que atravessam o caso e dão ao adversário o argumento de que a esquerda protege ministro, não padroeira. Hoje a mãe trabalha para quem acusa; se a acusação perder o objeto nomeado, passa a trabalhar contra quem a empunhar.

62 · A mãe de todos: as publicações que mais circularam na chave materna

Este gráfico mede exposição, e só isso: as publicações que mais circularam entre aquelas que, no recorte da padroeira, falam dela no vocabulário da maternidade — mãe do Brasil, mãezinha, Mãe Aparecida, mãe negra, "nossa mãe". Somadas, essas publicações de ponta acumulam 284.903 interações, e a distribuição delas não é equilibrada. Cerca de 60% das interações estão em textos que repudiam o ataque à santa e a quem o atribuem — o bolsonarismo, um pastor, a "família miliciana"; 35% em textos que defendem a padroeira e a fé católica, entre eles a versão de que tudo não passa de mentira do PT; 5% em devoção sem posicionamento.

A razão entre os dois primeiros campos é de 1,7 para um. Mais eloquente que o placar é a concentração: os textos de maior circulação, assinados por influenciadores, respondem por 34,6% da exposição, e um único perfil assina 23,7% dela, alternando a defesa da santa e o ataque a adversários dentro do mesmo assunto.

De quem é essa mãe que a disputa supõe? É a mãe do Brasil, soberana sobre um país e não sobre uma paróquia; é a mãezinha, no diminutivo que troca a distância institucional pela intimidade doméstica; é a mãe negra, na formulação de Antonio Tabet que a decisão de André Mendonça mandou remover e que Flávio Dino depois liberou — "a família miliciana odeia tanto mulher preta que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida". Nessa frase está o mecanismo inteiro do gráfico: o ataque à santa é lido como ataque a uma mulher negra, e o agressor não é um pastor isolado, é a família.

A palavra faz o serviço de sempre: transfere o conflito religioso para o terreno do parentesco, onde ninguém precisa provar nada, porque família não se discute, defende-se. Quem repudia o projeto e a quem o atribui fala, portanto, numa gramática doméstica — e é essa gramática que produz a exposição.

A defesa da padroeira, por sua vez, não fala de doutrina nem de fé: fala de proteção. "Enquanto Lula e eu estivermos governando este país, as tradições religiosas, tão sagradas para nossas famílias, estarão protegidas e preservadas" — a frase de Alckmin, celebrada como golaço por um influenciador, promete guarda, não devoção, e o faz em nome da família. "Protejam a mãe do Brasil", "ninguém toca na padroeira", "respeitem Nossa Senhora Aparecida": o imperativo é de cerco, não de oração.

No polo que repudia o projeto e a quem o atribui, a santa aparece como vítima de um agressor nomeado — o pastor que a teria chamado de preta, a família miliciana, o ex-assessor que assinou o projeto, o ministro que mandou apagar o post.

No polo que defende a padroeira e nega o projeto, a vítima é outra: Flávio Bolsonaro (PL), caluniado por uma mentira do PT, e a santa é o escudo erguido contra a calúnia. O mesmo objeto sagrado é, num lado, a ofendida que exige reparação; no outro, a prova de inocência de quem diz tê-la protegido. É a disputa de papéis que o MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que identifica quem o autor põe como vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade e estrutura, permite nomear sem confundir os lados.

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
---	------------	--------------	---------

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	Uma das últimas mensagens do Papa Francisco ao Brasil foi um pedido: "Que Nossa Senhora Aparecida livre o povo brasileiro do ódio." Talvez isso explique tanta ira do bolsonarismo contra a padroeira do Brasil. NINGUÉ... Guzzo Informa · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	53.628	427.914
2	é ensurdecador o silêncio do tal frei gilson e do padre Fábio de Melo contra esse ataque que a mãezinha Nossa Senhora Aparecida está sofrendo! Caprianjo · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	44.970	354.639
3	Rapaz, que GOLAÇO do Alckmin defendendo Nossa Senhora Aparecida: "Enquanto Lula e eu estivermos governando este país, as tradições religiosas, tão sagradas para nossas famílias, estarão protegidas e..." Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ORGULHO	36.751	164.861
4	🔥🔥🔥 GRAVÍSSIMO 🔥🔥🔥 Daniela Lima, no UOL, soltou outra bomba. Vídeo de pastor da igreja que Flávio Bolsonaro frequenta. Ataque direto a Nossa Senhora Aparecida, Mãe de Jesus. Chamou a santa de pret... Só Quem é LULA 2026 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · RAIVA	29.929	346.170
5	Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, soberana, respeitada e amada! Dia 12 de outubro, vamos mostrar a força da nossa mãe para o Brasil. https://t.co/fM8b68U2dM menina maluada 🇧🇷 · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ORGULHO · ESPERANÇA	29.335	162.823
6	Flávio é um homem de fé. Tenho acompanhado sua jornada com muito orgulho. Deus é o seu guia. O PT está desesperado, e eu bem sei das mentiras covardes que eles são capazes de inventar. Por último, criaram... Alfredo Gaspar · Político · Instagram · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · DESPREZO	24.870	580.692
7	PADROEIRA DO BRASIL NOSSA SENHORA APARECIDA PISA EM SATANÁS E NOS FALSOS CRISTÃOS QUE QUEREM DIVIDIR NOSSO PAÍS SALVE RAINHA, MÃE DE DEUS! AMÉM 🙏 https://t.co/ZkTkUp01uV Boty · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ORGULHO · INDIGNAÇÃO	19.925	85.694

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
8	Ana Paula Valadão, irmã de André Valadão, apoiador de Flávio Bolsonaro e presidente da Igreja Lagoinha, ambos envolvidos com Vorcaro, profetizou, em 2010, a queda da Igreja Católica. Hoje, vemos um movimento que que... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO · MEDO	17.305	188.635
9	🌹 Com o coração cheio de fé, nos colocamos aos pés da Mãe Aparecida para rezar e preparar o nosso coração para a Novena e Festa da Padroeira 2026. 🙏❤️ https://t.co/TjieKE946X TV APARECIDA · Mídia jornalística · Twitter/X · 2026-09-27 POSITIVO · ESPERANÇA	14.715	173.138
10	Respeitem Nossa Senhora Aparecida. NINGUÉM TOCA NA PADROEIRA PROTEJAM A MÃE DO BRASIL DEFENDAM APARECIDA https://t.co/LR1uHybJ3N Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 NEGATIVO · INDIGNAÇÃO	13.475	49.923

Onde está o risco para quem aconselhamos? Na terceirização: o gráfico mostra que a exposição da ponta está nas mãos de influenciadores e de políticos de oposição ao bolsonarismo que replicam o mesmo texto, não de quem tem mandato para transformar indignação em ato. Quando o presidente entra, entra pela imagem de Nossa Senhora de Nazaré erguida no comício de Belém e pela frase "ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida" — defesa da santa, não denúncia do projeto.

É pouco para um assunto que já chegou ao STF e ao TSE. A oportunidade é o inverso: o campo que repudia o ataque à padroeira tem 60% da exposição e nenhuma peça de mobilização — nenhum pedido de voto, nenhuma convocação, nenhuma assinatura. Indignação sem endereço eleitoral evapora.

Há uma hipótese alternativa que os dados não descartam: a de que a chave materna não seja uma escolha retórica dos dois lados, mas o formato em que o assunto circula — a santa como mãe é o que permite falar dela sem falar de teologia, e é por isso que a devoção sem posicionamento, com 5% da exposição, aparece justamente no perfil oficial do santuário, rezando a novena, alheia à briga.

Se for assim, o campo que repudia o ataque à santa e a quem o atribui não está diante de uma onda que possa cavalgar, e sim de um vocabulário que ele usa e que o usa de volta: cada "mãezinha" que se escreve para defender Aparecida reforça o enquadramento doméstico em que a disputa se dá, e nesse enquadramento a fé não se converte em voto — converte-se em comoção.

Para quem aconselha, a ordem é clara: entrar na defesa da padroeira com nome, projeto e consequência, antes que a mãe do Brasil seja apenas o lugar onde todos se comovem e ninguém se compromete.

A ligação entre o ataque e o desrespeito às mulheres também aparece nos dados, com uma nuance que importa. As publicações que associam a família Bolsonaro a mulheres e a mães somam cerca de 4% do caso e 10% do engajamento, duas vezes e meia a média, e o motor é uma frase: "A família miliciana odeia

tanto mulher preta, que resolveu atacar Nossa Senhora Aparecida", do humorista Antonio Tabet, a mesma que desencadeou a disputa judicial. Ao lado dela circula o vídeo, noticiado pelo UOL, do pastor da igreja que Flávio frequenta, que teria chamado a santa de preta em tom de ataque. O agravo que o debate lê é o de raça e maternidade — uma mãe negra desrespeitada —, e não o da misoginia declarada: acusações explícitas de machismo não chegam a meio por cento do caso. A pesquisa qualitativa ajuda a entender por que a frase pegou: para quem se vê representada em Nossa Senhora, ofender a mãe negra é ofender a própria mãe.

Resta explicar por que um boato falso pegou. A atribuição a Flávio é falsa: não há projeto dele com esse objetivo. Mas o boato é falso na autoria e verossímil no enredo, por dois motivos. O autor real do projeto de 2007, Victório Galli Filho, apoia hoje a candidatura presidencial de Flávio. E a ofensa encosta numa memória que não é inventada: no mesmo 28 de setembro, a Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo ligado à CNBB, entregou aos bispos um relatório com 58 episódios de ataques da extrema direita contra católicos desde 2018 — ameaças, intimidação durante celebrações, declarações ofensivas em casas legislativas, monitoramento de bispos —, e a Igreja acompanha desde 2019 o que chama de teologia do domínio, com registros de imagens religiosas quebradas, terreiros queimados e a acusação de idolatria dirigida ao culto mariano. As redes carregam essa memória em voz própria: a santa que "já jogaram no chão" e "já chutaram ao vivo na TV", o povo de terreiro que diz que "eles querem silenciar os nossos tambores". Para quem vive a fé nas fronteiras fluidas que a pesquisa qualitativa descreve, o boato não soou como invenção, soou como continuação. A implicação para a campanha é dupla: não repetir a atribuição falsa, que dá a Flávio o papel de caluniado, e falar do padrão documentado de intolerância e do autor real, que dá à defesa da santa um objeto verdadeiro.

O segundo achado, a fé sem fronteira, aparece nas redes como linguagem de união. As publicações que defendem a padroeira em nome de mais de uma crença chamam católicos, evangélicos, espíritas e umbandistas de irmãos; o povo de matriz africana diz que "respeita Nossa Senhora Aparecida"; umbandistas e espíritas afirmam que "também admiramos"; e há vozes que pedem separar os milhões de evangélicos que convivem com respeito do pastor que ofende. Em volume, são poucas — a defesa da santa por evangélicos em primeira pessoa é tão rara nas redes quanto a voz da mãe —, mas falam no registro que a quali indica como o mais eficaz, o do pertencimento, e não o da denúncia. O outro campo percebeu o terreno: a acusação de que a primeira-dama "usa a imagem" da santa porque já esteve num evento de candomblé tenta converter o trânsito religioso em hipocrisia.

63 · Fé sem fronteira: evangélicos, espíritas e matrizes africanas que defendem a padroeira

Ordenadas por interações no recorte do quadro.

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
1	a nossa senhora aparecida unindo os católicos, ateus, agnósticos, macumbeiros, espíritas, evangelicos não reacionários tudo a favor do lula https://t.co/svOY6QQ2z8 gui · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ESPERANÇA · ALEGRIA	32.416	191.100

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
2	O POVO DE MATRIZ AFRICANA RESPEITA NOSSA SENHORA APARECIDA https://t.co/7bHDKABuGg Wander 🦋💎👤🔥 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO	18.681	258.936
3	Rapaz, que LAPADA do Alckmin em defesa de Nossa Senhora Aparecida e da liberdade de crença: "Repudiamos qualquer tentativa de tirar o título de Nossa Senhora, padroeira do Brasil. Enquanto eu e o presidente Lula... Lázaro Rosa BR · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 POSITIVO · INDIGNAÇÃO · ORGULHO	13.945	47.309
4	Segundo o senso de 2022, no Brasil há entre 80 e 95 milhões de católicos aptos a votarem. E tem mais, nós umbandistas e espíritas também admiramos e respeitamos Nossa Senhora Aparecida. Ninguém mexe com... Eveline Fonteles. · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ORGULHO · ESPERANÇA	8.883	39.671
5	A pessoa q trouxe a tona esse babado q os crente e os Bolsonaro quer tirar Nossa Senhora de Padroeira do Brasil fez um grande feito em. https://t.co/GGMbKYIC7C SARY 🚩 · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · SURPRESA	6.518	36.274
6	No meio da polêmica que voltou a circular sobre evangélicos e o título de Padroeira de Nossa Senhora Aparecida, essa cena da novela veio à tona. A imagem surge das águas: negra, pequena, silenciosa. E a pergunta vem se... Rê Santos · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-26 POSITIVO · ESPERANÇA · ORGULHO	6.158	61.659
7	Ai gente poso falar ??? Impossível SER BRASILEIRO criado aqui no Brasil e não sentir um sentimento bom vendo nossa senhora aparecida, seja ateu, crente, umbandista, qualquer religião, na minha cabeça todos nós... Jão^{TS} · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-26 POSITIVO · ORGULHO · ALEGRIA	2.798	28.457
8	🔔 "EU QUERO QUE TODAS AS RELIGIÕES SE RESPEITEM!" Presidente comentou polêmica envolvendo Nossa Senhora Aparecida, lembrou episódios de desrespeito à padroeira no passado e defendeu respeito a... Muka 🇧🇷 · Influenciador · Twitter/X · 2026-09-28 POSITIVO	1.790	8.578

#	PUBLICAÇÃO	INTERAÇÕES ▾	ALCANCE
9	Que Nossa Senhora Aparecida proteja o Brasil. Que todos os santos e todos os orixás, juntos, nos guiem pela democracia e pela soberania. Livres, pra sempre, do fascismo e do fundamentalismo religioso. TALÍRIA 5077 · Político · Twitter/X · 2026-09-27 POSITIVO · ESPERANÇA	1.568	7.718
10	A esquerda defende o Estado laico, a liberdade religiosa e o respeito a todas as crenças! Católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas e quem não professa nenhuma religião têm os mesmos... Jani_Valverde · Usuário genérico · Twitter/X · 2026-09-25 POSITIVO · ORGULHO	1.541	4.638

Este gráfico mede uma coisa muito específica: a exposição das publicações que afirmam Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e que, ao fazê-lo, põem na mesma frase evangélicos, umbandistas, candomblecistas, espíritas, terreiros, orixás, ateus ou quem não professa fé. E o que ele mostra é que essa gramática da pluralidade foi o veículo mais eficiente do episódio. A publicação mais engajada do recorte soma 32.416 interações, pouco mais de um terço de todo o engajamento aqui reunido, e o seu argumento é uma lista: católicos, ateus, agnósticos, macumbeiros, espíritas e evangélicos não reacionários, todos a favor de Lula (PT).

A lista faz três coisas ao mesmo tempo — recolhe o termo que nasceu como ofensa, "macumbeiro", e o promove a lugar de pertencimento; abre uma porta de saída para o evangélico que não quer ser confundido com o bolsonarismo; e amarra o conjunto ao voto.

A segunda colocada, com 18.681 interações, é ainda mais seca e mais defensiva: em caixa alta, afirma que o povo de matriz africana respeita a padroeira. Juntas, as duas primeiras respondem por 54% do engajamento do recorte; as três primeiras, por 69%. Para quem aconselha, o recado é duro para a rotina de gabinete: o ativo mais valioso deste episódio não saiu de uma fala oficial, saiu da capacidade de uma base enunciar a devoção majoritária do país de um jeito que ninguém se sinta expulso dela.

O terceiro lugar, com 13.945 interações, é a única peça institucional no pódio, e chega por via indireta: um influenciador replica a fala de Geraldo Alckmin (PSB), candidato a vice-presidente, repudiando qualquer tentativa de retirar de Nossa Senhora o título de padroeira e prometendo que, enquanto ele e Lula estiverem governando, as tradições religiosas estarão protegidas.

No MAPAM®, o Modelo de Análise de Papéis Actancial-Morais, que identifica os papéis que quem publica atribui a quem é citado — vítima, agressor, protetor, reparador, comunidade, estrutura —, o vice aparece como protetor, e o povo de matriz africana, na segunda colocada, aparece como comunidade que zela pela santa em vez de vítima da intolerância que costuma atingi-lo: é uma troca de posição no enredo, e não um detalhe retórico.

A comparação interna mais reveladora está logo abaixo. A mesma voz do governo, quando o presidente diz que todas as religiões devem se respeitar, alcança 1.790 interações — quase oito vezes menos que a versão do vice carregada por um perfil de fora do Estado. O protetor funciona quando fala emprestado; e fun-

ciona mais quando a fala vem com o gesto de defesa, não com o princípio abstrato. A implicação é operacional: em vez de multiplicar declarações próprias, o campo do governo ganha mais transferindo fórmulas e material a quem já fala por ele do que ocupando o palanque.

Há, no meio da lista, um fio que puxa o episódio para a estética e para a memória: a publicação que recupera a imagem que surge das águas, negra, pequena, silenciosa, e transforma o silêncio em pergunta; e a que invoca, na mesma frase, todos os santos e todos os orixás, juntos, para guiar o país pela democracia e pela soberania, livres do fascismo e do fundamentalismo religioso, com 1.568 interações.

Na Teoria das Fundações Morais, que mede quais fundações morais um texto aciona, o que aparece com força é o polo virtuoso da liberdade contra o vício da opressão — e, na origem negra e pobre da imagem, o cuidado com a mãe dos que não têm poder.

O risco está do outro lado do mesmo recorte: uma das publicações mais engajadas, com 6.518 interações, credita a quem levantou o assunto o mérito de ter exposto que "os crente e os Bolsonaro" querem tirar o título de padroeira. Ali o evangélico deixa de ser o convidado da lista e volta a ser o bloco adversário. Se essa versão prevalecer sobre a do "não reacionário", o campo progressista entrega de volta ao adversário exatamente o eleitorado que a publicação mais engajada do período havia aberto para receber.

Enquanto isso, a formulação estritamente republicana — Estado laico, liberdade religiosa, mesmos direitos para católicos, evangélicos, espíritas, umbandistas, candomblecistas e para quem não professa fé alguma, com a assinatura do voto — ocupa o último lugar, com 1.541 interações, cerca de 1,6% do engajamento do recorte. A lista de pertencimento rende vinte e uma vezes mais do que o princípio legal. As duas publicações de vocabulário mais jurídico e mais cívico, somadas, não chegam a 4% da exposição, contra 54% das duas primeiras. Isso não desqualifica o argumento laico: mostra que ele funciona como garantia institucional, não como apelo.

Quem transforma a laicidade em grito de campanha entrega ao adversário o enquadramento de que o campo progressista quer apagar a fé do espaço público; quem a mantém como cláusula de proteção e entra pela devoção, pela mãe negra dos pescadores e pela lista que acolhe, ocupa o centro do feriado nacional — e aí a defesa de Aparecida deixa de ser concessão e passa a ser território próprio.

Há ainda um corte que organiza tudo o que foi dito: as publicações que amarram a defesa da padroeira ao governo ou ao voto respondem por pouco mais de 60% do engajamento do recorte, e as que ficam na devoção, na identidade nacional e na memória — sem nomear palanque — respondem por quase 40%. É esse segundo bloco que circula entre quem não tem posição consolidada, e é nele que mora a permeabilidade: a devoção viaja sem a marca eleitoral colada, o que a torna útil fora do próprio campo.

A hipótese alternativa é simples e obriga prudência na leitura de toda essa intensidade: o engajamento pode estar medindo a celebração de um campo já decidido, excitado pela polêmica judicial em torno da censura à piada sobre a santa, e não a conversão de ninguém.

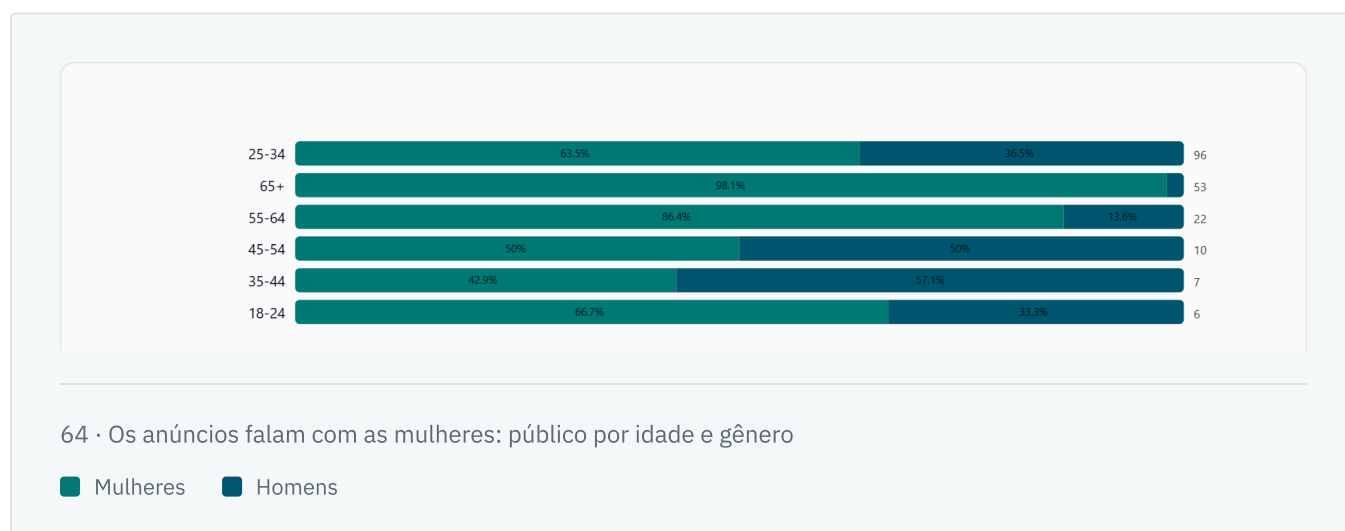
Se fosse conversão, o vocabulário da união apareceria entre autores sem posicionamento declarado; como o que se vê são perfis claramente posicionados, o mais provável é que a lista esteja consolidando um público que já estava ali — o que não é pouco, porque consolidação de base é a condição de qualquer virada, mas é menos do que parece.

A ordem de prioridade, então, se escreve assim. Primeiro, preservar e replicar a fórmula da enumeração, com o modificador que a salva: "evangélicos não reacionários" é a peça que impede a campanha de declarar guerra a milhões de eleitores evangélicos enquanto pede o voto deles. Segundo, transformar a fala protetora do vice em entrega com nome, assinatura, lugar e número — o repúdio a quem quer retirar o título só vira posse quando existe um ato reconhecendo o culto e a festa como patrimônio, e a exposição que hoje premia a promessa passará a premiar o feito.

Terceiro, armar a base para carregar a mensagem, porque no recorte a voz institucional rende quase oito vezes menos que a mesma voz emprestada a um influenciador.

Quarto, e com data marcada: o dia da padroeira, 12 de outubro, cai entre o primeiro turno, em 4 de outubro, e o segundo, em 25. Não é uma data de devoção no calendário religioso apenas — é uma data no meio da eleição, quando o campo que tiver mantido a padroeira como casa comum, e não como bandeira de um lado, chega ao eleitor evangélico, espírita, umbandista e católico com uma linguagem que já provou circular: a que não pergunta a que igreja ele pertence antes de dizer que a mãe é de todos.

Nos anúncios, o público é feminino, e o dinheiro, até aqui, é do outro campo. Entre as peças do caso cujo público dominante a Meta declara, três em cada quatro são entregues sobretudo a mulheres, concentradas entre as de 25 a 34 anos e as de 65 ou mais — as idades da mãe jovem e da avó; na faixa de 65 ou mais, quase todas as peças vão a mulheres. E a única campanha paga que usa a santa como mãe é a do comitê de Guilherme Piai (Republicanos-SP), candidato a deputado federal: a imagem da "Mãezinha" no colo do candidato e o texto que chama de "fake news" a atribuição do projeto a Flávio. O campo de Flávio já compra, na chave materna, a tese da mentira; o campo de Lula não tem peça paga nessa chave.



Três quartos dos anúncios do caso foram comprados para mulheres, e o gráfico diz exatamente quais. Cada barra mede uma faixa de idade e soma cem por cento entre mulheres e homens, de modo que o que está em jogo é o perfil interno de cada faixa, e não o seu tamanho. Feita a conta, 74% dos anúncios do caso se dirigem a mulheres, contra 26% a homens.

A distribuição por idade, porém, não desenha uma curva suave: concentra quase metade do investimento na faixa de 25 a 34 anos e mais de um quarto na de 65 ou mais. Quem comprou essa polêmica comprou mulher — e comprou mulher em duas idades muito precisas, o que não é acaso nem desleixo.

As duas pontas explicam o resto. Na faixa de 65 anos ou mais, 98% dos anúncios vão para mulheres, o que faz dessa a única barra praticamente monótona do gráfico; de 55 a 64, elas respondem por 86%. Aos 25 a 34, faixa que reúne o maior número de anúncios, a fatia feminina recua a 63% e deixa mais de um terço aos homens, sinal de peça de apelo mais largo. Nas faixas do meio, o quadro se desfaz: de 45 a 54 a divisão é exata, meio a meio, e de 35 a 44 ela pende levemente para os homens.

Olhando por dentro do público feminino, 42% dos anúncios dirigidos a mulheres vão para as de 25 a 34 anos e 36% para as de 65 ou mais; somadas as duas faixas a partir dos 55, chega-se a quase metade desse investimento.

Vale saber quem paga a conta. Os comitês que mais anunciam no caso — entre eles os ligados a Guilherme Piai (REPUBLICANOS-SP) e a Frederico Barbeitos (Novo-MG) — aparecem no polo de repúdio, mas o repúdio deles é à suposta mentira contra Flávio Bolsonaro (PL), e não ao projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira.

O que se compra ali é a mulher devota como destinatária da tese da mentira: a de 65 ou mais, para quem a ofensa à padroeira é assunto de família, e a de 25 a 34, que faz o assunto circular.

Para Lula, a implicação é imediata. O gesto de Belém, em 28 de setembro, quando ergueu a imagem de Nossa Senhora de Nazaré e disse que ninguém vai avacalhar com Nossa Senhora Aparecida, foi discurso de ocupação — e discurso de ocupação sem entrega correspondente é homilia, não campanha.

Cabe a hipótese contrária, e ela é razoável: o público medido aqui é o que a Meta declara como efetivamente alcançado, não o alvo que o anunciante escolheu no painel. A concentração pode vir de otimização de entrega, que encontrou nas mulheres receptividade mais barata, sem que ninguém tenha deliberado falar a elas. Se for esse o caso, não há estratégia de gênero nesses anúncios, há entropia de mídia.

O efeito, contudo, é idêntico: a mensagem paga sobre o caso chega sobretudo a mulheres, e chega primeiro às duas pontas do eleitorado feminino. Convém lembrar que a CNBB já declarou, em nota, que não integra estrutura político-partidária — o que fixa o limite de tom para quem quiser entrar nesse terreno.

A recomendação segue a ordem do que os números mostram. Primeiro, falar da padroeira como católico, e não sobre os católicos, sem intermediário que traduza a fé alheia. Segundo, mirar as faixas de 35 a 54 anos, que neste investimento aparecem praticamente vazias — de 45 a 54 dividida ao meio e de 35 a 44 pendendo aos homens: são as mães e trabalhadoras, o centro do eleitorado feminino, e ninguém o ocupou. Terceiro, não gastar com homem de 25 a 34 em tema devocional; não é o público natural da mensagem.

O risco está no silêncio: a faixa de 65 anos ou mais, quase só feminina, está sendo alcançada pela narrativa de que Flávio foi vítima de uma mentira, e ninguém do outro campo fala com ela no pago. O gráfico, no fim, diz uma coisa só: a operação já escolheu com quem falar, e escolheu falar com quem a esquerda deveria estar falando.

ELEIÇÃO 2026 GUILHERME
PIAI SILVA FILIZZOLA
DEPUTADO FEDERAL

95,7%

115

65 · A chave materna nos anúncios: quem paga para falar da Mãezinha

■ Oposição ■ Apoio

A pergunta deste gráfico é estreita e reveladora: entre os anúncios pagos da Meta que tocam no caso da padroeira, quem compra a imagem da santa como mãe, e para dizer o quê. A resposta é quase monofônica. Todos os anúncios deste recorte vêm de um único financiador, o comitê de Guilherme Piai Silva Filizzola (Republicanos-SP), candidato a deputado federal, e quase todos (96%) saem no polo de repúdio — repúdio à suposta mentira contra o candidato do PL à Presidência —, contra 4% de defesa da padroeira.

Não há terceiro polo, não há neutro, não há disputa: há um anunciante só, comprando a associação entre a Mãezinha e a própria candidatura, e o faz quase inteiramente pelo avesso — negando uma fake news que o ataca.

O trecho que se repete nas duas células é o mesmo, e isso é o achado. "A fé merece respeito. E a verdade também. Hoje em Alfredo Marcondes, tive a alegria de ter no colo a imagem de Nossa Senhora Aparecida, nossa Mãezinha e Padroeira do Brasil. Nos últimos dias, uma fake news tentou transformar a fé dos brasileiros em instrumento de disputa política, atribuindo a Flávio Bolsonaro uma proposta que não existe." — o anúncio não defende a padroeira de um projeto de lei; defende o candidato de uma acusação. A imagem da santa como mãe entra como prova de devoção pessoal, e o gatilho é a desinformação que circulou contra ele.

O repúdio, aqui, não é ao PL 2.623/2007 de Victório Galli Filho (PP-MT), arquivado desde 2008, nem à decisão de André Mendonça, nem a Flávio Bolsonaro (PL): é repúdio à fake news que teria atingido o próprio anunciante. O polo que o gráfico mede é autorreferente — o candidato como vítima e como devoto ao mesmo tempo.

Isso importa para a leitura de posicionamento porque o rótulo mente se lido em abstrato. O que esses anúncios rejeitam é a mentira atribuída a terceiros sobre a relação do candidato com a santa; o que afirmam é a fé católica dele e, por extensão, a legitimidade de sua candidatura. A defesa da padroeira como símbolo nacional — o objeto que mobiliza o debate inteiro — aparece como pano de fundo, não como causa. Quem paga quer comprar a imagem de mãe para si, não para a santa. É publicidade de pertencimento religioso disfarçada de retificação.

Na chave da abordagem pedida — quem compra a imagem da santa como mãe e para dizer o quê —, a resposta é: compra um candidato do Republicanos de São Paulo, e diz que ele é filho devoto, vítima de calúnia, e que a fé dele merece respeito. A Mãezinha funciona como fiadora moral de uma narrativa de perseguição. Não há programa, não há assinatura de compromisso com a padroeira, não há entrega nomeada: há a foto com a imagem no colo e a acusação de fake news. Pela régua do teste do objeto, isso é pertencimento, não entrega — e pertencimento religioso, no eleitorado católico, vale voto.

Hipótese alternativa, e vale considerá-la: talvez o volume de repúdio não seja estratégia, mas reação. O candidato foi alvo de uma peça falsa, e o anúncio é defesa proporcional. Nesse caso, o 96% de repúdio mede a intensidade do ataque sofrido, não a agressividade do anunciante. Ainda assim, o efeito é o mesmo: a santa vira escudo, e o nome do candidato aparece colado à padroeira num contexto de vitimização.

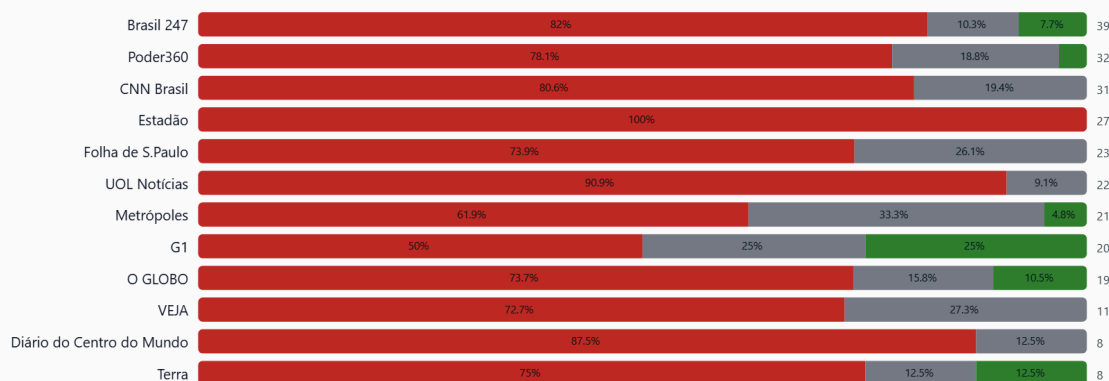
Para quem aconselha Lula e a esquerda, o dado é claro. O campo progressista não está comprando essa imagem — na chave materna não há anúncio seu, e o silêncio é oportunidade e risco.

Oportunidade: a esquerda pode ocupar o terreno da defesa da padroeira e da fé popular sem intermediário, como Lula fez em Belém ao erguer Nossa Senhora de Nazaré. Risco: deixar que a direita seja a única a falar de mãe, de fé e de família em anúncio pago, enquanto a esquerda fala de projeto de lei e de decisão judicial. A prioridade é uma só: entrar nesse terreno com nome, rosto e devoção, antes que a associação entre a Mãezinha e a direita se consolide como senso comum.

Para a campanha de Lula, a leitura combinada aponta uma linha de atuação que não passa pelo embate com evangélicos: proteger as mães, proteger Nossa Senhora, proteger as mulheres e todas as santas do Brasil e da Igreja. É uma pauta de cuidado, e não de acusação, que fala à mulher evangélica sem lhe pedir que renegue a própria igreja — não a obriga a escolher entre o culto de domingo e a mãe e a avó que a ensinaram a rezar. É também uma pauta de brasilidade, que fala ao umbandista, ao espírita e a quem não tem religião. É o terreno em que Lula já aparece como protetor e em que o adversário entra sobretudo para negar a acusação, e não para falar das mães. O risco a evitar é o inverso: transformar a defesa da santa em ataque aos evangélicos devolveria a Flávio o papel de vítima e empurraria para o outro lado justamente as mulheres que a pesquisa mostra em trânsito.

A IMPRENSA E O DINHEIRO PAGO: O CIRCUITO PROFISSIONAL E O PAGO

O noticiário que cita o caso é, ele mesmo, um noticiário de tom negativo, e por margem larga: cerca de três quartos das matérias carregam valência negativa, contra um quinto de tom neutro e uma fração mínima em registro positivo. O negativo não recai sobre Nossa Senhora, e sim sobre o litígio em torno dela — o projeto, a reação, o vaivém de decisões, a nota da CNBB. A cobertura é concentrada, e veículo a veículo a composição interna muda: a negatividade é integral em alguns, beira nove em cada dez em outros, e amacia onde entra a religião, com o g1 respondendo pela maior fatia do pouco que saiu em registro positivo. Uma imprensa que converteu uma polêmica religiosa em caso judicial: não é o púlpito que domina o noticiário, é o plenário.



10 · A imprensa: tom de cada veículo

■ Negativo ■ Neutro ■ Positivo

O noticiário que cita a polêmica é, ele mesmo, de tom negativo, e por margem larga: três quartos das matérias que mencionam o caso carregam valência negativa, o sentimento geral do texto, contra um quinto de tom neutro ou informativo e menos de um vigésimo em registro positivo. O negativo não recai sobre Nossa Senhora, e sim sobre o litígio em torno dela: o projeto que retiraria de Aparecida o título de padroeira, a reação de Flávio Bolsonaro (PL), o vaivém de decisões no Supremo e a nota da CNBB. E o material é concentrado: cinco veículos respondem por quase metade de tudo o que se publicou sobre o caso, e os dez primeiros por três quartos do total.

Veículo a veículo, a composição interna muda de figura. No Estadão a negatividade é integral; em UOL Notícias beira nove em cada dez matérias; em Poder360, CNN Brasil e Brasil 247 fica acima de oito em cada dez, com Brasil 247 liderando também o volume. São os veículos do noticiário político duro, e o que eles cobrem é exatamente isso: André Mendonça, Flávio Dino e Luiz Fux, o recurso da campanha ao plenário, a acusação sem prova à CNBB. O tom amacia onde entra a religião: em Metrôpoles o negativo cai para cerca de seis em cada dez, e no g1 para a metade, com o g1 respondendo por quase metade de tudo o que saiu em registro positivo no período.

A leitura que interessa a quem aconselha Lula começa aí. Quando o tom dos veículos diverge do tom da conversa social, a explicação costuma estar nesta camada, e o que os números mostram é uma imprensa que converteu uma polêmica religiosa em caso judicial: não é o púlpito que domina o noticiário, é o plenário. O ativo moral e emocional que a esquerda tem nas mãos — a padroeira, a fé, a imagem da santa ladeada pelo presidente, o Santuário — existe e é real, mas ocupa uma faixa estreitíssima; o g1 prova que essa faixa rende quando é trabalhada. Três quartos de negativo significam que o noticiário queima sua força em desgaste institucional, e nesse desgaste não aparece só Flávio: aparecem o Supremo, a CNBB e quem se puser no meio deles.

Daí a ordem de prioridade. Primeiro, ocupar e alargar a faixa positiva: ela é viável, devocional, ancorada no Santuário e na tradição, e é o único terreno em que o campo do governo entra sem adversário à altura. Segundo, recusar o convite ao ringue judicial: entrar na briga entre Mendonça, Dino e Fux, ou endossar a acu-

sação à CNBB, é aceitar um enquadramento em que o governo vira parte do tumulto, e tumulto não converte devoção. Terceiro, cuidar do verbo: a frase de que ninguém avacalharia com Nossa Senhora Aparecida enquanto Lula for presidente tende a ser lida como defesa da santa na faixa devocional e como declaração polêmica na faixa negativa; o mesmo enunciado muda de sinal conforme a editoria, e quem quer ganhar os católicos deve afirmar a padroeira por gesto e presença, não por ameaça na primeira pessoa.

Na publicidade paga, o repúdio domina, e os trechos das peças dizem a quê: não ao projeto, mas à suposta mentira contra Flávio. Dois comitês de candidatos a deputado federal — o de Guilherme Piai (Republicanos-SP) e o de Frederico Barbeitos (Novo-MG) — respondem juntos por cerca de três quartos dos anúncios do caso, com peças que exibem a santa e denunciam "uma fake" ("a fé merece respeito. E a verdade também"; "estão tentando usar de Nossa Senhora Aparecida para enganar você, católico. Aqui não!"). A defesa da padroeira pela esquerda — "com a nossa padroeira não se brinca", de Erika Kokay (PT-DF), candidata ao Senado — aparece em peças isoladas, numa cauda de candidaturas proporcionais que comprem pouco e falam para o próprio curral eleitoral. O anúncio mais repetido do caso é a versão paga do Flávio vítima. Anúncio é intenção registrada: quem paga, paga porque quer que aquela frase circule entre eleitores escolhidos.



56 · Quem paga para falar do caso: financiadores de anúncios — apoio = afirmação e defesa — de Nossa Senhora como padroeira, da fé católica ou de um ator (inclui Flávio negando o projeto); oposição = repúdio e denúncia — ao projeto de lei, a Flávio e ao bolsonarismo, à decisão de Mendonça ou ao PT pela suposta mentira

■ Oposição ■ Apoio ■ Neutro informativo

O gráfico mede quem paga anúncios políticos na Meta sobre o caso da padroeira, aberto pelo posicionamento de cada peça. O primeiro cuidado é dizer o que o polo de repúdio significa aqui, porque ele junta objetos de trincheiras opostas: o repúdio ao projeto que tiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira e o repúdio à suposta mentira que atribuiu esse projeto a Flávio Bolsonaro. Os trechos das peças resolvem a dúvida, e no dinheiro pago o repúdio dominante é o segundo. Dois comitês de candidatos a deputado federal respondem juntos por cerca de três quartos dos anúncios do caso — o de Guilherme Piai (Republicanos-SP), com mais da metade, e o de Frederico Barbeitos (Novo-MG), com cerca de um sexto —, e ambos

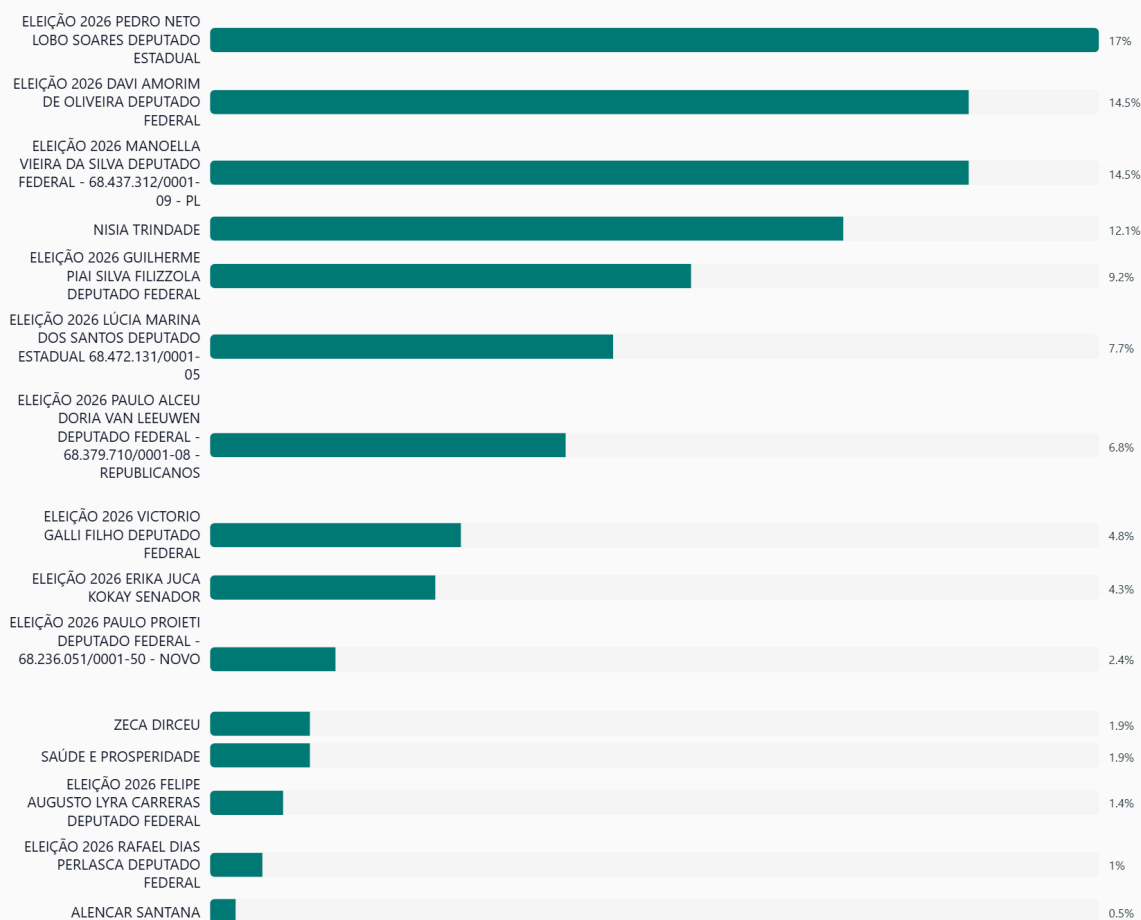
repudiam a mentira, não o projeto: "a fé merece respeito. E a verdade também", diz a peça de Piaí, que mostra a imagem da santa no colo do candidato e denuncia "uma fake" dos últimos dias; "estão tentando usar de Nossa Senhora Aparecida para enganar você, católico. Aqui não!", diz a de Barbeitos.

A defesa da padroeira pelo campo da esquerda aparece em peças isoladas. A de maior presença é a de Erika Kokay (PT-DF), candidata ao Senado — "Nossa Senhora Aparecida pertence ao povo brasileiro. Com a nossa padroeira não se brinca" —, com cerca de 3% dos anúncios; o restante é uma cauda de candidaturas proporcionais, à direita e à esquerda, cada uma com uma ou duas peças, episódios que não se interpretam um a um. O próprio Piaí também aparece no polo de afirmação, com a mesma peça: é o mesmo gesto, a devoção exibida para desmentir a acusação.

O achado inverte a leitura apressada. O dinheiro mais organizado do caso não denuncia o bolsonarismo: vende a tese de que Flávio foi vítima de uma mentira, na voz de candidatos a deputado que se põem ao lado da santa. É a versão paga do papel de vítima que o MAPAM® registra crescendo em torno de Flávio. E a tese não é comprada pela campanha presidencial: é terceirizada à cauda parlamentar de partidos próximos ao candidato, o que poupa o candidato do custo de anunciar sobre religião e multiplica a mensagem por comitês locais.

Para Lula e a esquerda, a consequência é dupla. Primeiro, não confundir volume de repúdio com adesão à denúncia do projeto: a maior parte do repúdio pago é repúdio a quem supostamente mentiu sobre Flávio. Segundo, a disputa que vale não é pela acusação, é pela devoção: o anúncio que o outro campo compra mostra a santa no colo do candidato; responder com ataque confirma a tese da mentira, e responder com afirmação — a padroeira é do povo, com a fé não se brinca — ocupa o mesmo terreno sem entregar a Flávio o papel de vítima.

O valor, porém, desmente a aparência de disputa robusta. Somados os pisos das faixas declaradas — que a plataforma informa como intervalo, de modo que o gasto real é no mínimo esse —, os anúncios que acionam a padroeira, o projeto que lhe retiraria o título e o post do humorista não chegam a doze mil reais. Os partidos que orbitam o candidato somam cerca de dois terços do piso, a esquerda entra com um quinto, e nenhum financiador ligado à campanha presidencial aparece entre os pagantes: o dono do episódio não compra o episódio. Não é falta de caixa, é cálculo — deixar o assunto morrer por falta de combustível.



57 · Quanto se investe: gasto declarado por financiador (piso da faixa)

O dinheiro que compra o assunto da padroeira não sai da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro: sai da cauda parlamentar que o sustenta, e sai barato. Somados os pisos das faixas declaradas à Meta — que informa intervalos, nunca o valor exato, de modo que o piso é a leitura conservadora e o gasto real é, no mínimo, esse —, os anúncios que acionam Nossa Senhora Aparecida, o projeto que lhe retiraria o título de padroeira e o post do humorista Antonio Tabet, com a ordem de remoção e a expressão "família miliciana", chegam a R\$ 11,4 mil. Pedro Neto Lobo Soares (Republicanos-CE), deputado estadual, responde por 26% do total, com R\$ 3 mil; Guilherme Piai Silva Filizzola (Republicanos-SP), deputado federal, por 17%, com R\$ 1,9 mil; Davi Amorim de Oliveira (PP-SP), deputado federal, por 13%, com R\$ 1,5 mil. Os três perfazem 56% do que se gasta para aparecer nesse assunto.

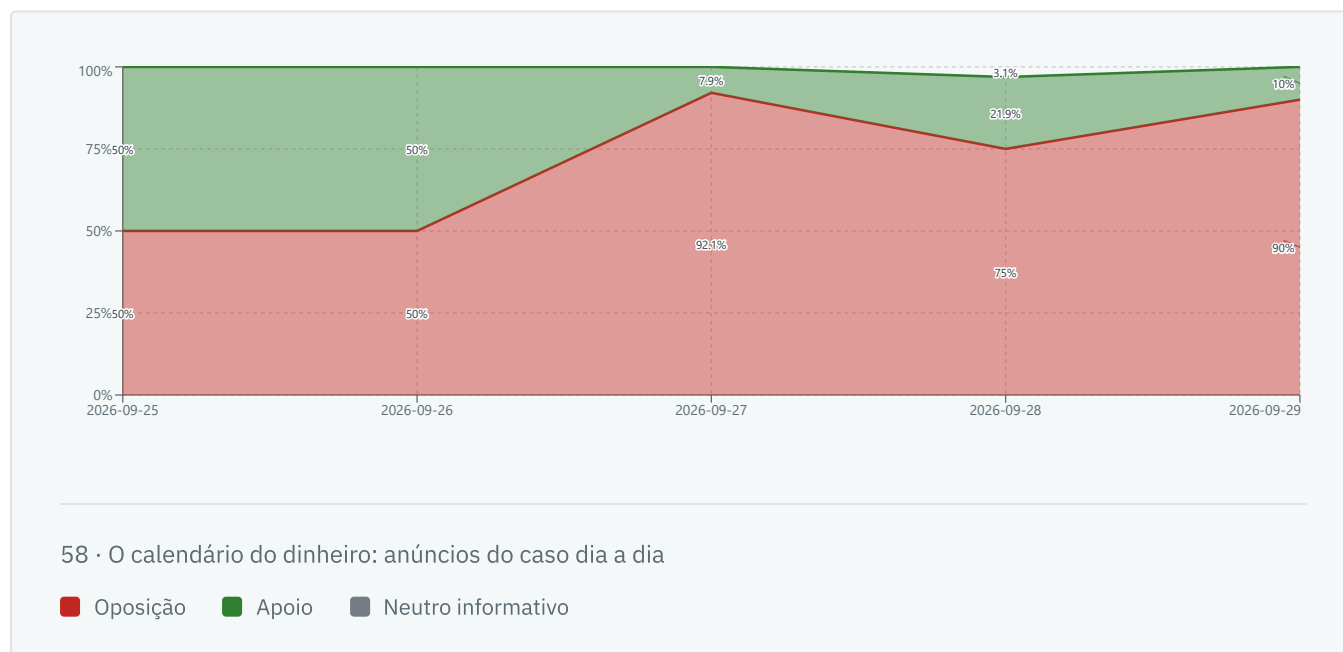
Do outro lado, a esquerda entra com 21%: Lucia Marina dos Santos (PT-RJ), 11%; Erika Kokay (PT-DF), candidata ao Senado, 8%; Rafael Perlasca (PSOL-RS), 2%. Manoella Vieira da Silva (PL-SC) fica com 11%, Paulo Proietti (NOVO-SP) com 4%, e um financiador que não é nome de candidatura — Saúde e Prosperidade — com 3,5%; na cauda, meia dúzia de assinaturas de R\$ 100 completa 4,4%, e uma última registra

piso zero. Os partidos que orbitam Flávio Bolsonaro — Republicanos, PP e PL — somam 67% do piso, a esquerda inteira soma 21%, e o restante se dispersa. O caso virou peça de campanha de deputado, não de campanha presidencial, e quem dele se aproxima paga pouco.

O campo que tem o dono do episódio não compra o episódio. Nenhum financiador ligado à campanha presidencial aparece entre os pagantes; o PL comparece por uma deputada federal, não pelo presidenciável. Não é falta de caixa — é cálculo: deixar o assunto morrer por falta de combustível e não fabricar peça publicitária que o repita a cada impressão. O silêncio de Flávio no mercado pago não é ausência, é escolha, e quem lê o jogo pelo gasto enxerga um adversário que aposta na naturalidade do esquecimento.

Para quem aconselha Lula e a esquerda, a ordem é esta. Antes de tudo, comprar afirmação, nunca ataque: anúncio que defenda Nossa Senhora Aparecida como padroeira e repudie o projeto que lhe retira o título — e jamais peça que use a santa para bater em Flávio, erro que converteria devoto em defensor do adversário. Depois, marcar 12 de outubro, dia da padroeira, como janela própria, antes que ela seja território de quem já paga por ele. Em seguida, tratar o valor como sinal e não como teto: R\$ 11,4 mil de piso para um assunto que mobilizou STF, CNBB e campanha presidencial significa que o terreno está desocupado e barato — a oportunidade é de quem chegar primeiro com verba séria, e o risco é chegar tarde com a esquerda já posicionada como quem apenas reage, jamais como quem defende.

No calendário do dinheiro, o repúdio é o registro dominante — e, no pico, é sobretudo o repúdio pago à suposta mentira contra Flávio, dos dois comitês que mais anunciam. O volume é um punhado de anúncios até 24 de setembro; em 25 e 26, repúdio e defesa da padroeira dividem o dia quase meio a meio; em 27, quando a ordem é revogada e a CNBB responde, o repúdio dispara para nove em cada dez anúncios daquele dia. As duas datas concentram quase todo o investimento: a janela paga dura 48 horas e abre e fecha com o ato judicial.



No que o caso da padroeira virou na publicidade paga, o repúdio é o registro dominante: 82% dos anúncios repudiam — o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, Flávio Bolsonaro, candidato do PL à Presidência, o bolsonarismo, a decisão judicial que mandou retirar do ar o post

do humorista Antonio Tabet, ou o PT pela suposta mentira. Outros 17% afirmam: defendem a padroeira, a fé católica ou um ator envolvido, versão em que se inclui a negativa de que o projeto exista. Um 1% se mantém no registro informativo. Mas atenção: o repúdio é o registro, não o lado — o polo junta objetos de trincheiras opostas, e os trechos das peças mostram qual prevalece no dinheiro: o repúdio à suposta mentira contra Flávio, que os dois comitês que mais anunciam, de Guilherme Piai (Republicanos-SP) e de Frederico Barbeitos (Novo-MG), compram com a imagem da santa. Quem lê os 82% como denúncia do projeto erra o alvo, e é esse o primeiro erro que a assessoria não pode cometer.

O calendário mostra como esse dinheiro entrou. Até 24 de setembro, quando o projeto circula, o volume é um punhado de anúncios e não se interpreta. No dia 25, em que Flávio nega a história e o ministro manda remover o post, o repúdio — ao projeto ou à suposta mentira contra Flávio — fica com 60% dos anúncios do dia contra 40% da defesa da padroeira e de atores; no 26, a paridade é quase exata, 53% a 47%, com os dois registros comprando espaço no mesmo ritmo. No 27, quando a ordem é revogada e a CNBB responde à acusação de ter participado da mentira, o repúdio dispara para 92% dos anúncios daquele dia, numa razão de quase doze para um. As duas datas, 27 e 28, concentram 88% de tudo, e só o repúdio do dia 27 responde por mais da metade dos anúncios do período — a janela do caso na publicidade paga dura 48 horas e é previsível: abre e fecha com o ato judicial.

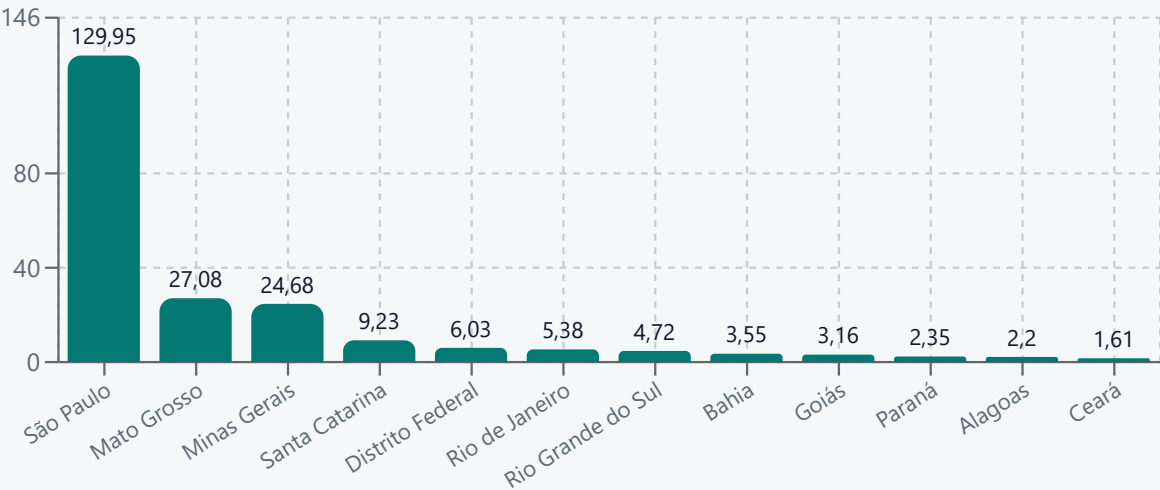
Nas últimas 24 horas, a intensidade recua e a proporção muda: o repúdio ao projeto, a Flávio e às decisões cai para 75% do dia, e a defesa da padroeira e de atores sobe para 22%, com o registro informativo em 3%. O pico de 27 de setembro não se repete, e o que sobra é a cauda de uma reação que já gastou o que tinha para gastar. Para quem assessora Lula e a esquerda, a leitura é direta: o adversário comprou espaço para negar o projeto e para atacar o PT como autor da mentira, e a esquerda não comprou espaço nenhum para fixar a versão de que o projeto existe e de quem o propôs. O repúdio que domina os anúncios é, em boa parte, repúdio de terceiros — não é a esquerda que o financia. A oportunidade está aí, e ela tem prazo: enquanto o plenário do Supremo não julgar as duas decisões, o assunto segue aberto, e a defesa da padroeira é terreno em que o campo lulista já aparece organicamente, sem precisar de dinheiro pago para isso.

O que este gráfico mostra, no fim, é que a publicidade paga não sustentou o caso — ela reagiu a ele. O gasto acompanha o calendário judicial, não o calendário eleitoral: sobe quando há decisão a comentar, cai quando o tribunal silencia. E o silêncio das vozes de peso que não falaram do assunto, de Lula a Flávio, de Erika Hilton a Carlos Bolsonaro, confirma que ninguém quis transformar a padroeira em palanque pago. A recomendação é não entrar nessa briga pelo bolso: o custo de comprar espaço para defender Nossa Senhora é alto e o retorno é incerto, porque o eleitor católico não se conquista com anúncio, se conquista com presença. O que a esquerda deve fazer é o que já faz de graça — exaltar a padroeira, repudiar o projeto e deixar que o adversário pague para explicar por que a história é mentira.

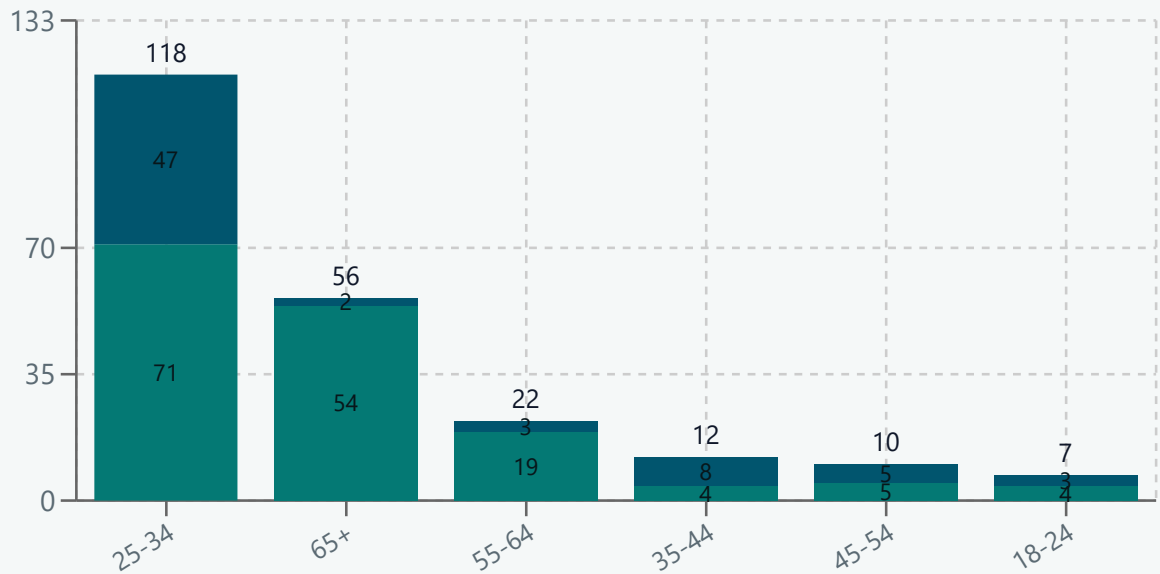
A audiência comprada tem sexo, idade e endereço. Quase três quartos da entrega vão a mulheres, e a idade não desenha curva: metade está entre 25 e 34 anos e um quarto tem 65 ou mais, o que põe a maior parte da entrega em duas pontas e deixa um buraco no meio. São Paulo absorve metade das entregas por estado, e o Sul e o Centro-Oeste somam com ele cerca de 85% do total. A briga sobre a padroeira é conduzida por homens e entregue a mulheres, e está sendo paga onde o voto religioso se disputa, não onde ele já é do campo.

59 • Para quem se fala: audiências dos anúncios

ANÚNCIOS	PÁGINAS	FINANCIADORES	GASTO ESTIMADO	ATIVOS	ESTADOS ALCANÇADOS
291	52	52	R\$ 49.800 – R\$ 89.409	134	28

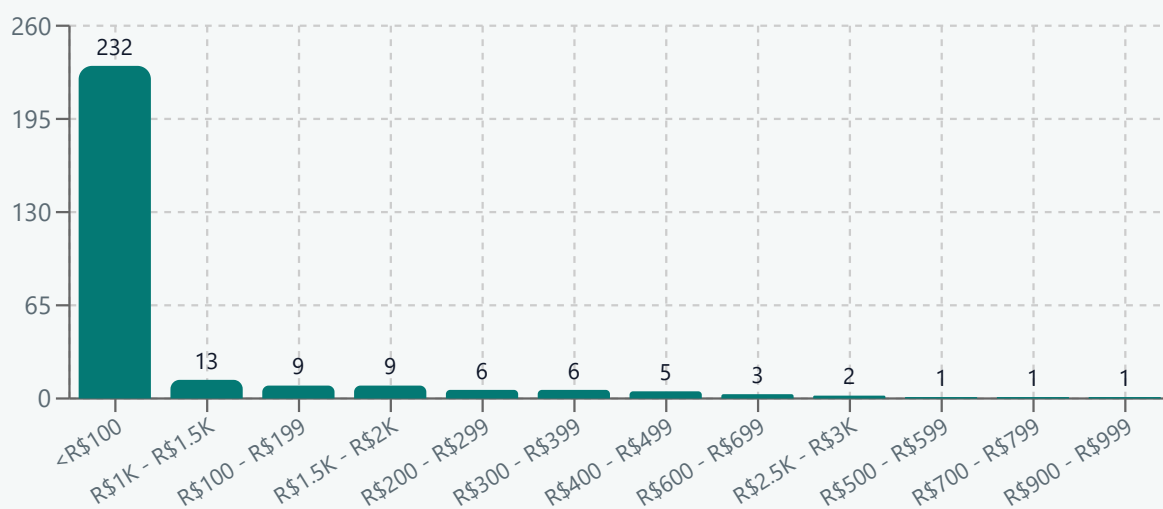


Audiência por estado (peso da entrega)

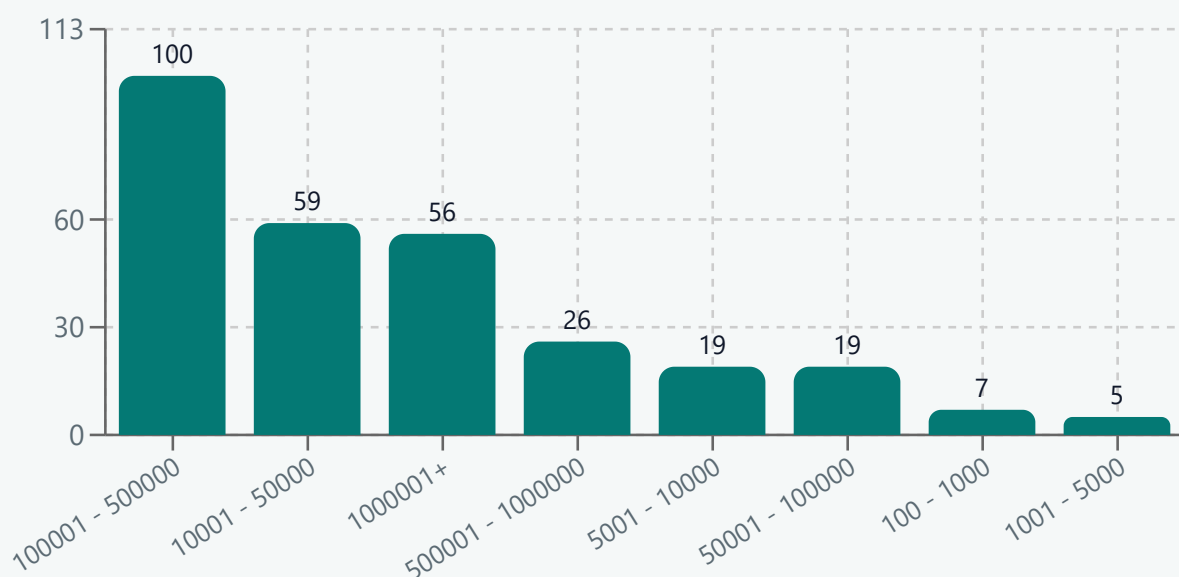


Audiência por idade x gênero (anúncios)

Mulheres Homens



Faixas de gasto (R\$)



Audiência estimada por faixa

A audiência paga deste caso tem sexo e tem duas idades. Entre as peças que citam a padroeira, o projeto de Victório Galli Filho (PP-MT), o Santuário de Aparecida ou Antonio Tabet, quase três quartos da entrega vão a mulheres: 74% contra 26%, razão de três para um. E a idade não desenha curva — 48% estão entre 25 e 34 anos e 26% têm 65 ou mais, o que põe quase três quartos da entrega em duas pontas e deixa um buraco no meio, com 11% entre 35 e 54 anos e 3% entre os mais jovens. A briga sobre a padroeira é conduzida por homens e entregue a mulheres. Responder a essa plateia em linguagem de despacho judicial é falar com quem já saiu da sala.

A geografia da entrega tem um centro pesado. São Paulo absorve 51% das entregas por estado — sozinho, mais do que a soma dos outros nove estados listados. Santa Catarina vem em segundo, com 8%, à frente de Minas Gerais, com 7,5%, e do Paraná, com 6%; Distrito Federal e Goiás empatam em 5,6%, e Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ficam em 5% e 4%. São Paulo, o Sul e o Centro-Oeste somam cerca de 85% da entrega, e do Nordeste aparece apenas Pernambuco, abaixo de 4%. O desenho sugere que se comprou o território do santuário e o eleitorado católico do Sul e do Centro-Oeste. Para a esquerda, o alerta é duplo: a briga está sendo paga onde o voto religioso se disputa, não onde ele já é seu — e quem quiser nacionalizar o tema terá de decidir se entra nesse leilão ou o desloca para onde esta entrega não foi.

FINANCIADOR	ANÚNCIOS	GASTO ESTIMADO
ELEIÇÃO 2026 GUILHERME PIAI SILVA FILIZZOLA DEPUTADO FEDERAL	115	R\$ 1.900 – R\$ 13.285
ELEIÇÃO 2026 FREDERICO LOPES DOS SANTOS BARBEITOS DEPUTADO FEDERAL	44	R\$ 0 – R\$ 4.356
ELEIÇÃO 2026 VICTORIO GALLI FILHO DEPUTADO FEDERAL	24	R\$ 6.000 – R\$ 10.376
ELEIÇÃO 2026 CARLOS ALBERTO DA CUNHA DEPUTADO FEDERAL	17	R\$ 21.900 – R\$ 29.983
ELEIÇÃO 2026 ATAIDE TERUEL PEREZ DEPUTADO ESTADUAL - 68.491.692/0001-51 - PODE	9	R\$ 0 – R\$ 891
ELEIÇÃO 2026 ERIKA JUCA KOKAY SENADOR	7	R\$ 900 – R\$ 1.593
CIBELLE RODOVALHO	5	R\$ 0 – R\$ 495
ALENCAR SANTANA	4	R\$ 100 – R\$ 496
ELEIÇÃO 2026 PAULO ALCEU DORIA VAN LEEUWEN DEPUTADO FEDERAL - 68.379.710/0001-08 - REPUBLICANOS	4	R\$ 1.400 – R\$ 1.796
ELEIÇÃO 2026 JOÃO CARLOS SIQUEIRA DEPUTADO FEDERAL	3	R\$ 0 – R\$ 297
ELEIÇÃO 2026 RODRIGO PREIS DEPUTADO ESTADUAL	3	R\$ 0 – R\$ 297
ELEIÇÃO 2026 PAULO PROIETI DEPUTADO FEDERAL - 68.236.051/0001-50 - NOVO	3	R\$ 500 – R\$ 797

Junte as duas leituras e aparece o alvo moral do caso. A Teoria das Fundações Morais, que descreve os sete registros morais que o discurso aciona — cuidado, igualdade, proporcionalidade, lealdade, respeito, pureza e liberdade —, cada um com um polo virtuoso e um polo de violação, ajuda a entender o público comprado: tirar de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira aciona a pureza no polo da degradação, a profanação do sagrado, e é essa ferida que corre nas peças, a mesma que o post sobre a família miliciania converteu em insulto. A idosa, que tem o santuário por casa, e a jovem, que acompanha a briga online, são

as duas faces dessa devoção ofendida. Para a esquerda, a consequência é de método: em defesa da fé e da padroeira, com a nota da CNBB — "a mentira não se combate com outra mentira" —, fala-se a língua do público; em defesa de uma decisão judicial, muda-se de assunto.

A ordem de prioridade se impõe. A devota de 65 ou mais é a faixa mais decisiva e a menos cortejada por quem faz política digital: para alcançá-la valem paróquia, rádio católica e santuário, não o anúncio segmentado que hoje ocupa a entrega. Depois, recusar o enquadramento de que o caso é o PT contra a Igreja — a CNBB já rejeitou o papel que lhe queriam dar, e a entrega paga sobre Aparecida mostra que o público religioso foi convertido em alvo eleitoral. Por fim, São Paulo é onde a conta está sendo paga: é lá que o contra-argumento precisa aterrissar, antes que a ofensa à padroeira se consolide como dano colado na esquerda. O que evitar é o tribunal: transformar a defesa da padroeira em defesa de uma decisão judicial entrega a exposição a quem provocou o caso.

Nos enquadramentos das peças pagas, a denúncia não se faz em nome de programa nem de entrega: faz-se em nome da fé. A guerra cultural responde por quase dois terços do repúdio, a corrupção moral por cerca de um quinto e a ameaça à família por cerca de um décimo — três chaves concentram quase todo o material pago. Direitos e liberdades é a chave em que a defesa da padroeira lidera, e é a ponte mais barata para falar com o católico sem imitar o adversário.



A peça paga não conhece meio-termo. No recorte que compra o assunto da padroeira, 86% repudiam o projeto que retiraria de Nossa Senhora Aparecida o título de padroeira do Brasil, a Flávio Bolsonaro e ao bolsonarismo a quem o projeto é atribuído, a decisão de André Mendonça que mandou derrubar do X o post do humorista e o PT pela suposta mentira; 13% afirmam e defendem a padroeira, a fé católica ou um ator — aí incluída a negação de Flávio, para quem a história é invenção petista; menos de 1% apenas relata. Não existe, no material comprado, a zona neutra onde o eleitor católico poderia simplesmente ouvir. Quem compra o tema compra um lado, e o lado comprado é, com folga, o da denúncia: quase nove em cada dez anúncios do recorte batem, e batem em alguém nomeado.

Os enquadramentos específicos, que são os quadros de sentido próprios do debate brasileiro — guerra cultural, corrupção moral, ameaça à família, direitos e liberdades —, revelam sobre que terreno essa denúncia se ergue. Ela não se faz em nome do programa nem da entrega: faz-se em nome da fé. Entre as peças que repudiam, 64% o fazem na chave da guerra cultural, 19% na da corrupção moral e 11% na da ameaça à família; três enquadramentos concentram 95% do repúdio, enquanto direitos e liberdades responde por pouco mais de 2% e as chaves restantes aparecem de forma residual. A guerra cultural, sozinha, é mais da metade de todo o material pago do recorte. E é o único terreno em que os dois campos se encontram: dentro dela, 88% repudiam, mas os outros 11% afirmam — e afirmar a padroeira, aqui, tem assinatura do campo lulista.

Os trechos dizem quem puxa cada chave e em que sentido. A defesa da padroeira como coisa do povo — "pertence ao povo brasileiro", "não entrega nem a nossa soberania, nem a nossa fé" — vem de Erika Kokay (PT-DF) e de Marina do MST (PT-RJ), com o apelo ao soberano e ao nacional-popular. Já o enquadramento da corrupção moral, que responde por quase um quinto do repúdio, gira em torno da acusação de enganar o católico: Guilherme Piai (Republicanos-SP) opõe "a fé merece respeito e a verdade também" a uma fake news, e a ameaça à família aparece na convocação explícita de voto "naqueles que respeitam nossas religiões". O repúdio mistura objetos — o projeto, Flávio, a decisão judicial e a mentira —, e é justamente a acusação de mentira que já está armada nos dois sentidos. Terreno comprado é terreno disputado.

Para Lula e a esquerda, a consequência é prática e tem ordem. Primeiro: não devolver o assunto, mas trocar a gramática — a padroeira como símbolo do povo e da soberania rende mais que a guerra de identidade, e as peças já citadas mostram o caminho. Segundo: direitos e liberdades, hoje quase exclusivo do campo que defende a padroeira (quase dois terços de tudo que se enquadra nessa chave), é a ponte mais barata para falar com o católico sem imitar o adversário. Terceiro: evitar o léxico da ameaça à família, que é gramática alheia. Quarto: ancorar parte do investimento na entrega concreta, hoje residual no material pago, porque a acusação de mentira cobra prova e, sem prova, volta contra quem a faz — "a mentira não se combate com outra mentira" é frase que, no caso, veio de fora da política e ficou.

A conclusão prática, aqui, é de mão dupla e tem prazo. Primeiro: comprar afirmação, nunca ataque — anúncio que defenda a padroeira e repudie o projeto que lhe retira o título, e jamais peça que use a santa para bater no adversário. Segundo: tratar o valor como sinal, e não como teto, porque um caso que mobilizou Supremo, CNBB e campanha presidencial não chegou a doze mil reais de piso — o terreno está desocupado e barato. Terceiro: marcar o 12 de outubro como janela própria, antes que ela seja território de quem já paga por ele, porque o eleitor católico não se conquista com anúncio, conquista-se com presença.

SÍNTESE E O QUE LULA E A ESQUERDA PODEM APROVEITAR

O caso da padroeira é um julgamento moral em que a esquerda ganhou o volume e ainda pode perder o sentido. A evidência atravessa todos os quadros: dois terços do que circula repudiam algo, e o repúdio mistura objetos de campos opostos; a dissuasão está onde o dinheiro é pouco e a devoção é muita.

Em nove dias, um projeto de lei de 2007, apresentado por Victório Galli Filho (PP-MT) e arquivado em 2008, virou uma frase de humorista, três decisões de ministros do Supremo, uma nota da CNBB e uma pergunta de entrevista — e essa trajetória mostra que o adversário não controla o enredo, mas sabe reagir nele melhor do que o campo que o iniciou.

Dois achados devem governar o conselho. O primeiro: a imagem de Flávio Bolsonaro não foi ferida pela padroeira, foi ferida pelo Caso Master, e a padroeira apenas o manteve no fundo cavado pelo escândalo bancário — enquanto cada rodada sobre quem censura quem lhe devolve o papel de vítima, que já responde por mais de um quarto do que se atribui a ele. O segundo: o ativo do campo lulista não é a denúncia, é a proteção — o presidente aparece como protetor da santa em mais de quatro de cada dez atribuições que recebe na padroeira, contra menos de um quinto no caso do banco, e o papel de quem repara está praticamente vazio. Reparar, proteger e afirmar a fé rendem mais que acusar. Um terceiro achado vem da pesquisa qualitativa: a ofensa foi sentida como ofensa às mães e às mulheres, e não só aos católicos — inclusive por evangélicas que guardam o vínculo com Nossa Senhora —, e o dinheiro pago que hoje fala com as mulheres sobre o caso é do outro campo.

O que isso pede de Lula vai além de atacar Flávio. O caso vale mais pelo que pode fazer pela imagem do presidente do que pelo que pode tirar do adversário: é a oportunidade de fixar, na marca pessoal de Lula — no que ele sente, no que espera para o país, nos valores que defende —, o papel de protetor e de reparador de Nossa Senhora e de tudo o que ela representa: a mãe amorosa, a tradição, as avós que ensinaram a rezar, as mulheres e as mães. Não se trata de proteger a fé católica contra os evangélicos; trata-se de proteger a padroeira de todos, inclusive das evangélicas que guardam com ela o vínculo da infância. Esse é o terreno que os dados mostram vazio — a reparação fica em torno de 1% dos papéis atribuídos — e é também o caminho mais curto para mover o atributo que hoje falta a Lula no caso: a confiança atribuída a ele segue negativa (-0,72, numa régua de -3 a +3 em que zero é neutro), e confiança se constrói com coragem para defender o que é inegociável, apego a valores positivos e capacidade de entregar o que conta para a população.

Nesse enredo, as vítimas são as mães e as mulheres, e o agressor é quem diminui Nossa Senhora — sem que seja preciso nomeá-lo. O foco é proteger e reparar; quem agrediu e quem foi agredido fica implícito, e são os próprios filhos de Nossa Senhora que apontam o dedo e pedem reparação. A narrativa possível é a do afeto, não a da denúncia: "só quem nunca sentiu no coração, ou no milagre da própria vida, o abraço amoroso de Nossa Senhora teria coragem de fazer algo assim". E ela pede um gesto: uma providência simbólica de proteção à padroeira, com nome, data e assinatura, antes do 12 de outubro, porque proteção sem gesto é só discurso.

Há razões de estratégia para manter o tema na agenda por mais tempo. Ele mexe com o caráter atribuído a Flávio sem que Lula precise atacá-lo. É o registro em que a defesa da santa rende esperança, orgulho e alegria — as emoções que somam quatro quintos do repertório de quem a defende —, e não indignação. E é uma pauta capilar: menor que as bets e os escândalos em volume, mas carregada por gente comum — quase seis em cada dez perfis que falaram do caso são de usuários comuns —, que se inflama com facilidade e circula fora das redes, na família, na igreja e no grupo de mensagens, exatamente onde está o eleitorado feminino em disputa que a pesquisa qualitativa ouviu.

Daí a agenda, em ordem: proteger e reparar, com gesto simbólico; falar às mães, às avós e às mulheres de todas as fés, sem embate com evangélicos; deixar a CNBB e o Santuário liderarem a resposta à mentira; devolver o enredo ao projeto de 2007 e ao seu autor quando for preciso corrigir; e não entrar na briga sobre qual tribunal decide o quê. A fé não tem dono, e quem tentar surfá-la como dono será levado por ela.

HIPÓTESES ALTERNATIVAS

Três leituras concorrentes merecem ser ditas, porque os dados não as eliminam. A primeira é que o caso seja, na verdade, um episódio de baixa intensidade real, sustentado por poucos perfis de altíssima exposição: a polarização moderada domina, a alta é restrita a pouco mais de um décimo, e a onda desinfla nas últimas 24 horas do recorte — nesse cenário, o custo de qualquer entrada pública é maior que o ganho, e a melhor conduta é o silêncio ativo.

A segunda é que o caso seja, sobretudo, uma disputa entre ministros do Supremo, e que a fé funcione apenas como combustível retórico: a leitura se sustenta no fato de que o enquadramento de ameaça à democracia lidera quando Fux é citado e de que a censura, na voz católica, é o vocabulário mais transversal.

A terceira é que o eleitor evangélico seja a verdadeira fronteira em jogo, e não o católico: a desconfiança atribuída a Flávio é ainda maior entre evangélicos, e a ausência de porta-vozes evangélicos no recorte deixa o terreno aberto a quem chegar primeiro com linguagem de fé em registro de pertencimento, não de denúncia.

AGENDA DE INVESTIGAÇÃO

O que falta medir para fechar o quadro é pouco e decisivo. Primeiro, a evolução depois do plenário: se as duas decisões forem julgadas juntas, o caso migra definitivamente do púlpito para o tribunal, e o que se deve acompanhar é se a fatia da guerra cultural cai ou sobe com isso. Segundo, a curva da esperança e da confiança atribuídas a Lula e a Flávio nas duas chaves religiosas, agora com volume suficiente para separar movimento de ruído.

Terceiro, o comportamento do 12 de outubro: o dia da padroeira é o único marco do calendário em que devoção, imprensa e publicidade paga podem se encontrar, e o que acontecer ali dirá se o terreno continua desocupado. Quarto, se alguém desarquiva ou reapresenta o projeto de Galli, arquivado desde 2008, porque um ato legislativo vivo mudaria o cálculo de todos os enredos. E quinto, a eventual entrada de vozes católicas de autoridade como autoras, e não apenas como citadas: hoje a Igreja é assunto, e não voz, e enquanto for assim o caso continuará sendo julgado por quem não tem altar.

FICHA METODOLÓGICA E SOBRE A PLATAFORMA

SOBRE A PLATAFORMA

A Orikom, plataforma de inteligência social da IPSE Global, acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, imprensa e anúncios políticos, e lê cada publicação com um conjunto de modelos de análise do discurso. Os painéis e relatórios do Laboratório cruzam esses modelos com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

O QUE SE MONITORA

Redes e plataformas: Instagram, TikTok, X e YouTube; a Meta Ads, com o que foi veiculado como anúncio no Instagram, no Facebook, no Threads, no Messenger, no WhatsApp e na rede de parceiros da Meta; e a imprensa — os principais portais do país, mais tudo o que sai no Google News e no Bing. A coleta é contínua, por perfil e por palavra-chave: 4.446 perfis em coleta dedicada (Instagram 1.635, TikTok 891, X 828, YouTube 679) e 531 coletas por palavra-chave, sobre uma taxonomia de 7.320 termos em 58 temas e 283 subtemas (1.467 ativos no ciclo do momento e 772 em reserva, com termos emergentes entrando a cada cinco horas). Na imprensa, cerca de 900 veículos com cobertura recorrente.

Quem: todos os candidatos nacionais e estaduais de 2026 da lista oficial do TSE; os eleitos para presidente, governador, senador e deputado; os ministros nomeados; os perfis institucionais de órgãos públicos; influenciadores; e as mídias tradicionais e alternativas — 14.910 candidatos de 2026 da lista oficial do TSE, com 32.693 perfis declarados nas redes, entram tanto na coleta quanto na classificação. Quem fala e quem é citado são reconhecidos por um cadastro de 36.536 entidades: 19.994 candidatos e políticos (TSE), 2.939 pessoas, instituições e veículos do debate, e 13.603 entidades vindas do Wikidata (5.649 órgãos públicos, 5.602 lugares com código IBGE e 2.352 vozes digitais com ocupação e redes).

COMO SE CLASSIFICA

Cada publicação é lida por 19 modelos analíticos em 30 blocos de classificação, 43 dimensões de leitura e 16 métricas de exposição: tema e subtema; tipo de autor (político, influenciador, mídia, órgão público, cidadão comum); entidades citadas (pessoas, instituições, veículos, lugares, marcas); sentimento e emoções; enquadramentos genéricos e específicos; posicionamento (apoio, oposição, relato); as sete fundações morais de Haidt com o polo acionado; valores de Schwartz; visões de mundo de Kahan; papéis atribuídos (MAPAM®, da IPSE); confiança, coragem, força e esperança atribuídas ao ator (CCFE®, da IPSE); valores republicanos; padrão de confiança institucional; polarização (tipo e grau); causalidades atribuídas; tipos de desinformação; tipos de engajamento político; exigência de prova; permeabilidade e vulnerabilidade democrática. Os rótulos descrevem o que cada texto diz — retratam o debate público, não a opinião do eleitor.

ESTE RECORTE

Relatório “A padroeira em disputa · Nossa Senhora Aparecida, Flávio Bolsonaro e o STF” com 65 gráficos; período: de 20/09/2026 a 29/09/2026, dia a dia. Recorte comum aos gráficos — termos no texto: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Sra. Aparecida, padroeira, Victório Galli, Victorio Galli, Antonio Tabet, Antônio Tabet, Tabet, Kibe Loco, família miliciania, Santuário de Aparecida. Esse recorte envolve 5.909.318 interações (curtidas, comentários e compartilhamentos) de 2.725 autores distintos. A exposição é sempre medida por engajamento; as séries diárias são lidas em composição do dia; as composições percentuais fecham em 100%.

Ficha gerada em 29/09/2026; números de monitoramento atualizados em 2026-09-14.

IPSE GLOBAL · ORIKOM

A Orikom acompanha diariamente o debate público brasileiro sobre política, clima e democracia em redes sociais, portais de notícias e anúncios políticos, e o lê com um conjunto de frameworks de análise do discurso: sentimento, emoções, enquadramentos, fundações morais, valores, papéis actanciais, confiança institucional, polarização e vulnerabilidade democrática. O Laboratório cruza esses frameworks em painéis e relatórios como este, com apoio da Ori, a inteligência analítica da plataforma.

Análise dos dados e metodologia da plataforma sob coordenação acadêmica do Dr. Leonardo Magalhães Firmino.

CONTATO

ipse.global

info@ipse.global

+55 21 99514-3404